

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR**

**SONIA MAR DOS SANTOS MIGLIORINI**

**CONDICIONANTES DA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NA  
MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E SUAS PERSPECTIVAS**

**CURITIBA – PR  
JANEIRO/2007**

**SONIA MAR DOS SANTOS MIGLIORINI**

**CONDICIONANTES DA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NA  
MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E SUAS PERSPECTIVAS**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de mestre.

Orientador: Luis Lopes Diniz Filho

**CURITIBA – PR  
JANEIRO/2007**



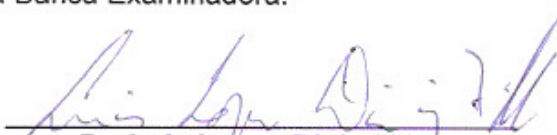
## PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia, reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **SÔNIA MAR DOS SANTOS MIGLIORINI**, intitulada: “**CONDICIONANTES DA IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFEÇÃO NA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E SUAS PERSPECTIVAS**”, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia/Turma Minter/FAFIUV/União da Vitória - Pr, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**.

Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 09 de março de 2007.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Luis Lopes Diniz Filho**  
(Orientador e Presidente da Banca)

  
\_\_\_\_\_  
**Dra. Claudete de Castro Silva Vitte – UNICAMP**

  
\_\_\_\_\_  
**Dr. Marcos Aurélio Tarlombani da Silveira - UFPR**



## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus e aos meus pais pelo Dom da vida, ao meu esposo pelo carinho e compreensão e ao professor Luis pela paciência e orientação.**

## **AGRADECIMENTOS**

Para não cometer injustiça, deixo de citar nominalmente aqueles profissionais e empresários que, através de discussões, conversas e entrevistas, colaboraram na elaboração desta Pesquisa.

No entanto, é necessário expressar grande gratidão às pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração dessa dissertação.

Ao professor Luis Lopes Diniz Filho pela sua dedicação, paciência e sabedoria, cujos ensinamentos tornaram possível a conclusão desta pesquisa.

Ao professor Marcos Aurélio da Silveira e a professora Olga Lucia Firkowski pelas contribuições dadas a pesquisa na banca de qualificação.

À professora Claudete Castro Silva Vitti e ao professor Marcos Aurélio da Silveira pelas contribuições dadas à pesquisa na banca de defesa.

Aos demais professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia da UFPR, que durante as disciplinas sempre abriram espaços para debater e esclarecer dúvidas relacionadas a essa.

Aos empresários da Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná que colaboraram através das entrevistas.

Ao Sindicato da Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná, especialmente a Solange, pelo fornecimento de dados sobre o setor, que foram imprescindíveis para a realização da pesquisa.

Aos meus amigos pela compreensão e carinho.

Aos meus pais pelo incentivo e apoio.

Ao Jurandir Migliorini, meu esposo, pelo carinho e incentivo que me proporcionou durante a realização da pesquisa e principalmente pela sua compreensão.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>vi</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>vii</b>
<b>LISTA DE ANEXOS.....</b>	<b>viii</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>ix</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>ix</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I - COMPETITIVIDADE SISTÊMICA: CONCEITOS, MODELOS E COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NACIONAL.....</b>	<b>04</b>
1.1 Conceito e Modelos.....	05
1.2 Competitividade da Indústria de Confecção Brasileira.....	18
1.3 Conclusão.....	26
<b>CAPÍTULO II – FASES DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS DOBRAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ, DESTACANDO-SE A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO.....</b>	<b>29</b>
2.1 A Trajetória da Indústria no Brasil: destaque para a indústria têxtil e confecção.....	30
2.2 Industrialização Paranaense: Implantação e Desenvolvimento da Indústria de Confecção.....	42

<b>CAPÍTULO III - DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA A INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO.....</b>	<b>46</b>
3.1 Definição e Caracterização da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	46
3.2 O Setor Industrial da Mesorregião Sudoeste do Paraná: Formação e Transformação.....	54
<b>CAPÍTULO IV - FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E OS CONDICIONANTES DE SUA MPLANTAÇÃO.....</b>	<b>64</b>
4.1 Formação e Transformação da Indústria de Confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	64
4.2 Condicionantes da Implantação da Indústria de Confecção e Suas Perspectivas.....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>94</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>98</b>

## LISTA DE FIGURAS

Fig.	Título	
01	Determinantes da Vantagem Nacional.....	09
02	Determinantes da Vantagem Nacional – O sistema completo.....	12
03	Determinantes da Competitividade Sistêmica Desenvolvida pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento – IDA.....	14
04	Fatores Determinantes da Competitividade da Indústria (Empresa ou Nação).....	16
05	Genealogia dos Municípios do Sudoeste do Paraná.....	53

## LISTA DE QUADROS

Qdr.	Título	
01	Vantagem Competitiva.....	07
02	Critério do Sebrae para Classificação do Porte de Empresas pelo Número de Funcionários.....	70

## LISTA DE MAPAS

Map.	Título	
01	Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	49
02	Distribuição dos Municípios dentro da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	50
03	Distribuição das Indústrias de Confecções entre os Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	68

## LISTA DE TABELAS

Tab.	Título	
01	Distribuição das Indústrias de Confecção e dos Empregos gerado por Essa Indústria entre as Macrorregiões Brasileiras.....	37
02	Distribuição Regional da Produção Física da Indústria de Confecção entre as Macrorregiões Brasileiras.....	38
03	Evolução da Participação das Macrorregiões na Produção de Têxteis e Confecção, entre 1990 a 2000.....	39
04	Unidades Industriais Instaladas no Brasil e Distribuição Regional das Indústrias em 2004.....	40
05	Número de unidades industriais, de Empregos e Participação no Emprego e Valor Adicionado Estadual do setor de confecção – 1985, 1990, 2000, 2001 e 2002 – Paraná.....	44
06	Número de unidades industriais, de Empregos e Participação no Emprego e Valor Adicionado das Regiões do Estado do Paraná no Setor de Confecção – 2002.....	45
07	Total de Unidades Industriais e Participação no Valor Adicionado Fiscal da Indústria da Mesorregião Sudoeste, Segundo os Principais Setores Industriais -Paraná - 995/2002.....	59
08	Empregos Formais na Mesorregião Sudoeste, Segundo Atividades das Indústrias Extrativas e de Transformação - 2003.....	62
09	Período de Instalação das Indústrias de Confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	71
10	Fatores que Motivaram a Instalação da Indústria de Confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	72
11	Maiores Vantagens Competitivas que a Indústria de Confecção encontra na Mesorregião Sudoeste em Comparação a outras Regiões do Estado ou País.....	73

12	Avaliação do Custo da Mão-de-Obra pago pela Indústria de Confecção da Região Sudoeste do Paraná Comparada a outras Regiões do País, exceto Nordeste.....	74
13	Avaliação dos Entrevistados sobre a Oferta e Qualificação da Obra Disponível a Mesorregião Sudoeste do Paraná para a Indústria de Confecção.....	75
14	Instituições que Realizam a Qualificação (treinamento) da Mão-de-Obra para a Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná .....	76
15	Avaliação dos Entrevistados sobre a Qualidade da Infra-estrutura Existente na Mesorregião Sudoeste.....	78
16	Vantagens Trazida pelo Pólo da Confecção/APL para a Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	79
17	Importância Atribuída pelos entrevistados ao Pólo da Confecção para o Desenvolvimento da Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	80
18	Procedência da matéria-prima utilizada pela Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	81
19	Mercado Consumidor das Indústrias de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	82
20	Forma de Comercialização dos Artigos Produzidos Pela Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste.....	84
21	Fatores que mais Afetam a Competitividade da Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste à Nível Nacional.....	85
22	Perspectiva da Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná para os Próximos Anos.....	87

## **LISTA DE ANEXOS**

Anx.	Título	
01	Questionário sobre as Indústrias de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	99
02	Classificação do Código Nacional da Atividade Empresarial da Indústria de Confecção de Artigos de Vestuário e Acessórios.....	107

## RESUMO

A indústria de confecção foi uma das indústrias precursora do processo de industrialização da Mesorregião Sudoeste do Paraná. Essa indústria iniciou suas atividades na Mesorregião no final da década de 1970 e início da década de 1980. A partir da década de 1990, teve um expressivo crescimento tanto em número de unidades industriais quanto em termos de participação na geração de emprego e renda se posicionando entre os setores industriais com maior importância econômica para a Região. A presente pesquisa visa identificar os fatores que condicionaram a implantação da indústria de confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná e suas perspectivas. Para tanto, o estudo sistematiza algumas reflexões teóricas relacionadas à competitividade sistêmica da indústria, analisando os fatores sistêmicos que influenciam na competitividade da indústria em nível internacional, nacional, estadual e regional, avalia a competitividade da indústria de confecção no Brasil, reconstitui o processo de implantação e desenvolvimento da indústria de confecção brasileira nas três esferas (nacional, estadual e regional) e, por fim, estabelece um conjunto de fatores que influenciaram na implantação da indústria de confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná e destaca as perspectivas dessa indústria na Região.

**Palavras-Chave:** indústria de confecção, região Sudoeste, competitividade sistêmica.

## ABSTRACT

The confection industry was one of the industries precursory of the process of industrialization of the Southwestern Mesorregião of the Paraná. This industry initiated its activities in the Southwestern Mesorregião in the end of the decade of 1970 and beginning of the decade of 1980. From the decade of 1990, it in such a way had a expressive growth in the Region in number of industrial units, how much in terms of participation in the generation of job and income, if locating it enters the industrial sectors with bigger economic importance for Region. The present work aims at to identify the factors that had conditioned the implantation of the industry of confection in the Southwestern Mesorregião of the Paraná and its perspectives. For in such a way, the study it systemize some related theoretical reflections to the sistêmica competitiveness of the industry, analyzing the sistêmicos factors that influence in the competitiveness of the industry to the international level, national, state e regional, it evaluates the competitiveness of the industry of confection in Brazil, it reconstitutes to the process of implantation and development of the industry of Brazilian confection in the three spheres (national, state and regional) e, finally, it establishes a set of factors that had influenced in the implantation of the industry of confection in the Southwestern Mesorregião of the Paraná and detaches the perspectives of this industry in the Region.

**Word-Key:** confection industry, southwestern region, sistêmica competitiveness.

## INTRODUÇÃO

A indústria de confecção é um dos setores industriais mais antigos do Brasil. Essa indústria juntamente com o setor têxtil, segundo Furtado (1988), foram os setores precursores da industrialização brasileira e estiveram na liderança do processo de industrialização do Brasil, com grande importância no seu desenvolvimento econômico, tanto na produção de renda como na geração de emprego.

Esse setor, conforme Brum (2000), esteve na liderança do processo de industrialização do Brasil até meados da década de 1950, quando a economia do País passou por um forte processo de modernização com a emergência de setores mais dinâmicos da economia que se posicionaram à frente nesse processo.

A indústria de confecção, por exigir pouco nível tecnológico e pequeno investimento de capital, é um dos setores que mais tem-se desenvolvido no País e, por conta dessa característica, em muitas regiões, assim como ocorreu no início da industrialização do Brasil, essa indústria é a precursora do processo de industrialização. Nesse contexto está a Mesorregião Sudoeste do Paraná, área de estudo dessa pesquisa, onde a indústria de confecção foi uma das primeiras a se desenvolver e, assim como ocorreu no País, tornou-se um dos setores mais importantes para o desenvolvimento econômico da Região.

A Mesorregião Sudoeste do Paraná diferencia-se da maioria das outras mesorregiões brasileiras por seu processo de ocupação ter sido voltado para o favorecimento do pequeno produtor, distanciando-se das formas de ocupação tradicionais, nas quais, em sua maioria, o processo de colonização territorial dava-se através de grandes propriedades latifundiárias. A ocupação da região Sudoeste deu-se, principalmente, com famílias e/ou pessoas vindas do Rio Grande do Sul e da região Oeste do estado de Santa Catarina, predominantemente italianos e alemães que forneceram a esta região certa base cultural e identidade comum, o que, em parte, explica a abrangência regional da indústria de confecção.

A Mesorregião Sudoeste do Paraná é uma região tradicionalmente agrícola, mas, a partir da década de 1970, teve seu desenvolvimento sócio-econômico acelerado e seu tímido parque industrial - que começou a se formar nas décadas de 1950 e 1960 ligado ao setor madeireiro e alimentício -, ampliou-se e diversificou-se. Na década de 1970, mais precisamente a partir de 1977, as primeiras indústrias de confecção são implantadas na Mesorregião Sudoeste, oriundas da transformação dos chamados alfaiates em unidades

industriais, surgindo primeiramente em dois municípios da Mesorregião (Ampére e Francisco Beltrão) e espalhando-se pela maioria dos municípios da Região (25 dos 37 municípios); no final dos anos de 1980 e no decorrer da década de 1990, tornou-se um dos setores industriais com maior importância econômica da Região, em termos de geração de emprego e renda. Nos últimos anos, especialmente a partir da década de 1990, a indústria de confecção regional vem crescendo aceleradamente tanto em número de unidades industriais, com um crescimento de 304% entre 1990 e 2006, quanto em escala de produção e comercialização.

A importância atual da indústria de confecção para o desenvolvimento econômico da Mesorregião Sudoeste em termos de geração de emprego e renda e o acelerado crescimento que teve esse setor a partir da década de 1970 na Região, e principalmente durante a década de 1990, justificam a escolha dessa indústria no recorte espacial desta pesquisa, que tem como objetivo principal analisar os condicionantes da implantação da indústria de confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná após 1970 e suas perspectivas. Para tanto, buscou-se ainda, identificar os mercados atingidos por essa indústria e as fontes de vantagens comparativas da indústria de confecção em escala nacional e regional bem como a importância atual da indústria de confecção no desenvolvimento da Mesorregião e as perspectivas dessa indústria para os próximos anos.

A metodologia utilizada para desenvolver a presente pesquisa foi aplicação de questionário de pesquisa orientado para a identificação das fontes das vantagens competitivas da indústria de confecção na região de estudo, com base na bibliografia disponível sobre os condicionantes da competitividade, em que se destacam autores como Michael E. Porter; Esser et al. e Luciano Coutinho e João Ferraz. Também foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a implantação e desenvolvimento da indústria de confecção no Brasil, Paraná e Região Sudoeste contextualizando essa indústria com as fases de industrialização desses territórios enfocando sua importância no desenvolvimento econômico de cada um deles.

O trabalho foi dividido em quatro capítulos. No primeiro realizou-se uma análise sobre os estudos da competitividade sistêmica, destacando seus conceitos e modelos e sua aplicabilidade na indústria de confecção, com o propósito de destacar os fatores sistêmicos que influenciam a competitividade da indústria e como fatores dos mais diferentes níveis (meta, macro, meso e microeconômicos) afetam a competitividade da indústria instalada em um determinado local ou região, principalmente da indústria de confecção, que é o assunto pertinente a essa pesquisa. Este capítulo tem como objetivo principal buscar subsídios

teóricos que ajudem a compreender os fatores determinantes da implantação da indústria de confecção na Região Sudoeste do Paraná.

No segundo capítulo, foi realizada uma abordagem sobre a industrialização do Brasil e do estado do Paraná, enfocando a importância da indústria de confecção no processo de industrialização desses territórios, bem como sua importância atual em termos de geração de emprego e renda. E, ainda, destacou-se a distribuição espacial da indústria de confecção entre as Macrorregiões geográficas brasileiras e as Mesorregiões paranaenses.

No terceiro capítulo, apresentou-se a Mesorregião Sudoeste do Paraná, destacando a forma de ocupação da Região e seu desenvolvimento industrial. Além disso, foi realizada uma análise evolutiva do processo de industrialização da Mesorregião Sudoeste, destacando-se a indústria de confecção.

O quarto capítulo foi dividido em duas seções. Na primeira realizou-se uma abordagem sobre a formação e transformação da indústria de confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná. Na segunda seção, foram apresentados os resultados obtidos na pesquisa de campo e por meio destes analisados os fatores que condicionaram a implantação da indústria de confecção na Mesorregião Sudoeste, sua escala geográfica de comercialização e suas perspectivas.

## **CAPÍTULO I**

### **COMPETITIVIDADE SISTÊMICA: CONCEITOS, MODELOS E COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NACIONAL**

Neste capítulo abordam-se conceitos e modelos de competitividade sistêmica e sua aplicabilidade para o estudo da indústria de confecção. Mais especificamente, o propósito é analisar os fatores sistêmicos que influenciam na competitividade da indústria instalada em determinado local ou região, principalmente da indústria de confecção, que é o assunto pertinente a esta pesquisa. Este capítulo visa, também, buscar subsídios teóricos que ajudem a compreender os fatores determinantes da implantação da indústria de confecção na Região Sudoeste do Paraná, dando base à pesquisa de campo.

No decorrer deste capítulo, busca-se esclarecer o que se compreende por competitividade sistêmica, resgatando três conceitos de diferentes autores: o conceito sistematizado por Michael Porter, baseado em quatro atributos que constituem o “diamante” da vantagem nacional; o conceito desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Alemão (IDA), que considera quatro níveis distintos como determinante da competitividade da indústria. E, por fim, será abordado o conceito de competitividade sistêmica elaborado pelo Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), o qual define três grupos de fatores como condicionantes da vantagem competitiva das indústrias ou nações.

Na última sessão deste capítulo, far-se-á uma análise sobre a competitividade da indústria de confecção nacional baseado, no estudo da ECIB e nos dados divulgados pela Associação Brasileira de Vestuário (ABRAVEST) sobre o setor.

## 1.1 Conceitos e Modelos

Desde a reestruturação produtiva, nas décadas de 70 e 80, o tema da competitividade tornou-se bastante freqüente no debate econômico. Com as transformações econômicas dos anos 80 e 90, a partir da globalização econômica, paulatinamente, a tradicional visão de competitividade foi suplantada à medida que foram ampliando-se os elementos constitutivos da capacidade de competir das nações.

Para Lanzer (apud COSTA, 2003), a competitividade pode ter diferentes significados, que variam de acordo com os grupos de sujeitos: nas políticas econômicas, pode significar a nação ter ou não um balanço positivo do comércio; para os conceitos de economia pode estar relacionado ao baixo custo unitário do trabalho, considerando as taxas de câmbio e, no âmbito das empresas, está relacionada a uma boa participação no mercado, em escala local ou internacional.

Para Coutinho e Ferraz (1993), as visões econômicas tradicionais que definem a competitividade como uma questão de preços, custos (sobretudo salários) e taxas de câmbio baseavam-se em políticas equivocadas, as quais centravam-se na desvalorização cambial, no controle do custo de mão-de-obra e na produtividade do trabalho no intuito de melhorar a competitividade de cada país. Essa concepção de competitividade foi denominada por Fernando Fajnzylber (apud SUZIGAN e FERNANDES, 2003) de “competitividade espúria”, diferenciando-a do conceito de competitividade sistêmica a qual, segundo esse autor, é fundada no binômio crescimento com equidade distributiva, obtida através do aumento da produtividade e da incorporação de progresso técnico, a qual ele chamou de competitividade autêntica.

Porter afirma que os países de baixo custo de mão-de-obra no momento atual podem ser rapidamente substituídos pelos países de “amanhã”; a fonte de menor custo baseado em um dado recurso natural pode mudar de uma hora para outra, quando uma nova tecnologia permite a exploração desse recurso em lugares que ainda não se conseguia explorá-los. Para esse autor, “as indústrias nas quais os custos do trabalho ou os recursos naturais são importantes para a vantagem competitiva também têm estruturas que só garantem baixos rendimentos médios sobre o investimento”. Essas indústrias como são acessíveis a muitas nações, por possuírem barreiras tecnológicas e de capitais relativamente baixas para a entrada no setor, costumam ter muitos competidores e capacidade excessiva. “A vantagem fatorial que muda com rapidez atrai constantemente novos países que pretendem lucros baixos e

mantêm baixos os salários”. Desta forma os países que já a praticam ficam em desvantagem. (1989, p.16).

Um exemplo dessas indústrias, a que Porter se refere acima, é a indústria de confecções, objeto desta pesquisa. Atualmente, alguns países asiáticos (China e Índia, por exemplo,) possuem alta vantagem competitiva baseada no fator custo de mão-de-obra, conseguindo abarcar para seus produtos grandes fatias de mercado internacional.

Para Porter, a competitividade, como um conceito amplo, não é impulsionado apenas por variáveis macroeconômicas como taxas de câmbio, taxas de juros, déficit orçamentário governamental, pois há nações (Japão, Itália e Coreia) que obtiveram ascensão dos padrões de vida rapidamente apesar dos déficits orçamentários, de moedas em valorização (Alemanha e Suíça) e de taxas de juros altas como Itália e Coreia. A competitividade não depende de recursos naturais abundantes, porquanto atualmente, as mais bem-sucedidas nações industrializadas, entre elas Alemanha, Japão, Suíça, Itália e Coreia, foram países que importaram matérias-primas devido à escassez dos recursos naturais disponíveis nesses países. E afirma ainda que a competitividade não é função de mão-de-obra abundante e barata, pois países como Alemanha, Suíça e Suécia prosperaram apesar do longo período de escassez de mão-de-obra e de altos salários. Ainda, segundo esse autor, as políticas governamentais não têm papel decisivo sobre a competitividade, pois uma intervenção das políticas governamentais só ocorre em um subgrupo de indústrias “e está longe de ser universalmente bem sucedida (...) o governo é, sem dúvida, um ator na competição internacional, mas raramente tem o papel principal”. (1989, p.4).

Na concepção de Porter (1989), a idéia de nação competitiva é insuficiente para explicar de forma irrefutável tanto a prosperidade do país como de suas empresas. Para o autor, deve-se abandonar toda a idéia de nação competitiva, pois afinal a principal meta de um país é produzir um padrão de vida elevado e ascendente para os seus cidadãos e a capacidade de produzir isso não depende da idéia de competitividade, mas sim da produtividade – a produtividade, de acordo com o referido autor, é o valor do que é produzido por uma unidade de trabalho ou de capital – com a qual os recursos nacionais (trabalho e capital) são empregados. Por ser a causa principal da renda per capita, a produtividade é o determinante principal do padrão de vida de um país.

“O único conceito significativo de competitividade a nível nacional é a produtividade nacional. Um padrão de vida em elevação depende da capacidade das indústrias do país de atingir altos níveis de produtividade e aumentá-la, com o tempo” (Idem, p.6).

Para o referido autor, a produtividade elevada, além de sustentar níveis elevados de renda, cria a renda nacional que é tributada para custear os serviços públicos, conseqüentemente melhorando o padrão de vida da população. A capacidade altamente produtiva permite às empresas de uma nação atender os padrões sociais que melhoram o padrão de vida como segurança, saúde e mais igualdade de oportunidades.

Segundo Porter (1989), há duas estratégias competitivas básicas para uma indústria: o enfoque de custos e a diferenciação do produto. A vantagem competitiva de qualquer uma dessas duas estratégias traduz-se em produtividade superior à dos concorrentes. Para o referido autor, a indústria de baixo custo produz determinada mercadoria usando menos insumos do que os seus competidores. A indústria que usa como estratégia a diferenciação do produto obtém rendimentos superiores, por unidade, ao dos seus concorrentes. A vantagem competitiva está diretamente ligada à base da renda nacional. Ou seja, quando a indústria obtém boa vantagem competitiva a produtividade nacional cresce, conseqüentemente, a renda nacional também. Os alvos dessas duas estratégias podem ser de grande ou de pequena amplitude, de modo que se pode chegar a um modelo com quatro possíveis estratégias genéricas: liderança de custos, enfoque nos custos, diferenciação e diferenciação focalizada, conforme o quadro 01.

### Quadro 01 – Vantagem Competitiva

		Menor custo	Diferenciação
		Âmbito Competitivo	Alvo amplo
Alvo limitado	Enfoque nos custos		Diferenciação focalizada

Fonte: Porter, 1989, p. 50

Uma indústria, segundo o referido autor, para obter sucesso deve buscar sua vantagem competitiva em uma dessas estratégias competitivas genéricas e relacioná-la com

as estratégias de seus concorrentes. Para obter vantagem, deve escolher o tipo de vantagem competitiva que busca e um âmbito dentro do qual possa ser alcançado.

O pior erro é ficar encravado no meio ou tentar, simultaneamente, usar todas as estratégias. Isso é receita para a mediocridade estratégica e para desempenho abaixo da média porque adotar todas as estratégias ao mesmo tempo significa que uma empresa não é capaz de alcançar nenhuma devido as suas contradições inerentes (PORTER, 1989, p. 50).

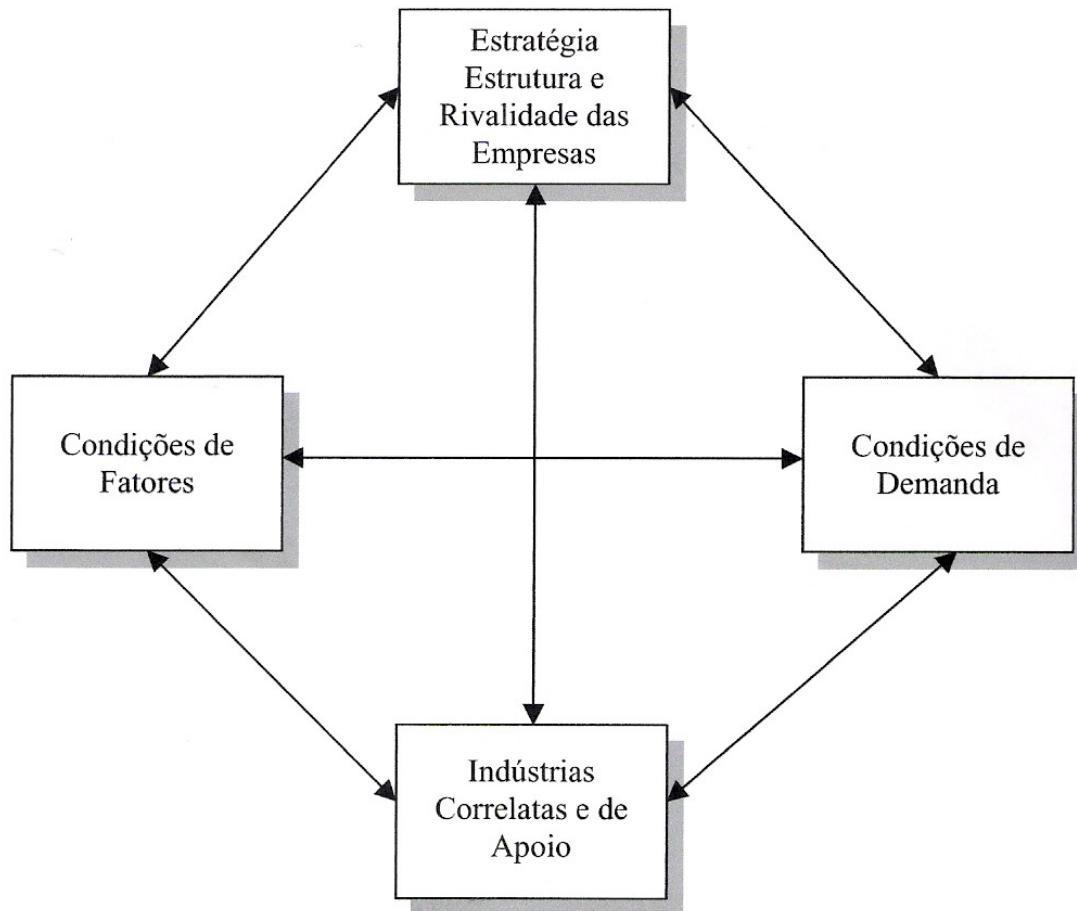
De acordo com Porter (1989), para que uma indústria obtenha vantagens competitivas sobre seus concorrentes é necessário oferecer um produto comparável com aos produtos de seus concorrentes, mas desempenhar as atividades com mais eficiência do que esses (menor custo) ou, então, oferecer um produto muito melhor, que crie maior valor para o comprador e assim obter preço maior (diferenciação).

Além dos esforços individuais de cada indústria para obter um produto competitivo no mercado, há ainda outros fatores que influenciam seu sucesso ou fracasso nessa busca. Aí entram os fatores locacionais e a influência exercida pelo meio sobre as indústrias, que são tão importantes na busca da vantagem competitiva quanto os esforços individuais de cada indústria. Porter (1998), após ter sistematizado os estudos de várias indústrias de dez nações diferentes, classificou quatro atributos que, individualmente ou como um sistema, constitui o diamante<sup>1</sup> da vantagem competitiva de uma nação, conforme a figura 01. E que, segundo o próprio autor, podem ser facilmente aplicados em unidades políticas ou geográficas menores que um país, como um estado, região ou uma cidade.

---

<sup>1</sup> “Diamante” é a expressão usada por Porter para referir-se aos determinantes como um sistema (1989, p.88).

**Figura 01 - Determinantes da Vantagem Nacional**



Fonte: PORTER, 1989, p.88.

a) **Condições de Fatores** – são os insumos necessários para a indústria competir. Engloba desde infra-estruturas básicas como transporte, energia, telecomunicações, assistência médica, incluindo, ainda, disponibilidade de casa, instituições culturais e os atrativos de um país que afetam a qualidade de vida, passando pela oferta de mão-de-obra habilitada; abundância, qualidade, disponibilidade e acessibilidade dos recursos naturais; abrangendo, ainda, os centros de pesquisas universitários e os recursos de capital que se resumem na capacidade econômica e garantias que um país dispõe para o financiamento e investimento nas indústrias.

b) **Condições de Demanda** – determina a natureza da demanda interna para os produtos e serviços de um país. Ou seja, determina o rumo e o caráter de melhoria e inovação pelas indústrias do país; a competitividade das indústrias pode ser afetada até mesmo pelos valores culturais e simbólicos atribuídos a um determinado produto. Nesse determinante há três atributos gerais significativos: composição da demanda interna – natureza das

necessidades do comprador - tamanho e padrão de crescimento e mecanismos pelos quais a preferência interna é transmitida aos mercados estrangeiros.

c) **Indústrias Correlatas e de Apoio** – refere-se à presença, no país, de indústrias fornecedoras e de apoio<sup>2</sup> que sejam internacionalmente competitivas; estas podem proporcionar insumos mais eficazes em termos de custos e de modo rápido, antecipado e até preferencial. Nesse atributo, a vantagem competitiva surge da estreita relação entre os fornecedores mundialmente competitivos e a indústria. Através dos fornecedores as indústrias têm acesso fácil às informações, às novas idéias, ao conhecimento e às inovações dos fornecedores. O intercâmbio de pesquisa e desenvolvimento e a solução conjunta dos problemas levam a resultados mais eficientes. Há uma tendência de os fornecedores transmitirem informações de indústrias para indústrias, acelerando, através desse processo, o ritmo de inovação dentro de toda a indústria nacional.

d) **Estratégia, Estrutura e Rivalidade das Empresas** – são as condições que, dentro do país, estabelecem a maneira pelas quais as indústrias são criadas, organizadas e gerenciadas bem como a natureza da rivalidade interna. Ou seja, é o contexto no qual as firmas são criadas como: condições econômicas, institucionais, culturais e jurídicas de um país bem como a rivalidade das empresas. A rivalidade interna das indústrias cria pressões sobre essas para que melhorem e inovem. Os rivais locais pressionam-se mutuamente para melhorar a qualidade dos produtos e serviços, reduzir custos, criar novos produtos e processos. O sucesso de uma rival indica aos outros que o avanço é possível.

Porter acrescenta sobre esses quatro atributos mais dois fatores que afetam a competitividade das indústrias, tanto de forma negativa quanto positivamente: o papel do acaso e o papel do governo. Como será visto na figura 02, ao acaso são atribuídos aqueles acontecimentos puramente casuais, fortuitos, que pouco têm a ver com as circunstâncias de um país e que, em grande parte, estão fora do alcance das indústrias e até do governo nacional, tais como as decisões políticas de governos estrangeiros, guerras, rupturas tecnológicas – biotecnologia, microeletrônicas –, significativas mudanças nas taxas de câmbio, choque do petróleo. Esses acontecimentos podem prejudicar ou beneficiar o desempenho das indústrias.

Ao governo, na concepção de Porter, cabe o papel de influenciar os quatro determinantes, através das políticas nacionais. O governo pode influenciar e ser influenciado

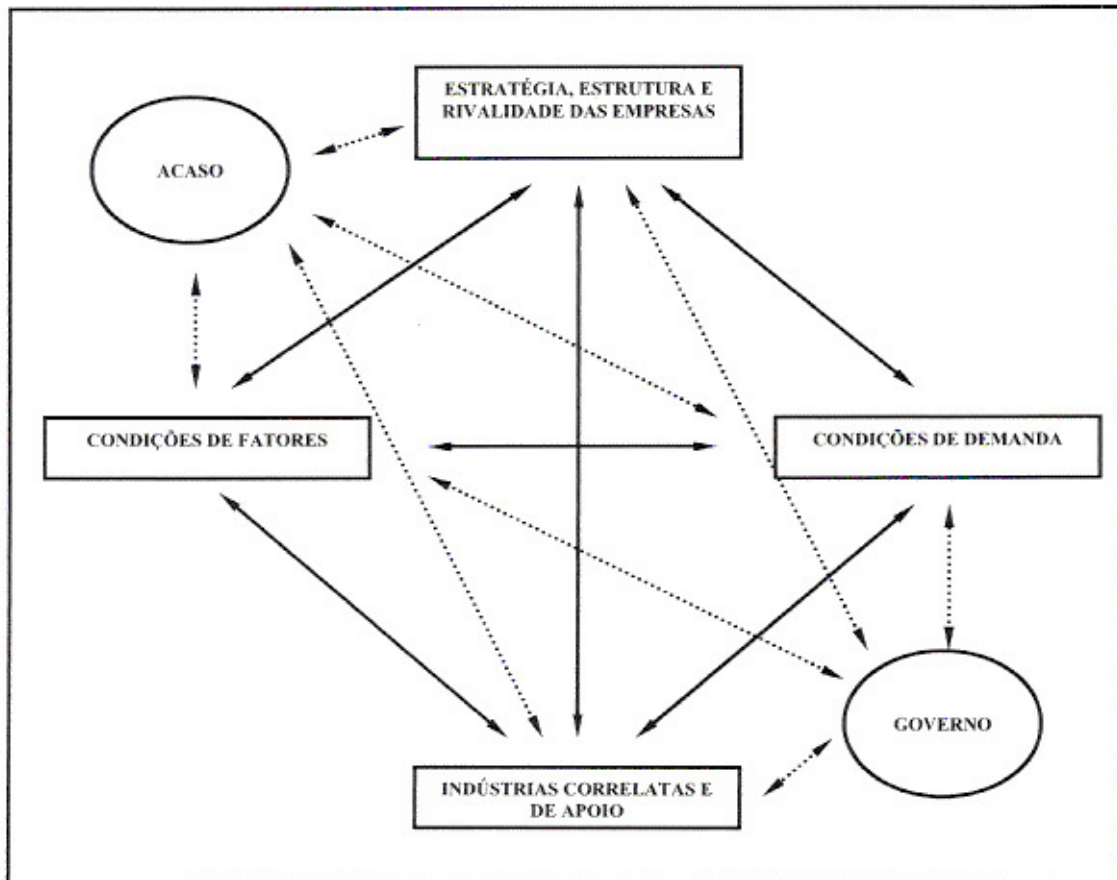
---

<sup>2</sup> Porter define indústrias de apoio como “aquelas em que empresas podem partilhar atividades na cadeia de valores através das indústrias (por exemplo, canais de distribuição, desenvolvimento de tecnologia) ou transferir conhecimentos protegidos pelo direito de propriedade de uma indústria para outra” (1989, p.150).

por cada um dos quatro determinantes, positiva ou negativamente: as condições de fatores são afetadas por meio de subsídios, políticas para o mercado de capital, políticas educacionais, conhecimentos científicos básicos e informações econômicas ou infra-estrutura; sobre as condições de demanda, as políticas governamentais têm-se centralizado tradicionalmente na influência sobre a quantidade geral de demanda interna, através do dispêndio governamental, ou na manipulação da disponibilidade ou custo de crédito. O efeito mais direto do governo sobre as condições de demanda é através da sua atuação como comprador de mercadorias e serviços. Já as indústrias correlatas e de apoio são beneficiadas através das mesmas políticas governamentais que fortalecem a vantagem competitiva das indústrias em geral. A política governamental também influi na estrutura da estratégia das indústrias e na rivalidade através de recursos como regulamentação do mercado de capital, política fiscal e leis antitrustes.

A política nacional, de acordo com o referido autor, também pode ser influenciada pelos determinantes como, por exemplo, as escolhas sobre a destinação dos investimentos educacionais, que são afetadas pelo número de competidores locais; uma forte demanda interna de um produto pode levar o governo a adotar medidas imediatas de padrões de segurança.

**Figura 02 – Determinantes da Vantagem Nacional: o sistema completo**



Fonte: PORTER, 1989, p.146.

Nota: As setas com linhas pontilhadas representam a influência de um fator sobre o outro nem sempre explícita, mas nem por isso deixa de ser relevante no desempenho competitivo das indústrias.

Na concepção de Porter, o papel do governo é bastante limitado em sua contribuição para criar vantagem competitiva. Para o autor, embora o governo tenha importante influência sobre a vantagem competitiva nacional, seu papel é parcial. “A política governamental falhará se continuar sendo a única fonte de vantagem competitiva nacional. As políticas bem-sucedidas funcionam nas indústrias onde os determinantes subjacentes da vantagem nacional estão presentes e onde o governo os reforça” (1989, p.148). Dessa forma, cabe ao governo apressar ou aumentar as probabilidades de obter vantagem competitiva, mas não possui o poder de criá-la.

Uma segunda abordagem sobre a competitividade sistêmica foi realizada pelo Instituto de Desenvolvimento Alemão (IDA). O principal objetivo do desenvolvimento da competitividade sistêmica, para Esser et al. (1996), é eliminar a fragmentação social e melhorar a capacidade de aprendizagem.

O conceito de competitividade sistêmica tenta capturar tanto os determinantes políticos quanto os determinantes econômicos do desenvolvimento industrial bem-sucedido. Refere-se a um padrão em que o Estado e os atores sociais deliberadamente criam as condições necessárias para o desenvolvimento industrial bem-sucedido, sob a forma da competitividade sistêmica. (ALTENBURG et al., 1997 p.1 apud BANDEIRA,1999).

Esser et al. (1994), por sua vez, propõe um modelo de competitividade sistêmica articulado em quatro níveis: meta, macro, meso e micro, conforme a figura 3. Os países mais competitivos contam com uma estrutura que promove a competitividade em todos os níveis: desde o nível meta, passando por um contexto macro, que pressiona as indústrias a melhorar o seu desempenho; o nível meso, no qual o Estado e os atores sociais negociam as necessidades políticas de apoio e impulsionam a formação de estrutura social, chegando até o nível micro, no qual as indústrias procuram alcançar eficiência, flexibilidade e rapidez de resposta articulando-se às redes colaborativas. Cada determinante da competitividade do modelo desenvolvido no IDA possui uma contribuição para o desenvolvimento da competitividade sistêmica, no entanto, nesse modelo, pode-se perceber que as políticas econômicas atuam em quase todos os níveis de determinantes da competitividade.

**Nível Meta** – este nível deve levar à solução conjunta de problemas. Compreende a capacidade social de organização e integração, criando consenso social da necessidade de políticas econômicas que estejam voltadas aos mercados mundiais. Também contempla as estruturas básicas de organização jurídicas, políticas e econômicas. Para Esser et al. (1994), criar e coordenar um padrão de organização social no espaço meta, baseado em articulação e diálogo, tem por finalidade gerar, apoiar e manter o espaço meso.

**Nível Macro** – o nível macro tem por objetivo assegurar condições macroeconômicas estáveis. Relacionam-se as políticas macroeconômicas como as políticas cambiais, fiscais, orçamentárias, monetárias, políticas voltadas à concorrência das empresas (que impeçam a formação de cartéis e monopólios) e políticas voltadas ao comércio externo.

**Nível Meso** – este determinante equivale às condições de fatores de Porter, ou seja, correspondem às políticas específicas desenvolvidas pelo estado e pelos atores sociais para a organização do espaço onde estão localizadas as indústrias, criando um entorno capaz de fomentar o desenvolvimento delas através de políticas de infra-estrutura física, como transporte, telecomunicações, energia, políticas de incentivo à exportação, políticas educacionais para a qualificação de mão-de-obra, políticas de saúde, políticas tecnológicas, políticas regionais e ambientais.

**Nível Micro** – corresponde à eficiência da organização dentro das indústrias. Neste nível, cristaliza-se uma nova *best practice* de produção, na qual as indústrias buscam eficiência, qualidade, flexibilidade e rapidez de reação. Incluindo, aí, a capacidade de gestão, inovação, estratégias empresariais, busca de intercâmbio de pesquisas e desenvolvimento, integração entre fornecedores, produtores e consumidores.

**Figura 03 – Determinantes da competitividade sistêmica desenvolvida pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento –IDA**



Fonte: Esser et al., 1994.

Para otimizar a eficiência dos níveis micro, macro e meso, conforme Esser et al. (1996), são decisivas no nível meta a capacidade do Estado conduzir e regular a economia e a existência de padrões de organização que permitam mobilizar a capacidade criativa da sociedade. Sem a formação de estrutura na sociedade inteira, a modernização da economia e o desenvolvimento da competitividade sistêmica não alcançam resultados. Se não ocorrerem reformas em nível macroeconômico que resultem, também, na criação de capacidade de regulação, condução e de estruturas sociais, a desintegração social tende a se agravar. O desenvolvimento da competitividade sistêmica é um projeto de transformação social que vai

mais além da simples correção dos contextos macro e microeconômicos. Sem integração social, a competitividade sistêmica é um projeto sem perspectivas.

Quando ocorre diálogo entre os principais grupos de atores sociais assegura-se a coordenação entre os quatro níveis sistêmicos. Segundo Esser et al. (1996), para fortalecer as vantagens nacionais de inovação e competitividade, os diálogos são imprescindíveis. O diálogo também põe em marcha o processo de aprendizagem e comunicação, pois a disciplina da aprendizagem começa pelo diálogo e assim se inicia a capacidade de deixar de lado as idéias preconcebidas em busca do entendimento através do significado das palavras.

No Brasil, o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), desenvolvido nos anos 90, apóia-se em um conceito de competitividade sistêmica com características que se aproximam do conceito de competitividade sistêmica elaborado pelo IDA. O trabalho coordenado por Luciano G. Coutinho, do Instituto de Economia da UNICAMP, e João Carlos Ferraz, do Instituto de Economia Industrial da UFRJ, inclui como fator importante para a competitividade o diálogo direto entre os atores sociais: empresários, trabalhadores, autoridades governamentais, acadêmicos e servidores públicos.

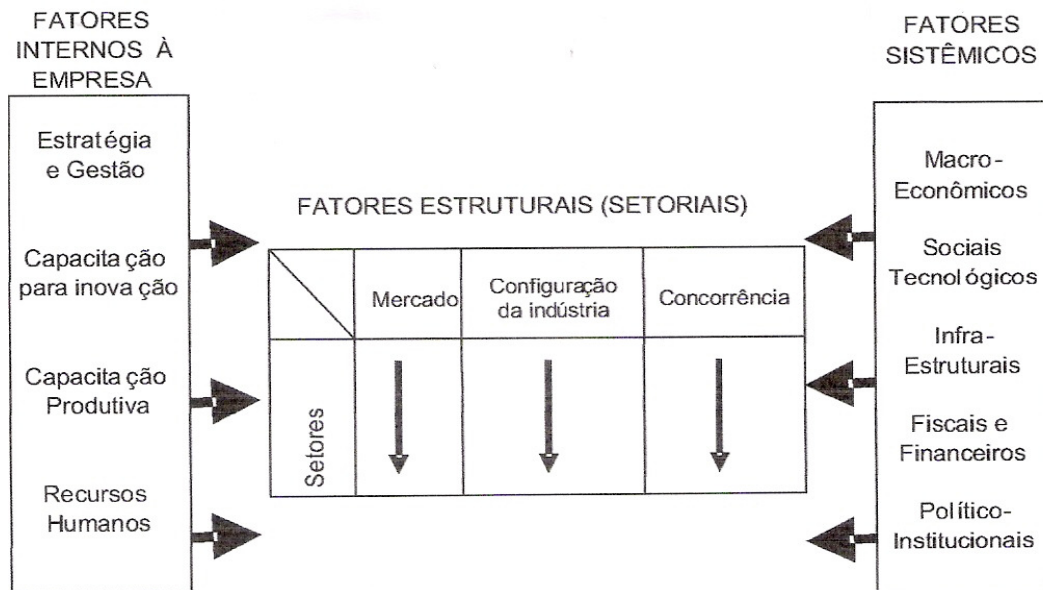
Para Coutinho e Ferraz (1993), a noção de competitividade sistêmica, no contexto atual, representa um modo de expressar que o desempenho empresarial depende e é também resultado de fatores situados além do âmbito das indústrias e das estruturas industriais das quais as indústrias fazem parte, sendo influenciada, também, pelos fatores macroeconômicos, infra-estrutura, sistema político-institucional e características socioeconômicas dos mercados nacionais.

A competitividade pode ser vista como a produtividade das empresas ligadas à capacidade dos governos, ao comportamento da sociedade e aos recursos naturais e construídos, e aferidos por indicadores nacionais e internacionais, permitindo conquistar e assegurar fatias do mercado. (COUTINHO E FERRAZ, 1993, p.11).

Conforme os referidos autores, o motor que impulsiona o desenvolvimento é a inovação, e esse fator possui grande peso na sobrevivência das indústrias em um ambiente competitivo. A reestruturação produtiva depende fortemente da incorporação contínua dos conhecimentos em produtos e processos. A educação é o foco da nova política orientada para a competitividade, viabilizando ações que se voltem para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e melhor distribuir a renda do país. “Desnecessário seria ressaltar que a capacitação tecnológica existe nas pessoas e não só nos equipamentos” (Idem, 1993, p. 13). Se não forem ampliadas as bases geradoras do conhecimento, investindo em ciências e tecnologia, a modernização da indústria é impensável.

Os determinantes da competitividade sistêmica foram subdivididos, no ECIB, em três grupos: fatores internos à empresa; fatores de natureza estrutural, pertinentes aos setores e complexos industriais; e fatores de natureza sistêmica, conforme mostra a figura 4.

**Figura 04 – Fatores Determinantes da Competitividade da Indústria (Empresa ou Nação).**



Fonte: Coutinho e Ferraz, 1993, p.21.

**Fatores Internos à Empresa** – são fatores que estão sob as decisões das empresas ou indústrias, equivalendo ao nível micro do sistema IDA. Através da eficiência administrativa, as indústrias diferenciam-se de seus competidores e criam vantagens competitivas. Incluem os estoques de recursos acumulados pelas indústrias, as vantagens competitivas que possuem e a sua capacidade de ampliá-las, tais como a capacitação tecnológica e produtiva; a qualidade e produtividade dos recursos humanos; o conhecimento do mercado e a capacidade de se adequar às suas especificidades; as relações privilegiadas entre fornecedores e clientes e os serviços de pós-venda, entre outros.

**Fatores Estruturais** – são aqueles fatores que, mesmo não sendo totalmente controlados pela indústria, estão parcialmente sob a sua área de influência e define o ambiente competitivo enfrentado pelas indústrias. Este atributo engloba as características dos mercados consumidores referente à distribuição geográfica, às faixas de renda, oportunidades de acesso aos mercados internacionais; à configuração da indústria, como grau de concentração, escala de operação, atributos dos insumos, potencialidade de alianças com fornecedores, usuários e

concorrentes, origem e direção do progresso técnico; a natureza da concorrência, meio ambiente e competidores, sistema fiscal-tributário, práticas de importação e exportação.

**Fatores Sistêmicos** – correspondem aos fatores externos às indústrias, mas também afetam as características do ambiente competitivo e podem ser relevantes nas vantagens competitivas que as indústrias de um país possuem ou deixam de possuir em relações às suas rivais na competição internacional. Esses fatores podem ser de natureza: macroeconômicas (taxas de câmbio, oferta de crédito e taxas de juros); político-institucionais (políticas tributária e tarifária); regulatórios (políticas de proteção à propriedade industrial, preservação ambiental, políticas de defesa da concorrência e proteção ao consumidor); infra-estrutura (serviços tecnológicos, energia, transporte, telecomunicação); sociais (qualificação da mão-de-obra, políticas de educação e formação de recursos humanos, legislação trabalhista, seguridade social e grau de exigência dos consumidores); fatores referentes à dimensão regional (que engloba os aspectos relativos à distribuição espacial da produção); e, por fim, fatores de escala internacional (tendências do comércio mundial, fluxos internacional de capital, de investimento de risco e de tecnologia, políticas do comércio exterior e acordos internacionais).

De uma maneira geral, a diferença fundamental entre os três modelos está na maneira de conceber as políticas públicas como um dos fatores determinantes para a competitividade das indústrias ou não. O modelo do IDA e o modelo do ECIB dão ênfase maior às políticas públicas como determinantes das vantagens das indústrias do que o modelo de competitividade desenvolvido por Porter, o qual restringe o papel do governo apenas a influenciar os quatro atributos que determinam a competitividade em seu modelo.

Os três modelos de competitividades sistêmica aqui apresentados compreendem a competitividade como resultado da atuação conjunta de forças de mercado e forças que não estão relacionadas ao mercado e estão fora do alcance das indústrias, mas mesmo assim são fundamentais para o sucesso competitivo destas.

Na próxima Seção, será analisada a competitividade da indústria de confecção nacional, a partir do modelo de competitividade sistêmica desenvolvida por Coutinho e Ferraz para o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.

## 1.2 Competitividade da indústria de confecção brasileira

A indústria de confecção<sup>3</sup> brasileira não difere das outras indústrias quanto aos fatores condicionantes de competitividade. Conforme Coutinho e Ferraz (1993a), o Brasil é um dos poucos países em desenvolvimento que internalizou todas as atividades do complexo têxtil, desde a produção da matéria-prima até o último elo, da confecção. A principal fonte de demanda da indústria de confecção é o mercado interno. O histórico do País em relação às exportações é recorrer ao mercado externo apenas quando o mercado interno está em retração, ocorrendo uma “correlação negativa entre o crescimento do PIB e as exportações” (COUTINHO E FERRAZ, 1993a, p.41).

A dinâmica da indústria têxtil, de acordo com os referidos autores, é dada pelo mercado final; inserida naquela, a indústria de confecção é o maior consumidor dos produtos produzidos pela indústria têxtil. Na estrutura da indústria de confecção brasileira o setor registra forte heterogeneidade tanto em nível das plantas industriais, em sua maior parte é resultante das características do mercado (mesmo as indústria produzindo produtos semelhantes podem se utilizar de técnicas produtivas distintas) quanto em nível de diversidade de itens fabricados pelas indústrias (pode ir de uma simples camiseta à ternos e roupas femininas sofisticadas). Essa heterogeneidade da estrutura da indústria de confecção brasileira Coutinho e Ferraz atribuíram à própria heterogeneidade do mercado consumidor, em que convivem diferentes segmentos de níveis de renda, padrões de informação e exigência.

A estrutura da indústria de confecção brasileira, conforme dados da ABRAVEST – Associação Brasileira do Vestuário – é composta de um número bastante elevado de unidades industriais, 17.526 em 2004, constituindo-se em torno de 96% delas de micro, pequenas e médias indústrias. Isso se deve, segundo a fonte citada, fundamentalmente, à inexistência de barreiras técnicas significativas à entrada de novas indústrias no setor, no que se refere à escala de produção, tecnologia de processo ou produto, volume de recursos necessários ou treinamento da mão-de-obra.

A heterogeneidade da indústria de confecção brasileira, conforme Coutinho e Ferraz (1993b), acentua-se ainda mais entre as indústrias de pequeno e médio porte. Nesses níveis, existe grande número de indústrias tecnologicamente defasadas que estão voltadas

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa quando há referencia à indústria de confecção deve ficar claro que se trata da indústria de confecção de artigos do vestuário, código 18 da classificação do Código Nacional da Atividade Empresarial (CNAE), grupo 181 como pode ser observado no quadro 01 dos anexos.

prioritariamente ao mercado interno, as quais se munem de estratégias de competição baseada em redução de custos. Outro grupo de indústrias, parcialmente modernizadas, na maioria dos casos, voltam-se para nichos do mercado interno de alta renda. Essas adotam estratégias competitivas de diferenciação do produto e enfatizam o controle de qualidade.

Conforme Coutinho e Ferraz (1993c), as grandes indústrias como buscam constantemente, como estratégia empresarial, a modernização e ganhos de produtividade, em sua maioria são indústrias atualizadas tecnologicamente e organizacionalmente. Tais indústrias têm, no mercado exterior, esquemas bem estruturados de comercialização e venda de seus produtos, e são as responsáveis pelas exportações brasileiras. Uma das maiores indústrias desse setor, no início da década de 1990, conforme a referida fonte, exportava 35% de sua produção.

A conjuntura de pouca exposição à competição externa, tanto pelo lado de exportação como de importações, com a própria heterogeneidade, em todos os sentidos – renda, situação geográfica, formação cultural -, do mercado consumidor brasileiro, acabou por conformar uma estrutura industrial ainda mais heterogênea que aquela que normalmente caracteriza o setor de confecções internacional. Por esse motivo, são encontradas plantas com distintos níveis de capacitação, desempenho e produtividade nos diversos segmentos do setor. (COUTINHO E FERRAZ, 1993c, p.6).

Quanto aos fatores determinantes da competitividade da indústria de confecção, o estudo do ECIB (1993b) segue o modelo que desenvolveu para o estudo da indústria brasileira como um todo; e está subdividido em três grupos de condicionantes da competitividade: fatores internos à empresa; fatores de natureza estrutural – pertinentes aos setores e complexos industriais -; e fatores de natureza sistêmica, conforme exposto na figura 4.

Nos fatores internos à empresa, ou fatores empresariais, o referido estudo constatou que, no início da década de 1990, a indústria de confecção brasileira possuía uma fraca adoção de estratégias empresariais de capacitação tecnológica e gerencial. Praticamente inexistiam processos de integração e cooperação entre as indústrias; há grande disparidade tecnológica entre elas; tecnicamente, ainda é possível produzir o mesmo produto com combinação de intensidade diversa de capital e trabalho, fazendo com que sejam atingidos os custos comparativos; a utilização de técnicas organizacionais modernas ainda é restrita no setor, sendo poucas as indústrias que utilizam técnicas de organização como círculos de controle de qualidade, *just-in-time* – que tem como princípio o melhor aproveitamento possível do tempo de produção –, Kanban – controla a reposição de estoques por meio de senhas –, e Grupos de trabalhos, que tendem a melhorar o ambiente de trabalho, posto que a diminuição dos níveis hierárquicos gera maior envolvimento dos trabalhadores no processo de

produção; o treinamento da mão-de-obra é uma prática pouca utilizada na indústria. A maioria das indústrias não realiza qualquer treinamento de seus funcionários, em todos os níveis hierárquicos; as pequenas e médias são as que menos realizam treinamento direto de sua mão-de-obra e, ainda, utilizam pouco, em comparação com as grandes indústrias, as instituições de apoio para a formação de recursos humanos.

Nos fatores estruturais, o estudo do ECIB (1993b) apontou a heterogeneidade da indústria de confecção como responsável pelos diferentes desempenhos e inserções competitivas. Apenas poucas indústrias conseguiram reunir as capacitações necessárias para uma penetração competitiva no mercado internacional, e essas são, em geral, grandes indústrias com boa atualização tecnológica e organizacional. A subcontratação de indústrias menores para a prestação de serviços, ou seja, a terceirização de algumas fases da produção ou mesmo a subcontratação total de certas linhas de produtos, era, no início da década de 1990, uma das principais estratégias competitivas desse setor. No Brasil, essa prática tem visado apenas à redução de custos diretos, sem maior preocupação com a qualidade do produto e, na maioria das vezes, visa, principalmente, contornar obrigações tributárias e trabalhistas. A concentração geográfica da indústria em uma mesma região sugere a oportunidade de formação de pólos de modernização que, ao mesmo tempo, pode servir para estreitar relações inter-indústrias e estimular a cooperação, como é o caso dos pólos de Vilar dos Teles (RJ) e o pólo de Americana (SP).

A atuação das pequenas e médias indústrias em conjunto pode beneficiá-las na aquisição de equipamentos, compra de matérias-primas, centrais de acabamentos assim como facilita o acesso a equipes de consultores especializados, e podem ser favorecidas pelo apoio das instituições de pesquisa e informações.

A infra-estrutura tecnológica, conforme o estudo do ECIB (1993b), é um fator chave na busca de competitividade pelas pequenas e médias indústrias. A oferta de tecnologia relacionada à pesquisa e desenvolvimento de matérias-primas e produtos, a prestação de serviços nas áreas de controle de qualidade e a formação de recursos humanos podem ocorrer através de empresas privadas ou instituições públicas, porém, há uma heterogeneidade na capacitação da oferta de serviços pelas instituições públicas, cuja avaliação é de uma capacitação mediana na prestação de serviços, enquanto os laboratórios mantidos pelas empresas multinacionais são considerados bem capacitados.

Entre os fatores sistêmicos que dificultavam o aumento da competitividade da indústria de confecção, no início da década de 1990, conforme o estudo do ECIB (1993b), encontrava-se a ausência de crescimento da renda nacional, uma vez que a produção era

voltada fundamentalmente para mercado interno. Em vista da crescente intensidade de capital, a restrição à disponibilidade de crédito para as pequenas e médias indústrias a médio e longo prazo bem como seu custo são fatores desfavoráveis à competitividade do setor. Esse fator tende a acentuar a concentração da produção e a heterogeneidade tecnológica, já que a maioria dessas indústrias não têm acesso ao mercado internacional de crédito ou mesmo ao mercado doméstico de capitais.

Outro fator importante, que contribui negativamente para o aumento da competitividade do setor, é o sistema tributário com sua complexidade e abrangência. “Os impostos em cascata elevam os custos dos insumos, bens de capital e do produto final sem a oportunidade de serem desonerados nas exportações” (Idem, 1993b, p.47). A “guerra fiscal” entre as Unidades da Federação também se constitui num condicionante negativo para o aumento da competitividade do setor de confecção. Essa prática – que pode ser tanto a isenção do ICMS como a permissão para pagamento desses benefícios a prazos dilatados e sem correção dos débitos fiscais – introduz distorções ao incentivar realocização industrial em condições de tratamento tributário instáveis.

A alta carga tributária sobre os encargos sociais é outro fator que desfavorece a competitividade do setor de confecção nacional, intensivo em mão-de-obra. Conforme dados da ABRAVEST (2006), chega a 117% do valor da folha de pagamento, sendo o percentual mais elevado entre os países produtores de confecção. Esse fator contribui sobremaneira para a estratégia de terceirização, ou informalização, adotado pela indústria nacional que, além de manter parcela importante da força de trabalho sem cobertura das obrigações sociais, estabelece uma concorrência predatória com as indústrias do setor formal. Indústrias que cumprem as obrigações sociais não conseguem competir em preços com as indústrias que atuam de modo informal, tornando quase que inevitável a participação daquelas no processo de informalização.

Entre os aspectos regulatórios que afetam a competitividade da indústria de confecção, conforme o ECIB (1993b), está a legislação de defesa do consumidor. Segundo o já referido estudo, faz-se necessário complementar a legislação de defesa do consumidor com padrões e normas que estabeleçam parâmetros mínimos de qualidade para os produtos têxteis. A ausência de normas específicas permite a produção de produtos com diferentes níveis de qualidade, ou abaixo dos padrões, o que desestimula a elevação da capacitação das indústrias e possibilita a concorrência desleal de produtos importados de baixa qualidade. Nas condições de acesso aos principais mercados, os confeccionados baseados no algodão são os que possuem maior competitividade.

Em relação à questão internacional, o estudo do ECIB considera como principais fatores de competitividade sistêmica a proteção tarifária, condições de acesso aos principais mercados e o Mercosul. Outra questão que afeta a competitividade da indústria nacional, considerado pelo estudo do ECIB (1993b), refere-se à estrutura das alíquotas tarifárias, a qual não permite uma diferenciação entre insumo e produto final – a alíquota de tecidos é a mesma alíquota de confecções –, desincentivando a produção interna, já que uma atividade que agrega mais valor internamente é taxada com a mesma alíquota que seu insumo.

O complexo têxtil, em 1990, foi o primeiro setor produtivo a antecipar a abertura comercial, alegando a ameaça ao plano antiinflacionário alimentado por itens de vestuário. Esse processo que liberalizou as importações não teve acompanhamento de mecanismos eficazes como apoio à capacitação tecnológica e redução da carga tributária para que as indústrias brasileiras conseguissem competir de igual para igual com as indústrias estrangeiras. Segundo o SEBRAE (2006), os juros elevados, o câmbio defasado e os impostos somaram uma contra-força que desalinhou a competitividade da indústria de confecção em relação à concorrência internacional. No entanto, a abertura de mercado com redução de alíquotas para importação de confeccionados, conforme a ABRAVEST (2006), em alguns aspectos, foi considerado útil ao setor, levando-o ao seu reposicionamento de forma a competir com os concorrentes internacionais. A abertura do mercado estimulou a indústria nacional a adotar programas de melhoria de qualidade, de produtividade e de rápido atendimento. A vinda de produtos importados é também considerada pela ABRAVEST como fator positivo, estimulando a criatividade e a melhoria para o setor de confecção nacional, que vive basicamente da moda.

A abertura econômica do início dos anos de 1990, que provocou grande aumento das importações de produtos de confecções vindos da China e da Índia, principalmente, após meados da década, quando ocorreu o fortalecimento da moeda nacional, fez com que a indústria de confecção nacional passasse por forte reestruturação. Boa parte das indústrias que conseguiram sobreviver à abertura econômica passou por uma modernização. Segundo a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG – (2006), atualmente, as indústrias de confecção brasileiras passaram a investir mais em tecnologia, mão-de-obra qualificada, e aumento de produtividade, favorecendo a competição no mercado nacional e internacional.

Outro fator relevante para a competitividade da indústria nacional, conforme a FIEMG (2006), está na utilização de novas matérias-primas. O Brasil passou a ter acesso, com a abertura do mercado, aos mercados internacionais que fabricam tecidos modernos a preços

competitivos. Além disso, segundo ABRAVEST (2006), na fase de desenho e corte grandes avanços foram obtidos com a introdução da tecnologia CAD/CAM, permitindo a economia de tecidos e ganhos de velocidades nas etapas de criação, especificação técnica das peças e modelagem. A subcontratação ou a terceirização da produção nas fases de costura e montagem das peças, segundo a referida fonte, também vem sendo usada como estratégia empresarial pelas indústrias nacionais, visando principalmente contornar obrigações sociais, ou seja, essa estratégia vem sendo confundida no Brasil com informalização da mão-de-obra para diminuir custos.

A criação de marcas próprias e a formação de pólos regionais, segundo a ABRAVEST (2006), atualmente, vêm sendo adotadas como estratégias empresariais para aumentar a competitividade da indústria nacional frente aos seus competidores nacionais e internacionais. Do mesmo modo, vem ocorrendo no Brasil uma realocação espacial da indústria para regiões que ofereçam mão-de-obra abundante e de menor custo, carga tributária mais baixa e incentivos fiscais.

Devido a essas estratégias e à modernização de boa parte das indústrias nacionais, segundo a FIEMG (2006), algumas indústrias passaram a exportar parte de sua produção. Os maiores mercados consumidores internacionais dos produtos brasileiros em 2000, segundo a referida fonte, foram Estados Unidos com 35% do total dos produtos exportados; Argentina com 28% e Uruguai com 6,08%. De modo geral, as exportações brasileiras destinam-se principalmente aos países do MERCOSUL e aos Estados Unidos, com uma pequena participação dos países asiáticos e europeus. As exportações brasileiras do setor de confecção, ainda segundo a referida fonte, cresceram 13,21% entre 1997 e 2002; um fator positivo foi a criação do Fórum de Competitividade da Cadeia Produtiva Têxtil e de Confecções, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, que determinou metas de exportação e estimulou a eliminação do PIS e Cofins, aliadas a um pedido de financiamento maior para as exportações do setor.

Diante disso, pode-se dizer que, após o setor de confecção nacional ter enfrentado uma grave crise com a abertura da economia, medidas mais consistentes vêm sendo adotadas na tentativa de melhorar a competitividade da indústria em relação aos produtos internacionais. Afinal, cada vez mais vem ocorrendo a eliminação das barreiras mercantis entre os países, tornando os mercados mais globalizados. Nesse contexto, está a eliminação do Acordo Multifibras<sup>4</sup> – MFA –, um dos principais acordos internacionais sobre a

---

<sup>4</sup> “O Acordo Multifibras objetivava, principalmente, a contenção de exportações, através do estabelecimento de cotas e tarifas. Neste acordo, predominavam as negociações bilaterais e os países em desenvolvimento foram os

comercialização de têxteis e vestuários, que vigorava desde 1974 e na Rodada de negociações internacionais sobre tarifas e comércios ocorrida no Uruguai em 1994 – chamado de Rodada Uruguai, começou a ser adaptadas às regras do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio). O texto final da Rodada Uruguai determinou a eliminação gradativa de todas as cotas do MFA e de outras cotas referentes a produtos têxteis. Passou a vigorar um novo acordo, o Acordo de Têxteis e Vestuário (ATV), que pode ser considerado um acordo de transição, com um período de vigência limitado. Conforme Prochnik (2002), o novo ATV objetivava liberalizar o comércio do setor têxtil e confecção em dez anos, entre 1995 a 2005. Nesse período, as regras do antigo Acordo Multifibras, conforme o referido autor, foram gradualmente desmanteladas, eliminando as restrições quantitativas impostas aos produtos. Assim, esse novo Acordo reduziu, gradualmente, a quantidade de produtos que estão sujeitos às restrições e aumentou o tamanho das cotas de importações. Dessa forma, os produtos, gradativamente, foram deixando de ter sua comercialização regulada pelo ATV e passaram a ser submetidos às regras da Organização Mundial do Comércio - OMC.

Durante a vigência do ATV, segundo Prochnik (2002), devido à forma como foi conduzido – a decisão de deixar para o período final, início de 2005, a maior parte das liberações bem como a forma de cálculo escolhida, feita sempre em volume, o que ocasionou liberações apenas de itens menos sofisticados, de baixo custo específico -, os ganhos para os países subdesenvolvidos foram muito pequenos. A Confederação Nacional da Indústria – CNI (2005), considerou o fim do ATV, que ocorreu em dezembro de 2004, um fator de boas e novas oportunidades para os países que modernizaram seu parque fabril em busca da redução de custos e aumento da competitividade. Segundo a CNI (2005), o produto brasileiro já vem sendo reconhecido no mercado externo pela sua qualidade e design. Além disso, as indústrias brasileiras que adotam práticas de responsabilidade social e ambiental ganham pontos no mercado norte-americano e, principalmente, no europeu. Outra grande vantagem do Brasil, segundo a CNI, é sua proximidade geográfica com os Estados Unidos, destino da maior parte de suas exportações, em relação a China e a Índia. Segundo a referida fonte, os produtores instalados no Nordeste do País poderão ser nitidamente favorecidos pela distância em comparação à China.

Para a CNI (2005), o Brasil é competitivo em determinados produtos como toalhas felpudas, tecidos para jeans, roupas de cama, malharia, moda íntima e moda praia e o fim do acordo é uma boa oportunidade para o País ampliar suas vendas para o exterior. Em 2004, por

---

mais prejudicados, pois além das restrições quantitativas, era permitido que os países desenvolvidos adotassem certas medidas de caráter extraordinário para defenderem os produtos nacionais” (PROCHNIK, 2002, P.14).

exemplo, segundo a referida fonte, o Brasil poderia ter vendido 90 milhões de toalhas felpudas para os Estados Unidos, mas as cotas limitavam em apenas 50 milhões.

Conforme a CNI (2005), o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecções – ABIT, José Gomes da Silva, afirmava, em 2004, que existia uma avaliação equivocada de que a China, com o fim do ATV, “invadiria” o Brasil com produtos têxteis. Segundo ele, a China poderia ter “invadido” o Brasil quando quisesse, pois o País nunca adotou cotas para a compra de confeccionados. O estrago maior já foi feito quando o Brasil abriu sua economia e levou o setor ao fundo do poço, forçando sua reestruturação. No entanto, quem estava enganado em relação à “invasão” dos artigos chineses era o presidente da ABIT, pois de janeiro a maio de 2005 (primeiros cinco meses após o fim do ATV), segundo a ABRAVEST (2006), as exportações brasileiras de confecções apresentaram um crescimento de apenas 11,68% em relação ao mesmo período de 2004, enquanto a China, nesse mesmo período, aumentou suas exportações de confeccionados para o Brasil em 64,83%, o que causou preocupação entre os empresários e entidades ligadas ao setor, o que levou a ABRAVEST, apoiada pelos sindicatos das indústrias do setor de todo o País, a enviar ao Governo brasileiro pedido de salvaguardas<sup>5</sup> para proteger o setor. Em outubro de 2005, segundo a ABRAVEST, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou as regras para a implementação de salvaguardas contra os produtos da China com prazo de validade até 2008.

Para a ABRAVEST (2006), embora os empresários do setor tenham despendido grandes esforços para modernizar suas indústrias, a grande dificuldade da maioria das micro e pequenas empresas para conseguir financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – fez com que muitas empresas nacionais não conseguisse alcançar a modernização necessária para se tornar suficientemente competitiva no cenário atual. Além disso, a alta carga tributária incidente sobre o setor e os elevados encargos sociais resultam numa menor competitividade dos produtos nacionais em comparação com os produtos chineses. Segundo a ABRAVEST (2006), o Brasil exporta o quilo de confecção a 16,17 centavos de dólar, enquanto o mesmo produto é importado da China por 4,61 centavos de dólar, ou seja, o menor custo dos produtos chineses torna a China competitiva em relação ao Brasil não só no mercado nacional, mas também no mercado externo, dificultando a comercialização dos produtos nacionais tanto no mercado interno como através de exportações para outros países.

---

<sup>5</sup> “Salvaguardas são ações de emergência que restringem importações de produtos, cujo aumento ameaça causar danos para a indústria local” (GLOSARIO DO COMÉRCIO EXTERIOR, 2006, p.1).

### 1.3 Conclusão

A competitividade sistêmica é um processo que está relacionado à capacidade das indústrias, mas que se estende à capacidade das nações e de seus cidadãos de criar condições favoráveis à competitividade. Seu significado está relacionado a um conjunto de elementos que atinge desde fatores externos à nação (como políticas internacionais com reflexos negativo ou positivo sobre determinado país) até fatores internos às próprias indústrias como, por exemplo, o controle de qualidade do produto e estratégias empresariais. No âmbito das indústrias, o conceito de competitividade está relacionado com um bem-sucedido desempenho no mercado em que elas concorrem.

São considerados dois tipos de competitividade: as que estão relacionadas aos preços, custos – principalmente relacionados à mão-de-obra e taxas de câmbio, chamadas de competitividade espúria - e a competitividade relacionada à incorporação do progresso técnico e aos ganhos de produtividade e qualidade dos produtos.

O conceito de Porter está baseado em quatro atributos que moldam o ambiente no qual as indústrias concorrem e contribuem, negativa ou positivamente, para a competitividade das indústrias, denominado pelo autor de “diamante” da vantagem nacional. São eles: condições de fatores, condições de demanda, indústrias correlatas e de apoio, estratégia, estrutura e rivalidade das indústrias.

O segundo conceito de competitividade sistêmica analisado foi o conceito desenvolvido pelo Instituto Alemão de Desenvolvimento (IDA), que analisa a competitividade para o desenvolvimento econômico das nações ou regiões, através de quatro níveis de influência sobre as indústrias (nível meta, macro, meso e microeconômico) e todos esses níveis podem influenciar de forma negativa ou positiva sobre os ganhos de competitividade.

O conceito de competitividade elaborado no ECIB, aproxima-se do conceito desenvolvido pelo IDA, por considerar que o desempenho empresarial depende e é resultado de fatores situados além do âmbito das indústrias e das estruturas industriais nas quais elas estão inseridas, e é influenciado também pelos fatores macroeconômicos, infra-estrutura, sistema político-institucional e características socioeconômicas dos mercados nacionais. Ou seja, os modelos elaborados pela IDA e no ECIB englobam as políticas públicas, inclusive as políticas ambientais e regionais, como fatores determinantes da competitividade. Essa última abordagem subdivide os fatores de competitividade em três conjuntos: fatores internos à empresa, fatores estruturais e fatores sistêmicos.

A competitividade da indústria nacional de confecção, até a abertura do mercado, no início da década de 1990, era baseada essencialmente na competitividade espúria. Foi só após a abertura econômica, quando o País passou a enfrentar a concorrência direta de produtos confeccionados no estrangeiro, que a indústria doméstica passou a renovar suas estratégias competitivas, através da modernização tecnológica e adoção de novas técnicas organizacionais. Porém, a terceirização espúria da produção ainda continua sendo usada como forma de reduzir custos e aumentar a competitividade da indústria.

O fato das indústrias não se terem modernizado antes da abertura econômica, segundo Coutinho e Ferraz (1993b), está atrelado à própria estrutura do setor e da falta de políticas públicas específicas, pois 96% das indústrias de confecção são micro, pequenas e médias indústrias, o que significa que possuem poucos recursos financeiros para investimentos tecnológicos e gerenciais. Nesse perfil, insere-se o parque industrial da mesorregião Sudoeste, onde 93% são micro e pequenas indústrias.

Em função de não haver políticas públicas que disponibilizem linhas de crédito para atender esse perfil industrial além da elevada carga tributária tanto em relação ao produto quanto aos encargos sociais e à ausência de normas que estabeleçam padrões de qualidade de produtos que entram no País, conforme Coutinho e Ferraz (1993b), a competitividade da indústria nacional ficou comprometida, o que levou (ainda leva) o setor a buscar alternativa na terceirização ou informalização (tanto das atividades quanto da mão-de-obra utilizada) a competitividade necessária para garantir sua participação no mercado. Afinal, contornando as obrigações tributárias e encargos sociais, as indústrias reduzem os custos diretos e, sem grande preocupação com a qualidade do produto, aumentam sua competitividade no mercado.

Apesar da modernização de boa parte da indústria nacional na última década, o Brasil ainda sofre com a competição chinesa. Os produtos chineses são mais competitivos em custos que os produtos nacionais, o que dificulta a comercialização da produção doméstica tanto no mercado nacional como internacional. Com fim do ATV, as exportações da China para o Brasil cresceram consideravelmente, o que preocupou a indústria nacional e forçou-a a tomar medidas restritivas às exportações chinesas.

Diante do exposto, pode-se afirmar que o estudo dos fatores de competitividade sistêmica é de grande importância para avaliar o potencial de crescimento econômico de uma indústria, região ou nação. A análise de seu conjunto de fatores, nos mais diferentes níveis, permite que se avaliem todos os aspectos relevantes para o desenvolvimento econômico das nações através de suas indústrias, podendo-se, também, identificar os pontos fortes e fracos de determinado setor econômico ou mesmo de uma região, o que pode auxiliar no

desenvolvimento de políticas públicas e estratégias empresariais para o fortalecimento econômico, em escala regional, nacional ou internacional. Desta forma, assim como afirmam Diniz Filho e Vicentini, “o conceito de competitividade sistêmica apresenta necessariamente uma dimensão geográfica, na medida em que trata das inter-relações entre inúmeros fatores de produção que possuem expressão espacial e que ocorre em escalas variadas, que vão do regional ao global” (2004, p. 113). Dessa forma, o conceito de competitividade sistêmica, por agrupar os fatores competitivos em diferentes níveis, será de grande importância para identificar, na mesorregião Sudoeste, os fatores que condicionaram a implantação e o desenvolvimento da indústria de confecções bem como sua competitividade atual.

## CAPÍTULO II

### **FASES DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ, DESTACANDO-SE A IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO**

O processo de industrialização do Brasil passou por vários estágios até chegar ao momento atual. Ao se desenvolver, atingiu o território nacional de forma diferenciada, ocorrendo maior desenvolvimento em algumas regiões e estagnação (ou até declínio) em outras, passando por períodos de expansão e de crise, de concentração e de desconcentração. O Estado teve papel decisivo no processo de industrialização do Brasil, pois as políticas públicas foram as maiores propulsoras do desenvolvimento econômico e da propagação ou concentração do crescimento econômico nacional entre as regiões.

Na primeira parte deste capítulo, será feita uma abordagem sobre a industrialização brasileira, com destaque para a implantação e desenvolvimento da indústria têxtil<sup>6</sup> e de confecção, caracterizando as principais transformações ocorridas desde o início do processo de industrialização do Brasil até os dias atuais e enfatizando a contribuição das políticas públicas no desenvolvimento econômico nacional. Também será abordado, nesta seção, o movimento espacial da indústria de confecção nacional sobre o território brasileiro e sua distribuição geográfica entre as Macroregiões. Na segunda parte deste capítulo, serão analisados os desdobramentos da industrialização nacional no estado do Paraná, destacando a implantação e desenvolvimento da indústria de confecção, assim como a distribuição espacial dessa indústria entre as Mesorregiões do Estado.

---

<sup>6</sup> Devido a dificuldade de encontrar material que trate especificamente sobre o desenvolvimento da indústria de confecção no Brasil, na primeira parte deste capítulo será apresentada uma abordagem sobre a implantação da indústria têxtil e de confecção brasileira juntas, uma vez que, pelo que se percebe na literatura existente sobre o complexo têxtil, a indústria de confecção delineou praticamente o mesmo caminho que a indústria têxtil, já que a dinâmica da indústria têxtil, segundo Coutinho e Ferraz (1993a), é dada pela indústria de confecção e segundo Suzigan (1986, apud MONTEIRO FILHA E CORRÊA, 2002), a indústria de confecção desenvolveu-se no Brasil no final da década de 1860 e início da década de 1870 e a partir do ano de 1882 acompanhou os movimentos da indústria têxtil.

## 2.1 A trajetória da Indústria no Brasil: destaque para a indústria têxtil e de confecção

O marco histórico que deu início à industrialização brasileira, consoante Celso Furtado (1998), foi a aprovação da Tarifa Alves Branco em 1844. Essa reforma, ao dobrar a tarifa vigente sobre os produtos importados desde 1827, de 15% para 30% em média, deu maiores condições para o produto nacional competir com o importado. Um outro fator que contribuiu com os investimentos internos, conforme Milton Braga Furtado (1988), foi a aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, em 1850, que, ao suspender em definitivo o tráfico negreiro, causou uma transferência interna do capital investido no comércio de escravos para outros setores produtivos.

A indústria têxtil, conforme Furtado (1998) e, do mesmo modo, segundo Monteiro Filha e Corrêa (2002), a indústria de confecção lideraram o processo de industrialização brasileira. Entre 1866-85 a taxa de crescimento desses setores foi de 9,4% ao ano. Segundo Furtado (1998), foi no Nordeste que se instalaram as primeiras indústrias dos setores têxtil e de confecção e, ainda em 1910, o número de operários que trabalhavam nas indústrias desses setores na região Nordeste assemelhava-se ao de São Paulo.

Entre 1905 a 1913, conforme Furtado (1988), os setores têxtil e de confecção, que lideravam o processo de crescimento industrial do Brasil, obtiveram crescimento de 90,8%. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918), segundo Textília (2005), pode ser considerada como fator decisivo para a consolidação das indústrias têxtil e de confecção brasileiras. A dificuldade de importar produtos de outros países estimulou o crescimento da produção interna.

A crise de 1929, que elevou o preço dos produtos importados, constituiu-se em um poderoso estímulo à expansão industrial brasileira. Graças a ela (a crise), o País iniciou uma fase de crescimento industrial auto-sustentada, iniciando efetivamente o Processo por Substituição de Importação (PSI). Os setores têxtil e de confecção por apresentarem ociosidade durante a crise, estiveram entre os primeiros setores a reagir, duplicando sua produção no ano de 1932 em relação ao ano de 1929.

Entre 1929 e o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), conforme a Textília (2005), as indústrias dos setores têxtil e de confecção, ampliaram-se passando a operar com mais de um turno de trabalho, aumentando a produção para atender o mercado interno e exportando para mercados da Europa e dos Estados Unidos. Entre 1920 a 1940, segundo a referida fonte,

o número de operários ocupados nas indústrias desses dois setores triplicou e a participação desses setores no Produto Industrial chegou a 23,1%.

As indústrias têxtil e de confecção lideraram o processo de industrialização brasileira até a década de 1950. No entanto, conforme Furtado (1988), já na década de 1930, a estrutura industrial nacional passou por profundas alterações e, embora os setores têxtil e de confecção continuassem a liderar o processo de substituição de importações, outros setores expandiram-se em detrimento dos mais tradicionais. A política de importação, na medida em que favoreceu a importação de equipamentos para certos setores, como metalúrgico, mecânico e de energia elétrica, em detrimento de outros setores, principalmente o têxtil e de confecção, motivou as modificações na estrutura industrial brasileira e impediu que os setores têxtil e de confecção renovassem e modernizassem suas maquinarias.

Na evolução do processo de substituição de importação, conforme Brum (2000), distinguem-se três fases distintas:

- Produção de bens não-duráveis, de consumo imediato, estendendo-se desde o início do processo até meados da década de 50. Nessa fase surgiram principalmente os artesanatos e as oficinas, as pequenas indústrias e as indústrias de médio e até de grande porte nas áreas mais habitadas como São Paulo, por exemplo, onde havia maior demanda. Os principais setores industriais que se desenvolveram nessa época foram o têxtil, o de confecção, alimentação, incluindo bebidas, chapéus e calçados.

- Produção de bens de consumo duráveis: iniciando a partir da segunda metade da década de 1950 no governo JK que, no decorrer da condução de seu Plano de Metas<sup>7</sup>, desenvolveu uma política de atração de capitais estrangeiros e estimulou o capital nacional, tornando-se o setor mais dinâmico da economia brasileira. A implantação da indústria automobilística - Volkswagen, Ford, General Motors e Willys Overland no ABC paulista - representou o fator mais importante dessa fase seguido da indústria de eletrodomésticos e eletroeletrônica.

- Produção de bens de capital e insumos básicos: a produção de bens de capital e insumos básicos teve um razoável destaque nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, porém a indústria de base (bens de capital e insumos básicos) só se tornou prioridade efetiva na segunda metade da década de 1970, no Governo Geisel. Com a sua implantação, o Brasil tornou-se o único país do Terceiro Mundo a completar, com êxito razoável, o processo de industrialização por substituição de importações.

---

<sup>7</sup> O Plano de Metas, segundo Brum (2000), tinha como objetivo acelerar a industrialização do Brasil e fazer o País crescer “50 anos em 5”.

É claro que essas fases não foram estanques, mas se interpenetraram. O que as caracteriza, de acordo com Brum (2000), são as prioridades das políticas governamentais e, conseqüentemente, a proporção dos investimentos, o grau de expansão e o volume e valor da produção decorrente. Pois Getúlio Vargas já no início de seu governo anunciou a determinação de implantar indústrias de base, consolidando algumas ainda na década de quarenta.

Conforme Furtado (1988), a partir de 1968, o Brasil, tendo esgotado o processo de substituição de importação e necessitando intensificar suas relações de troca para aumentar o crescimento da economia mediante a importação de bens de capital e produtos essenciais à produção e ao consumo e o incentivo à exportação do excedente produzido, adotou uma estratégia de crescimento econômico acelerado, apoiado no mercado externo, que ficou conhecido como “Milagre Econômico”, o qual compreende, conforme Brum (2000), um período de vários anos seguidos de crescimento acelerado da economia brasileira.

Favorecida pela disponibilidade externa de capital, pela disposição dos governos militares e, também, pela conjuntura econômica mundial, conforme Brum (2000), a economia do País obteve taxas médias de crescimento anuais superiores a 10%, enquanto a inflação apresentava uma média anual inferior a 20%, considerada relativamente baixa. Conforme Diniz Filho (2000), o Estado, atuando com grandes investimentos das empresas estatais na indústria de bens de produção e nas redes de infra-estrutura e com outras políticas direcionadas à promoção do crescimento (subsídios fiscais e a concessão de financiamento às empresas privadas), estava na base das estratégias de desenvolvimento implementadas na fase do “Milagre”. Desde o governo JK, com a chegada do capital transnacional, constituiu-se no Brasil o “Tripé da Modernização”, formado pelas indústrias privadas nacionais, as indústrias Estatais e as indústrias multinacionais. Assim, o processo de industrialização brasileira avançou pela complementaridade dos investimentos desses três atores.

Os setores têxtil e de confecção, por influência sistêmica do desenvolvimento industrial da época, também começaram a passar por grandes transformações. Segundo Coutinho e Ferraz (1993c), em meados da década de 1960, com o objetivo de promover a modernização desses setores (via substituição dos equipamentos), através de financiamentos de médio prazo a juros subsidiados do BNDES, foi criado o GEITEX – Grupo Executivo da Indústria Têxtil, mais tarde transformado em Grupo Setorial IV. Essa iniciativa tinha como objetivo aumentar a produtividade sem expandir a capacidade instalada, por isso eram destruídos publicamente os equipamentos substituídos com financiamento governamental. A maior liberação de recursos, segundo os referidos autores, ocorreu entre 1969 e 1974,

reduzindo drasticamente a oferta de recursos após este último ano (1974). Em 1970, segundo Monteiro Filha e Corrêa (2002), havia, no País, 8.613 unidades industriais de confecção, as quais empregavam 164.512 pessoas.

A fase de crescimento acelerado do conjunto da economia brasileira, conforme Brum (2000), durou até outubro de 1973, quando ocorreu o primeiro choque do petróleo<sup>8</sup>. A crise provocada pelo aumento do preço do petróleo e seus derivados no mercado mundial deteriorou o clima econômico internacional e, conseqüentemente, o crescimento da economia brasileira uma vez que a maior parte do petróleo utilizado no Brasil era importado.

Entre os anos de 1970 e 1980, conforme Diniz Filho, a participação das indústrias produtoras de bens de consumo declinou de 40,4% para 30%, e essa queda não foi ainda maior graças aos estímulos que as indústrias de confecção, calçados e a indústria têxtil receberam da política de incentivo às exportações praticada durante a década de 70 e do processo de urbanização que ocorreu nesse período (2000, p.73). Por sua vez, Coutinho e Ferraz (1993a) afirmam que, até meados da década de 70, a política industrial para os setores têxtil e de confecção foi bastante agressiva, contando com fortes incentivos para sua reestruturação. O auge da taxa de crescimento do PIB, ocorrida em 1973, coincide com a maior taxa de participação, e também de valor absoluto, do investimento nos setores têxtil e de confecção em relação ao total da indústria nacional. Mas a partir de 1974, os incentivos e o processo de investimento reduziram-se consideravelmente. O decréscimo dos investimentos nas indústrias têxtil e de confecção ocorreu em ritmo mais rápido que o da indústria como um todo passando, esses setores, a ser beneficiados apenas pelos incentivos fiscais concedidos às exportações.

Na década de 1980, que ficou conhecida como “A Década Perdida”, o Brasil viveu uma das suas maiores crises econômicas, segundo Brum (2000), devido a duas razões básicas: o esgotamento do projeto de desenvolvimento por substituição de importação, implantado no Brasil, a partir da década de 1930, e a falta de um novo projeto nacional. A crise dos anos de 1980, segundo Brum (2000), ultrapassou essa década e seguiu até os primeiros anos da década de 1990. Em conseqüência, as indústrias têxtil e de confecção brasileiras, assim como a indústria em geral, passaram por grandes oscilações, com uma redução nos níveis de investimentos.

Segundo Coutinho e Ferraz, na década de 1980, foi elaborado em favor do setor têxtil e confecções o Programa Setorial Integrado para o Setor Têxtil (PSI), no qual se

---

<sup>8</sup> O primeiro choque do petróleo significou a quadruplicação dos preços desse produto, elevando o preço do barril de três para doze dólares, no mercado internacional.

estabeleciam metas de expansão e modernização da indústria, baseando-se em projeções de crescimento da demanda interna e das exportações, até 1995. Todo o setor têxtil e de confecção seria contemplado com investimentos desse programa, com metas de produtividade a serem atingidas. Incluíam-se, também, a formação de mão-de-obra e a modernização da organização e gestão da produção. Conforme aumentava a produtividade, reduziam-se as tarifas aduaneiras para a importação de máquinas, equipamentos, matérias-primas. Porém, “esse plano não foi implementado, tendo sido apenas antecipadas as alíquotas propostas no Programa”, (1993a p. 52).

Em 1985, a aceleração do crescimento ocorrido no ano anterior elevou o nível relativo dos investimentos nas indústrias têxtil e de confecção. O plano de estabilização de 1986 aumentou o consumo, fazendo com que os investimentos crescessem e atingissem uma participação próxima à que ocorreu no final da década de 1970. Em 1988, em função do crescimento da demanda, os investimentos nas indústrias têxtil e de confecção foram retomados, voltando a cair em 1989. Em 1990, os investimentos nessas indústrias novamente voltam a crescer, atingindo quase o mesmo nível de crescimento do ano de 1988.

Segundo Monteiro Filha e Corrêa (2002), em 1980, existiam em todo o território nacional 10.000 unidades industriais de confecção (incluindo a indústria de calçados), responsáveis por 9,1% do pessoal ocupado na indústria de transformação, ou seja, empregavam 427.192 pessoas.

Os anos de 1990 são marcados por um novo modelo de desenvolvimento, através do redimensionamento do Estado e das suas funções e da abertura da economia brasileira frente ao mercado global. Com o redimensionamento do Estado, de acordo Diniz Filho (2000), esse deixa de ser o principal promotor do desenvolvimento econômico brasileiro e uma série de reformas são executadas com o objetivo de restringir o seu papel “à regulação, coordenação de interesses e financiamento das atividades produtivas em caráter complementar ao financiamento privado” (2000 p.102). No entanto, segundo o referido autor, a execução do novo modelo de desenvolvimento não foi completa, haja visto que algumas estatais não foram vendidas (como a Petrobrás), de modo que o Estado continuou atuando como produtor.

Esse novo modelo de desenvolvimento, chamado “Modelo Neoliberal”, que reduziria a participação direta do Estado na economia, conforme Brum (2000), tem duas dimensões: o Estado deixa de assumir a realização de novos projetos e vende as empresas estatais, que estavam sob sua tutela, para a iniciativa privada, ou seja, desestatiza/privatiza as empresas pertencentes ao Estado e institui Agências Reguladoras para regular e fiscalizar os serviços prestados pelas empresas privatizadas. Nesse novo modelo de desenvolvimento, a

instituição das Agências Reguladoras era um dos elementos fundamentais do projeto. Dessa forma, ocorreu, nos anos 1990, um intenso processo de privatizações.

Com a redução da presença e da proteção do Estado, as empresas ficaram mais expostas às leis do mercado e da concorrência. O país, conforme Diniz Filho (2000), reorientou as políticas setoriais com o objetivo de integrar-se de forma competitiva no mercado global, elevando a eficiência produtiva e a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional e visando, também, atrair investimentos estrangeiros, “instaurando assim um modelo de acumulação baseado em maior participação do setor externo na determinação do ritmo de crescimento” (2000 p.102).

Nesse novo contexto econômico da década de 1990, as indústrias têxtil e de confecções, na falta de um programa abrangente para os setores, contornaram parte das dificuldades surgidas no início da década de 1990, segundo Coutinho e Ferraz (1993a), com acordos feitos no âmbito da Câmara Setorial Têxtil e de Confecções sobre pontos específicos, centrando-se nas áreas de qualidade e produtividade, comércio exterior, relações trabalhistas, tributação e proteção tarifária e acordos visando à redução dos preços internos dos produtos dos setores têxtil e de confecção.

Com a abertura comercial na década de 1990, conforme Oliveira (1996, apud PEREIRA et al., s/d), o setor têxtil e, principalmente, o setor de confecção foram os mais afetados. A redução das alíquotas de importação de vários produtos causou impactos negativos, sobretudo, para as indústrias têxtil e de confecção. Entre 1990 a 1996, a produção têxtil e de confecção decresceu 1,7%. O crescimento das importações de produtos e confeccionados chegou a 200% entre 1993 e 1995, levando à falência dezenas de indústrias. Os produtos importados chineses e coreanos, conforme o referido autor, chegaram ao mercado brasileiro a preços bem menores que os da indústria nacional, causando o fechamento de mais da metade das 800 indústrias têxteis e de confecção localizadas no pólo de Americana (SP) - e muitas outras espalhadas pelo País - e extinguindo cerca de 20 mil postos de trabalho durante os seis primeiros anos da década de 1990 somente nesse pólo.

Em 1995, conforme Oliveira (1996, apud PEREIRA et al. s/d), a forte concorrência dos produtos importados abalou o mercado nacional, levando os empresários a mobilizarem-se junto ao governo federal com o objetivo de instituir barreiras às importações vindas da Ásia. Com isso, o governo federal elevou a média das alíquotas de 20% para 70% para alguns produtos importados como camisas, por exemplo, e estabeleceu controle para o subfaturamento e a evasão fiscal.

No final da década de 1990 e no decorrer dos primeiros anos de 2000, segundo a ABRAVEST (2006), as indústrias de confecção que conseguiram sobreviver, após a abertura da economia, e obter recursos financeiros, modernizaram o seu parque industrial, sendo que as indústrias brasileiras que possuem melhor modernização tecnológica estão voltadas para a exportação de parte de seus produtos. Após a criação da Agência de Promoção de Exportações e Investimentos do Brasil (APEX), em 2000, entre os anos de 2000 e 2004, conforme dados da Sinditêxtil, o aumento das exportações no setor de confeccionados foi de 70%, o que fez o valor de US\$ 1,22 bilhões passar para US\$ 2,08 bilhões. Nos últimos cinco anos, os produtos brasileiros começaram a ser notados no mercado internacional, ocupando a liderança nas exportações atualmente jeanswear, moda íntima, malharia e infantil. Em consequência da abertura da economia, o setor de confecção chegou ao ano 2000 com uma redução no número de unidades industriais. Em 1997, o setor de confecção possuía 19.014 unidades industriais. No ano de 2004, esse número decresceu para 17.526 unidades. Conforme dados da ABRAVEST (2006), em 2004, o número de empregados no setor de confecção era de 1.051.767. Deste total, 93% são mulheres e 7%, homens. Neste mesmo ano o setor teve um faturamento de US\$ 15.907.070 bilhões.

Outro fenômeno crescente que vem ocorrendo nas últimas décadas, especialmente a partir da década de 1990, com as indústrias têxtil e confecção, principalmente com a indústria de confecção, mais intensiva em mão-de-obra, é o processo de deslocamento regional. A indústria, de um modo geral, sempre foi altamente concentrada em termos espaciais na região Sudeste, mas, a partir da década de 1970, observou-se um “espraiamento” da indústria para outras regiões do País. Segundo Coutinho e Ferraz (1993c), o grau de concentração espacial da indústria de confecção tendeu a reduzir-se entre 1970 e 1980, representando uma perda de participação da região Sudeste tanto no valor da produção da indústria quanto no número de unidades industriais. Isso ocorreu, em parte, devido à recuperação do parque nordestino e à expansão da indústria no Sul. “No caso do Nordeste a recuperação apresentada nos anos 70 é fruto dos incentivos fiscais regionais, enquanto que no Sul ela é explicada principalmente pela expansão de indústrias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul...” (1993a, p. 56). Em 1980, segundo os referidos autores, a região Sudeste era responsável por 67% do valor da produção da indústria de confecção (enquanto em 1970 essa participação era de 79%), seguida das regiões Sul, com 16%, e Nordeste com 14%.

Entre 1989 e 1991, a distribuição regional do número de unidades industriais de confecção, conforme Coutinho e Ferraz (1993c), revela pequenas alterações na participação das macrorregiões como mostra a tabela 01.

**TALELA 01 – Distribuição das Indústrias de Confeção e dos Empregos Gerados por essa Indústria entre as Macrorregiões Brasileiras.**

Macrorregiões	1989		1990		1991	
	Nº Ind.	Part. Rel. (%)	Nº Emp.	Part. Rel. (%)	Nº Emp.	Part. Rel. (%)
Norte	67	0,41	71	0,46	72	0,46
Nordeste	1.155	7,09	1.108	7,21	1.117	7,21
Sudeste	12.045	73,91	11.217	72,98	11.326	73,09
C. Oeste	454	2,79	460	2,99	467	3,01
Sul	2.575	15,80	2.513	16,35	2.515	16,23
Brasil	16.296	100,00	15.369	100,00	15.497	100,00

Fonte: MIC/Coutinho e Ferraz, 1993c, p.36.

A região Sudeste sediava, em 1991, 73,09% das unidades industriais do setor de confecção. Ao comparar os dados da tabela 01, observa-se que entre 1989 e 1991, a participação da região Sudeste no número de indústrias de confecção manteve-se praticamente inalterada, com decréscimo apenas de 0,90<sup>9</sup> pontos percentuais. Essa concentração da indústria de confecção na região Sudeste, segundo Coutinho e Ferraz (1993c), decorre da importância da proximidade dos centros consumidores para a indústria de confecção. Nesse período, nenhuma região teve mudanças significativas em sua participação no número de unidades industriais.

Quanto à distribuição regional da produção física da indústria de confecção, neste mesmo período (1989 a 1991), os dados da tabela 02 revelam que a região Sudeste e Centro Oeste possuem uma produção média por unidade fabril menor que as regiões Sul, Norte e Nordeste.

<sup>9</sup> “São consideradas como significativas variações de pelo menos um ponto percentual na participação relativa e como muito significativas quando atingirem pelo menos cinco pontos percentuais” (SABÓIA, 2001, p. 109).

**TABELA 02 – Distribuição Regional da Produção Física da Indústria de Confeção entre as Macrorregiões Brasileiras**

Regiões	1989		1990		1991	
	Prod. Física	Part. Rel. (%)	Prod. Física	Part. Rel. (%)	Prod. Física	Part. Rel. (%)
Norte	112.958	2,34	121.455	2,72	119.189	2,69
Nordeste	419.577	8,68	417.504	9,36	401.384	9,06
Sudeste	3.227.817	66,80	2.982.224	66,87	2.979.659	67,24
C.Oeste	37.744	0,78	35.307	0,79	34.155	0,77
Sul	1.034.269	21,4	906.004	20,25	897.125	20,24
Brasil	4.832.365	100,00	4.459.494	100,00	4.431.512	100,00

Fonte: ABRAVEST/Coutinho e Ferraz, 1993c, p.36.

Relacionando os dados das tabelas 02 e 03, referentes ao ano de 1991, observa-se que, enquanto a região Sudeste era responsável por 73,09% das unidades industriais, respondia apenas por 67,24% da produção física; já a região Sul, que detinha 16,23% do número de unidades industriais, nesse mesmo ano, participava com 20,24% da produção física, o que significa que as indústrias de confecção da região Sul são mais produtivas que as da região Sudeste. A região Centro Oeste também apresentava baixa produtividade se relacionada a participação com o número de unidades: com uma participação de 3,01% do número de unidades industriais respondia apenas por 0,77% da produção física da indústria de confecção.

O processo de desconcentração da indústria de confecção acentua-se fortemente a partir da década de 1990 quando o mercado nacional abre as portas para a concorrência internacional. Nesse período, impulsionado pela procura de menores custos de trabalho e incentivos fiscais, conforme o FINEP (2004), ocorre um deslocamento da indústria, principalmente da Região Sudeste para o Nordeste; a região Sul também ganha participação mais pronunciada principalmente em relação ao emprego.

Esse deslocamento regional da produção e do emprego, segundo a FINEP (2004), dá-se via implantação de unidades produtivas ou por meio de terceirização/subcontratação da produção. Consoante a referida fonte, a terceirização/subcontratação ganhou amplitude no Brasil nos últimos anos e está associada à busca de competitividade por via espúria, com base em incentivos governamentais como renúncia fiscal, flexibilização e precarização das relações

de trabalho. Essa prática é comum principalmente em indústrias que se deslocaram para o Sul de Minas Gerais e para a região Nordeste.

Em 1990, segundo a referida fonte, a região Nordeste era responsável por 13,3% da produção nacional de produtos têxteis e de confeccionados, saltando para 20,6% em 2001; a região Sul aumentou em dois pontos percentuais sua participação, enquanto a região Sudeste, entre 1990 e 2001, teve uma redução de 9,3 pontos percentuais (passando de 56,8 para 47,5%). No setor de confecção, observa-se, entre 1990 e 2000, conforme a tabela 03, que a região Sudeste teve uma perda de mais de 10 pontos percentuais, enquanto a região Sul teve ganhos de 3,8 pontos percentuais, tornando-se a região que mais teve ganhos de participação no setor de confecção.

**TABELA 03 – Evolução da Participação das Macrorregiões na Produção de Têxteis e Confeccção, entre 1990 a 2000.**

Setores da Indústria Têxtil	Nordeste		Sudeste		Sul		Total <sup>(1)</sup>
	1990	2000	1990	2000	1990	2000	
Fios	24,9	35,4	55,2	42,6	17,2	21,7	100
Tecidos	17,6	21,5	65,6	62,0	12,8	13,7	100
Malhas	2,8	10,0	39,9	35,2	55,7	53,5	100
<b>Confeccção</b>	<b>8,0</b>	<b>11,3</b>	<b>66,6</b>	<b>56,1</b>	<b>21,6</b>	<b>25,4</b>	<b>100</b>
<b>Total</b>	<b>13,3</b>	<b>19,6</b>	<b>56,8</b>	<b>49,0</b>	<b>26,8</b>	<b>28,5</b>	<b>100</b>

Fonte: IEMI, 2001/ Prochnik, 2000, p.47.

Nota: (1) – A diferença entre 100,0 e a soma dos valores, nas linhas, são as participações das regiões Norte e Centro-Oeste, sempre inexpressivas.

Os dados da tabela 03 revelam que, na década de 1990, a região Sul perdeu participação no setor de malhas e aumentou em todos os outros setores, principalmente no setor de confecção. A região Sudeste teve maiores perdas nos setores de fios (12,6 pontos percentuais) e confecção em que chegou a diminuir sua participação em 10,5 pontos percentuais.

A tabela 04 apresenta a distribuição regional das unidades industriais de confecção instaladas no Brasil em 2004, conforme a ABRAVEST (2006).

**TABELA 04 - Unidades Industriais Instaladas no Brasil e Distribuição Regional das Indústrias em 2004**

<b>Regiões</b>	<b>Nº de Unidades Industriais</b>
Norte	276
Nordeste	2.401
Sudeste	10.123
Centro Oeste	839
Sul	<b>3.887</b>
<b>Total</b>	<b>17.526</b>

Fonte: IEMI/ABRAVES, 2006.

Como se pode observar na tabela acima, apesar do processo de migração da indústria de confecção da região Sudeste para outras regiões brasileira, nessa região ainda se localiza quase 60% das unidades industriais do setor. A região Nordeste continua aumentando seu percentual no número de indústrias de confecção. Os dados da tabela 04 revelam a seguinte participação das regiões brasileiras no número de unidades industriais de confecção em 2004: Norte participava com 1,58%, Nordeste 13,7%, Sudeste apresentava participação de 57,76%, Centro Oeste, de 4,78% e Sul com 22,18%, ocupando a segunda posição no número de unidades industriais entre as regiões brasileiras.

Segundo o FINEP (2004), do ponto de vista do emprego no setor de confecção, a Região Sudeste reduziu sua participação de 81,04%, em 1991, para 59,22% em 2001, ou seja, teve uma redução de 21,82 pontos percentuais. Já nas regiões Sul e Nordeste, ocorreu o inverso. A participação do Nordeste no emprego do setor de confecção nacional aumentou em torno de 2,5 vezes e a da região Sul, 2 vezes.

Em todo o setor da indústria nacional de têxtil e de confecção, segundo Sabóia (2001), durante a década de 1990, ocorreu uma redução de 30% do número de empregos; a região Sudeste apresentou uma queda de 42% no total de empregos nesse setor. Os estados que mais perderam participação nessa região foram São Paulo (48,9%) e Rio de Janeiro (47,8%). Com isso, a participação da região Sudeste, no total do emprego nacional desse setor, caiu de 66,8 para 55,4%. Nas regiões Sul e Nordeste, apesar da queda, sua participação aumentou, atingindo, na região Sul, 24,3% e na região Nordeste, 16,9%, em 1999. Na região Centro-Oeste, o crescimento do emprego foi de 67,9%.

A queda na participação do emprego da região Sudeste está atrelada à migração da indústria dessa região para outras regiões do País, principalmente para as regiões Nordeste e

Sul. Segundo Pacheco (1999), a desconcentração das indústrias de confecção da região Sudeste para a região Sul se direcionou para os estados de Paraná e Santa Catarina. No que se refere à indústria de confecção no Estado do Paraná, análise mais detalhada será realizada na próxima seção que tratará especificamente sobre a industrialização do estado do Paraná.

Diante do exposto nesta seção, conclui-se que o desenvolvimento industrial e econômico do Brasil passou por períodos de grande ascensão, estagnação e crises. As grandes crises que ocorreram no decorrer do processo de desenvolvimento econômico serviram de estímulo para a adoção de novas estratégias de desenvolvimento. É o caso da crise do café, em 1929, que estimulou a criação do modelo de desenvolvimento por substituição de importação e a crise dos anos de 1980 que culminou na implementação do modelo de integração competitiva na década de 1990.

As indústrias têxtil e de confecção também tiveram suas fases de ascensão e crise acompanhando os estágios de desenvolvimento econômico do Brasil, o direcionamento das políticas públicas de investimentos e as oscilações da economia brasileira. As políticas protecionistas, embora tenham favorecido a estruturação de vários setores industriais, foram aplicadas de forma indiscriminada e perduraram além do que deviam, motivo pelo qual o impacto da abertura econômica (que deveria ter-se iniciado no final dos anos de 1970) foi muito grande nos anos de 1990. Esta por sua vez, levou muitas indústrias de confecção nacionais a fechar as portas por não conseguirem competir com produtos estrangeiros que chegavam ao mercado nacional, excluindo do mercado milhares de postos de trabalho. As indústrias que sobreviveram foram forçadas a reestruturação e a adequação à nova ordem econômica vigente. Nesse processo, a migração da indústria têxtil e principalmente da de confecção para regiões com menores custos de trabalho e que ofereciam incentivos fiscais e de crédito foi uma alternativa encontrada pelas indústrias para aumentar sua competitividade e garantir sua sobrevivência. Dentro dessa lógica, as indústrias localizadas na região Sudeste foram as que mais migraram, enquanto as outras regiões do País, especialmente as regiões Nordeste e Sul, puderam observar uma ampliação em seu parque têxtil e de confecção nesta última década.

A seguir será realizada uma análise sobre a inserção do estado do Paraná no contexto nacional, enfatizando a importância da indústria de confecção para a economia paranaense em termos geração de emprego e renda.

## **2.2 Industrialização Paranaense: Implantação e desenvolvimento da indústria de Confecção**

A industrialização contemporânea do Estado do Paraná teve seu princípio no início da década de 1960 com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (Codepar), em 1962, transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) em 1968. Conforme Lourenço (1999), esses órgãos possibilitaram os recursos físicos e financeiros para a construção da infra-estrutura básica do Estado. As iniciativas de financiamento da Codepar, alavancada pelo Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), voltaram-se tanto para a criação de infra-estrutura propícia à industrialização quanto para financiamento direto às indústrias.

No início da industrialização do estado do Paraná, as indústrias têxtil e de confecção não tiveram a mesma importância para a industrialização do Estado que tiveram no início do processo de industrialização do Brasil. Ocorre que, “já em 1953, a participação da produção interna na oferta total dos ramos tradicionais têxtil, alimentos, vestuários, bebidas, fumo, couros, peles, editorial e gráficas, variava entre 96 e 100 por cento, indicando que o processo de substituição de importações nessa área já estava praticamente concluído” (PADIS, 1981 p.199).

A indústria de bens de consumo imediato, mesmo privilegiada pela concessão de financiamentos pela Codepar (em função da restrição de financiamentos apenas para as indústrias localizadas no Estado ou que se dispusesse a transferir suas sedes para o Paraná e que não se constituíssem em monopólio), não teve êxito no início do processo de industrialização estadual.

Segundo Padis (1981), com a aceleração do processo de substituição de importação, ocorreu no Brasil, principalmente durante a segunda metade dos anos de 1950, um forte aumento da rede viária nacional, o que ocasionou maior integração entre os produtores de manufaturas e os consumidores. As grandes distâncias e a precariedade dos meios de comunicação e de transporte funcionavam como barreira protetora às indústrias espalhadas pelo País. À medida que as dificuldades dos meios de comunicação e transporte eram eliminadas, as indústrias de alguns estados que funcionavam com baixo nível tecnológico tiveram de enfrentar a dura concorrência com indústrias localizadas na região centro-sul do País. E muitas delas incapazes de superar suas próprias dificuldades sucumbiram.

Será que é preciso buscar outras explicações para as dificuldades por que passaram as indústrias gaúchas, a indústria têxtil do vale do Itajaí, algumas de Minas Gerais? Ora, se isto é verdade para esses Estados, a fortiori, e com mais razão, o é para o Paraná. Localizado a pequena distância de São Paulo, passagem obrigatória para quem demanda os mercados dos outros dois Estados sulinos e, praticamente, sem nenhuma tradição industrial, é óbvio que teria maiores dificuldades em dinamizar seu parque industrial (PADIS, 1981, p.200).

Como o nascimento de uma indústria voltada para a produção de bens de consumo imediato não teve êxito no território paranaense, a política de industrialização proposta pela Codepar foi redirecionada. Após a transformação da Codepar no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (Badep), em 1970, segundo Oliveira (2001), ocorreu uma reorientação dos financiamentos destinados à industrialização. O Badep, em sua política de financiamentos, priorizou indústrias que, na sua escala de produção, possuíam uma dimensão capaz de suportar a concorrência bem como indústrias em que o Estado, apresentando evidentes vantagens comparativas com relação a outros estados brasileiros, abriu espaço para a instalação de grandes indústrias pertencentes a setores oligopólicos, de capital estrangeiro ou a ele associadas.

Nesse novo enfoque, as indústrias de bens de capital e bens intermediários, que afetam a indústria pesada e a própria agroindústria, foram dois setores privilegiados, por apresentarem capacidade de sobrevivência à recessão econômica pela qual o País passava em meados da década de 1960. Por meio de práticas monopolistas, esses setores eram capazes de garantir o mínimo de lucratividade. “No caso das agroindústrias, revelaram-se as vantagens comparativas das quais era detentor o estado do Paraná, já então um grande produtor de soja, madeira e carne” (OLIVEIRA, 2001, p.53).

Na década de 1970, como se pode constatar em Lourenço (1999), os avanços no parque industrial do Paraná deram-se pela atração de grandes indústrias internacionais como a New Holland (colheitadeiras e tratores), Phillip Morris (fumo), a Robert Bosch (injetores e diesel), e a Volvo (ônibus e caminhões) e a instalação de uma Refinaria de Petróleo no município de Araucária, em 1976, entre outras. Além da implantação da Refinaria de Petróleo e da chegada das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis no Estado durante a década de 1970, também ocorreu a modernização agrícola e agroindustrial, o avanço da indústria de papel e celulose, a constituição de um parque cimenteiro.

Na década de 1980, segundo Verri e Gualda (2001 apud FORTES, 2005), apesar da crescente ascensão de setores mais dinâmicos da economia (mecânico, material elétrico/comunicação, materiais de transporte e químicos) na participação da formação da renda e do emprego industrial do Estado, e conseqüente redução da participação dos setores

tradicionais (têxteis e de confecção, madeira, produtos alimentares, mobiliário, papel, bebidas, fumo), o setor de confecção, entre os anos de 1985 e 1990, apresentou crescimento expressivo e contínuo, tanto em número de unidades industriais como em número de postos de trabalho ofertados. Nesse período, a participação do setor de confecção no emprego industrial do Estado, conforme a tabela 05, passou de 1,61% para 5,74%, e o número de unidades industriais passou de 330, em 1985, para 1.619 em 1990.

Na década de 1990, principalmente após meados desta, apesar da forte reestruturação pela qual passou a economia paranaense, com grande ascendência de seus setores mais dinâmicos, especialmente do automotivo, o de confecção apresentou elevado crescimento. Na primeira metade dos anos de 1990 devido à abertura da economia à concorrência internacional, do mesmo modo que ocorreu em todo o País, o número de unidades industriais de confecção do Estado sofreu redução, chegando ao ano de 1995 com 1.511 indústrias. A partir de 1995, quando o setor começa a se reestruturar novamente, ocorreu uma evolução positiva no número de unidades industriais, o qual mais que dobrou, havendo, em 2002, 3.137 indústrias com sede no estado do Paraná, conforme se pode verificar na tabela 05. Nesse mesmo período, a participação desse setor no emprego industrial passou de 5,43%, para 9,25.

**TABELA 05 – Número de Unidades Industriais, de Empregos e Participação no Emprego e Valor Adicionado Estadual do Setor de Confecção – 1985, 1990, 2000, 2001 e 2002, Paraná.**

<b>Ano</b>	<b>Número de unidades indústrias</b>	<b>Número de Empregos</b>	<b>Emprego (%)</b>	<b>Valor Adicionado Fiscal (%)</b>
1985	330	4.701	1,61	0,65
1990	1.619	13.221	5,74	1,21
1995	1.511	16.540	5,43	1,13
2000	2.037	30.237	8,49	1,06
2001	2.657	33.038	8,84	0,89
2002	3.137	37.614	9,25	1,14

Fonte: SEFA, TEM/ RAIS – IPARDES, 2004b.

Segundo IPARDES (2004b), no setor de confecção, 41% das indústrias instaladas no Paraná foram fundadas a partir do ano 2000, caracterizando-se um conjunto de empresas relativamente jovens. O faturamento do setor no Estado, em 2002, ficou em torno de R\$ 1,3

bilhões, representando 1,14% do total de faturamento industrial do Paraná. Em 2003, segundo dados do IBGE (apud SINVESPAR, 2006), o setor de confecção continuou sendo o campeão em geração de postos de trabalho entre os setores industriais do Estado do Paraná alcançando 39.260 empregos diretos nesse ano.

A distribuição espacial da indústria de confecção entre as 16 Mesorregiões do Estado e sua importância na formação de emprego e renda em cada região podem ser analisadas na tabela 06 a seguir.

**TABELA 06 – Número de Unidades Industriais, de Empregos e Participação no Emprego e Valor Adicionado das Regiões do Estado do Paraná no Setor de Confecção – 2002**

Descrições das Regiões	Número de Unidades Industriais	Empregos	Empregos 2002 (%)	Valor Adicionado Ano 2002 (%)
Metropolitana Norte-Paranaguá	8	74	1,21	0,05
Metropolitana Sul-Curitiba	387	1.873	1,41	0,14
Ponta Grossa-Castro	53	161	0,58	0,05
Irati-União da Vitória	30	66	0,39	0,07
Jacarezinho-Santo Antônio da Platina	71	1.345	15,19	8,76
Cornélio Procópio-Bandeirantes	43	491	7,49	1,41
Londrina-Cambé	360	6.288	12,47	3,21
Apucarana-Ivaiporã	214	2.865	21,51	3,49
Maringá-Sarandi	560	7.531	22,46	7,71
Paranavaí-Loanda	95	1.058	10,65	2,79
Umuarama-Cianorte	675	7.011	33,98	15,14
Campo Mourão-Goioerê	110	1.214	16,34	3,87
Cascavel-Foz do Iguaçu	121	946	5,10	1,25
Toledo-Marechal C. Rondon	200	2.202	12,63	3,13
<b>Francisco Beltrão-Pato Branco (ou região Sudoeste do PR).</b>	<b>181</b>	<b>4.048</b>	<b>22,91</b>	<b>7,38</b>
Guarapuava-Pitanga-Palmas	32	441	2,47	0,26

Fonte: SEFA, MTE/RAIS - IPARDES, 2004b.

As regiões de Umuarama-Cianorte, Jacarezinho-Santo Antônio da Platina, Maringá-Sarandi, Francisco Beltrão-Pato Branco (região Sudoeste do Paraná) são as quatro principais regiões do Estado em que o setor de confecção é representativo, tanto na participação de emprego como na composição do VAF da região, conforme se pode verificar na tabela acima. Entre essas, a região Umuarama-Cianorte foi a região que apresentou o melhor desempenho no setor de confecção no ano de 2002, representando 33,98% dos empregos (7.011 postos de trabalho) industriais da região e 15,14% do VA da região. Na região de Jacarezinho-Santo Antônio da Platina, embora esse setor ofereça apenas 1.345 postos de trabalho, tem uma representatividade de 15,19% do total dos empregos industriais ofertados na região e participa com 8,76% do VA da região.

A região de Maringá-Sarandi é a segunda região com maior número de unidades industriais no setor de confecção (560 estabelecimentos), perdendo apenas para a região de Umuarama-Cianorte que possui 675 unidades. Participa com 22,46% dos postos de trabalho industriais ofertados na região e é responsável por 7,71% do VA da região.

Já na região de Francisco Beltrão-Pato Branco (Sudoeste do Paraná), o setor de confecção é responsável por 22,91% do número de empregos industriais, ocupando a terceira posição entre as regiões do Estado em que esse setor tem maior importância na formação do emprego industrial da região e quarto lugar em relação ao VAF da região; lembrando que esse setor respondia, em 2002, por 7,38% do total do VAF produzido pelo setor industrial da região Sudoeste.

Análises mais detalhadas sobre a Mesorregião Sudoeste do Paraná serão realizadas no próximo capítulo, que abordará especificamente essa região, uma vez que ela mesma constitui a área de estudo desta pesquisa.

## CAPÍTULO III

### DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ COM DESTAQUE PARA A INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO

A Mesorregião Sudoeste do Paraná, nas últimas décadas, passou por grandes transformações em sua base produtiva. Apesar de ainda possuir forte relação com o setor agrícola, a partir da década de 1970, paulatinamente, vem constituindo-se na Região um parque industrial que, nos anos 90, passou por uma diversificação dos ramos industriais, com a conseqüente ascensão de setores mais dinâmicos da economia como os setores de eletrodomésticos e eletroeletrônicos. Porém, os setores industriais tradicionais predominam na Mesorregião e são os principais responsáveis pela geração de emprego industrial e da formação de renda regional. Entre estes destaca-se o setor industrial de confecção que, nos últimos anos, mais que dobrou o número de unidades na Mesorregião, gerando sozinho 22% do emprego industrial, e está entre os principais setores com maior participação do VAF regional, como se poderá examinar mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

#### 3.1 Definição e caracterização da Mesorregião Sudoeste do Paraná

Como já mencionado anteriormente, a Mesorregião Sudoeste do Paraná é o alvo principal da análise do presente estudo. A definição da Mesorregião Sudoeste, segundo o IBGE (1990), foi feita pelo próprio instituto em 1987, quando realizada a divisão regional do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas para fins estatísticos, em substituição a divisão regional em Microrregiões homogêneas editada pelo IBGE em 1968. A divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas, segundo a referida fonte, foi realizada a partir das unidades da Federação, respeitou os limites político-administrativos e, por conseguinte os limites estaduais e municipais.

O IBGE conceituou o termo região como “uma área individualizada em uma unidade da federação, que apresenta formas de organização do espaço definidas pelas dimensões seguintes: o processo social como determinante; o quadro natural como

condicionante; e a rede de comunicações e de lugares como elemento de articulação espacial” (1990, p.8).

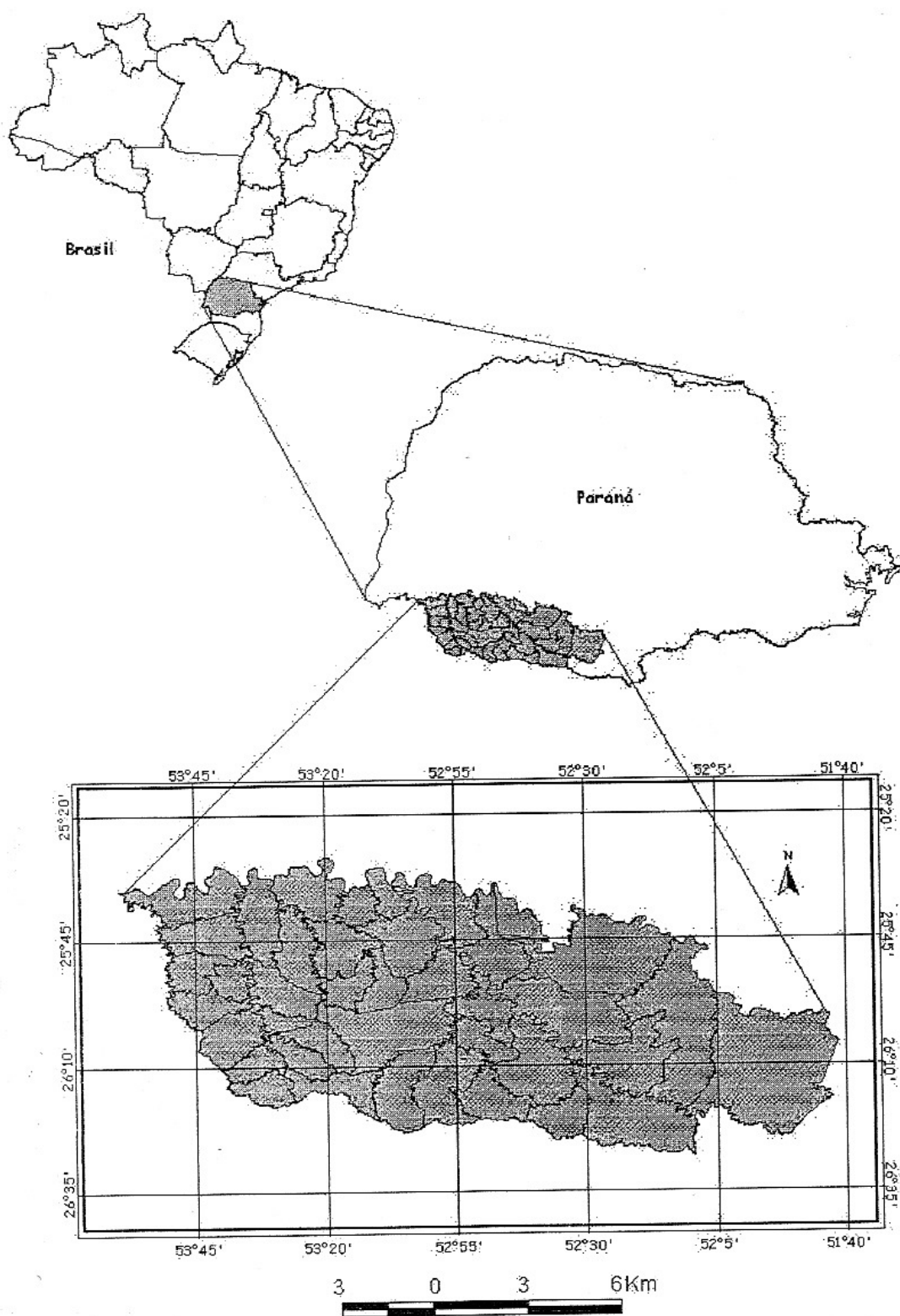
A Mesorregião Sudoeste do Paraná está perfeitamente inserida nessa definição de região feita pelo IBGE, pois apresenta peculiaridades em relação às outras regiões do Paraná, desde a sua colonização até os dias atuais, mantendo, ainda, de acordo com IPARDES (2004a), um espaço socioeconômico-cultural singular no comparativo mesorregional do Estado.

Essa Mesorregião localiza-se sobre a bacia do rio Iguaçu, tendo como principais fronteiras a Argentina a Oeste e ao Sul o estado de Santa Catarina. Conforme IPARDES (2003a), a Mesorregião Sudoeste ocupa uma área de 11.562 km<sup>2</sup>, com população, em 2003, de 468.545 habitantes, sendo 282.831 residentes na área urbana, e densidade demográfica de 40,524 hab/km<sup>2</sup>. É composta por 37 municípios: Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antonio do Sudoeste, São João, São Jorge d’Oeste, Saudade do Iguaçu, Sulina, Verê e Vitorino. Os mapas 01 e 02 apresentam, respectivamente, a localização da Mesorregião Sudoeste do Paraná dentro do Estado e a distribuição dos municípios dentro da Região<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> O uso da palavra Mesorregião, no decorrer deste capítulo, será alternado, ora Mesorregião; ora Região, mas sem mudar o sentido da palavra Mesorregião, apenas para simplificar a escrita.

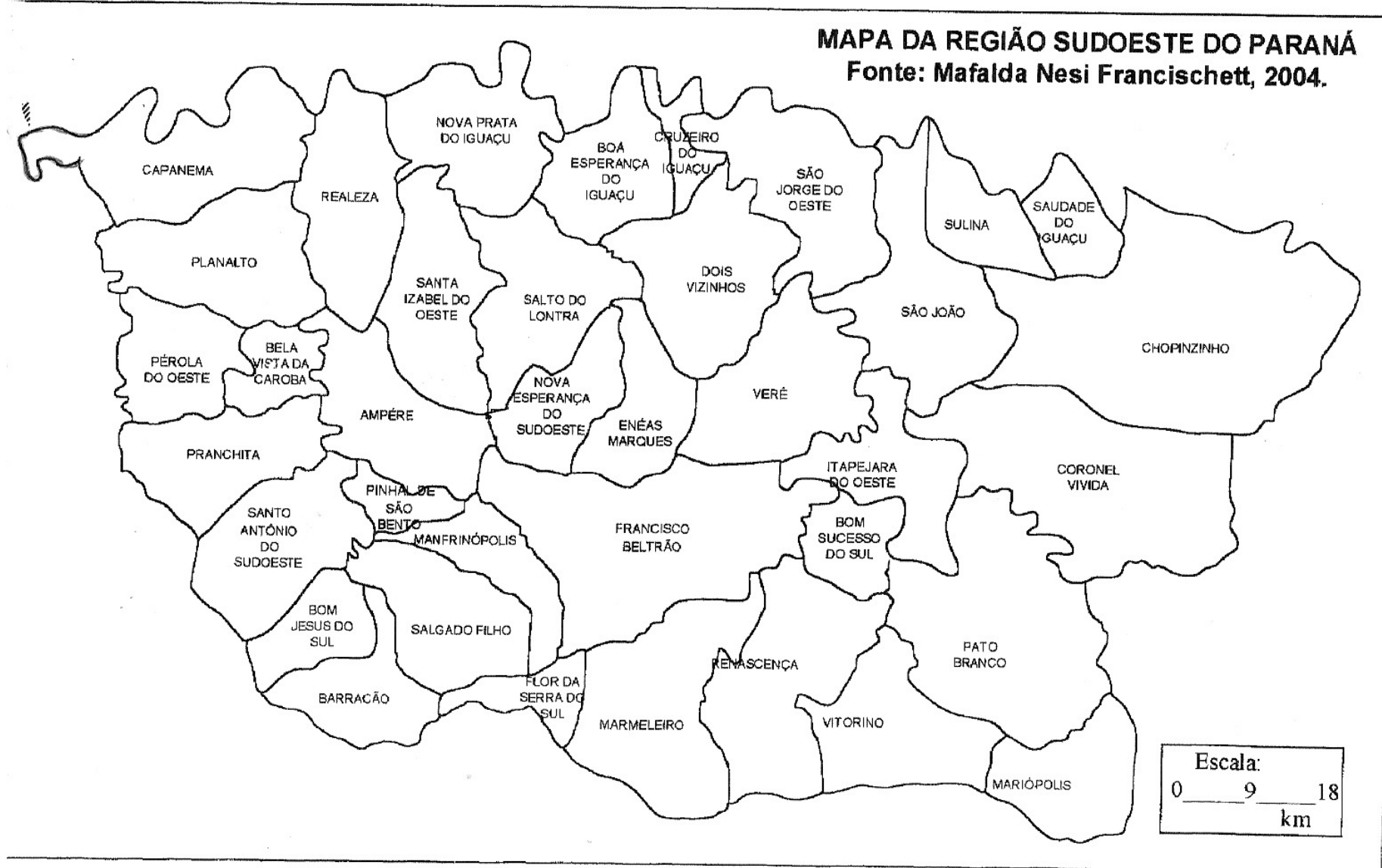
# MAPA 01 – Mesorregião Sudoeste do Paraná



Elaboração: LOHMANN, M.

Fonte: IBGE, 2000/ Fortes Junior, 2005, p.100.

MAPA 02 – Distribuição dos Municípios dentro da Mesorregião Sudoeste do Paraná.



Os municípios que atualmente compõe a Mesorregião Sudoeste foram formados a partir de 1950 - como se pode verificar na figura 05, que apresenta a genealogia dos municípios do Sudoeste – após a chegada de imigrantes europeus, italianos e alemães provenientes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A migração, segundo Feres (s/d), teve início na década de 1940 e se intensificou nas décadas de 1950 e 1960.

A colonização dessa Mesorregião foi impulsionada, segundo IPARDES, por duas razões que “atuaram quase que simultaneamente e de forma convergente”. De um lado, o processo acelerado de minifundização da estrutura fundiária do estado do Rio Grande do Sul - que gerou grandes excedentes populacionais agrícolas sem possibilidades de sobrevivência no meio rural daquele Estado -, acrescido dos agricultores catarinenses, também deserdados do campo em seu Estado de origem, direcionaram-se para a região Sudoeste na busca de novas propriedades rurais encontrando-na farta disponibilidade de terras baratas, de boa qualidade e escassamente povoadas, (2004a,p.23).

O segundo fator que estimulou o povoamento da região, conforme IPARDES (2004a), decorreu das iniciativas colonizadoras implantadas pelo governo. Diante da pressão migratória estabelecida nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme Feres, e da necessidade de ocupação da fronteira Sul, região de Foz do Iguaçu - para evitar a invasão dos povos paraguaios e argentinos -, Getúlio Vargas lançou o plano de colonização dirigida. “O Estado aplicando o costume de facilitar os investimentos privados passou a fazer doações de terras devolutas, mediante venda simbólica” (s/d, p.498). O governo, ao mesmo tempo em que fazia a implantação da infra-estrutura necessária para a exploração das novas terras, lançava a campanha pela ocupação efetiva da fronteira.

No caso do Sudoeste, conforme o referido autor, o presidente Getúlio Vargas tinha vários motivos para estimular o processo de povoamento:

- a necessidade de resolver o problema de escassez de terras e de emprego rural em seu próprio estado de origem, o Rio Grande do Sul;

- a necessidade de dar forma a ideologia propagada pelo Estado Novo, através do programa Marcha para o Oeste, centrado na necessidade de fixação do homem à terra, pela criação de novas oportunidades de emprego rural nas áreas despovoadas do País;

- a necessidade de cumprir o objetivo geopolítico, inspirado na Lei de Segurança Nacional, de ocupação da faixa de fronteira por um campesinato próspero, socialmente calmo e politicamente conservador, como tampão contra as infiltrações de contrabandistas argentinos e paraguaios na área, (Idem, p.498).

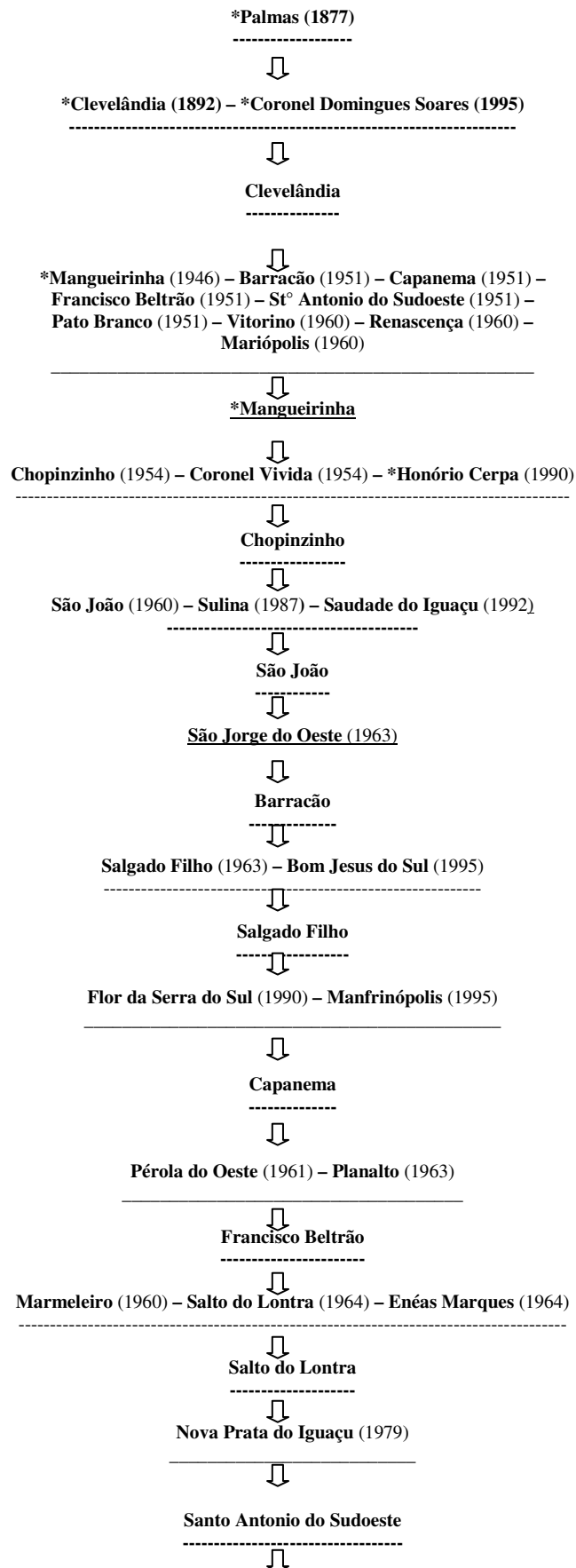
Para efetuar a colonização dessa região, ainda conforme Feres (s/d), Getúlio Vargas criou, em 1943, a Colônia Agrícola General Osório (CANGO) no Território Federal do Iguaçú, que tinha como objetivo colonizar a faixa de 60 km ao longo da fronteira argentina, situada na região Barracão-Santo Antonio do Sudoeste. Em 1944 e 1948 a CANGO instalou-se, também, em Pato Branco e Francisco Beltrão, respectivamente. Era encarregada de organizar a distribuição gratuita de terras devolutas aos colonos; prestar e organizar ajuda técnica aos novos proprietários através da instrução, de assistência financeira e material para sua instalação; de fornecimento de instrumentos de trabalho e sementes para o plantio. Até 1955, segundo o referido autor, a CANGO esteve presente e orientou grande parte da população no processo de ocupação da região Sudoeste, porém, devido à limitação de seus recursos não tinha como atender a todos os colonos, de modo que boa parte do processo de colonização da Região ocorreu de forma espontânea, fora do controle do governo.

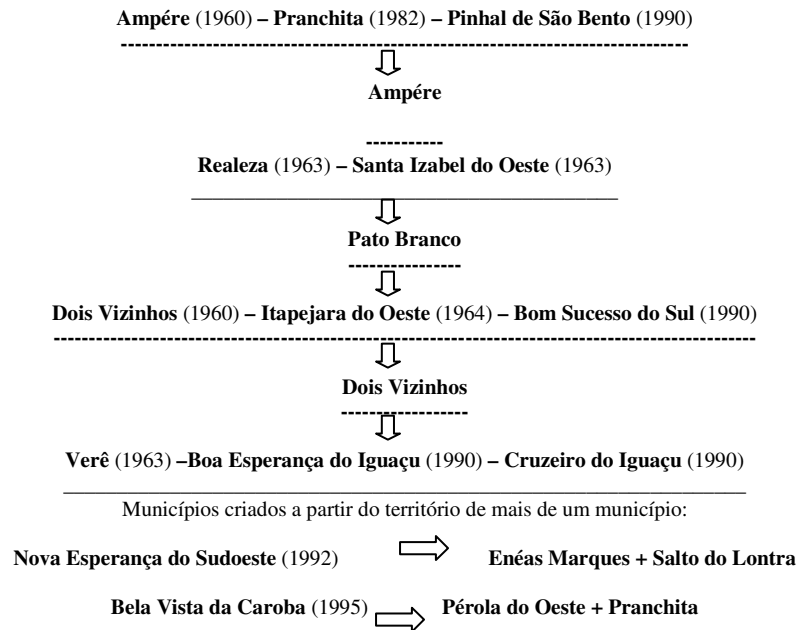
A propaganda que corria em torno da qualidade das terras, segundo o referido autor, aliada ao fato de que a CANGO distribuía terras de graça e ainda dava assistência aos colonos, serviam de estímulo para o fluxo migratório em direção ao Sudoeste. “A população do Sudoeste passou de 76.373 habitantes em 1950 para 230.379 habitantes em 1960. A taxa de crescimento populacional do Brasil, nessa mesma época era de 3,12%; do estado do Paraná era de 7,23% e do Sudoeste de 12,4%” (Idem, s/d, p.499).

No início da década de 1970, segundo IPARDES (2004a), a Mesorregião Sudoeste abrigava 450 mil habitantes, porém ainda se mostrava uma das Mesorregiões menos populosa do Estado e a maior parte da sua população residia no meio rural, o que refletia no reduzido grau de urbanização estimada, em 1970, em 18%, o mais baixo no comparativo das Mesorregiões do Paraná.

Os lotes distribuídos pela CANGO, conforme Feres (s/d), variavam entre 20 a 40 hectares (ha), o que desenhava uma estrutura fundiária com predominância da pequena propriedade familiar. Os pequenos lotes de terra distribuídos pela CANGO entre os colonos juntamente com o modo de produção utilizado pelos imigrantes - policultura combinada à criação de suínos – constituíram, segundo IPARDES, a base para a definição da estrutura fundiária da Região “onde a pequena propriedade e a agricultura familiar predominam enquanto forma de organização da produção agrícola e ainda como um modo de vida e de relação com o mundo” (2004a, p.69). Assim, os municípios da região Sudoeste do Paraná possuem, de certo modo, uma base cultural e identidade comum. Dessa forma, a abrangência regional da indústria de confecção, segundo IPARDES (2005b), deve-se, em parte, à própria história de ocupação da Região.

**FIGURA 05 – Genealogia dos Municípios do Sudoeste do Paraná**





Fonte: Nivaldo Kruger, 2004, p. 60

\*Municípios que pertenciam a região Sudoeste do Paraná e que, posteriormente, foram integrados à região Centro-Sul, devido às características desses se assemelhar mais com os municípios pertencentes a essa Região.  
 Nota: Figura modificada pela autora.

### 3.2 O Setor Industrial da Mesorregião Sudoeste do Paraná: Formação e Transformação

A formação do setor industrial da região Sudoeste do Paraná bem como a predominância e intensidade com que certos setores industriais se espacializaram estão intimamente ligados ao processo de colonização da Região e às transformações econômicas ocorrido no contexto nacional e internacional. Os imigrantes que ocuparam a Região trouxeram suas heranças culturais e, ao construir novos territórios, territorializaram suas práticas culturais, econômicas e políticas, acompanhando os movimentos que ocorriam no contexto mais amplo da economia. Dessa forma, os setores industriais predominantes na Região atualmente, como poderão ser observados no decorrer do texto, são praticamente os mesmos que deram início à industrialização da Região entre as décadas de 1950 e 1970.

A origem das primeiras unidades industriais do Sudoeste do Paraná, segundo estudo do Setor de Geografia Urbana do DEGEO (s/d), está basicamente vinculada ao mundo rural, pois a grande maioria dos primeiros empresários - que ainda possuem descendentes atuantes - não só foram colonos no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina como também foi da

“colônia”<sup>11</sup> que saiu o capital inicial para a criação da maior parte das unidades industriais que se instalaram no Sudoeste na década de 1950, 1960. Nesse período, conforme o referido estudo, as atividades industriais concentravam-se basicamente no setor madeireiro, que detinha 57,9% das unidades industriais e 82,4% da mão-de-obra ocupada, e no setor de produtos alimentares que representava 24,4% das unidades industriais e 8% do pessoal ocupado na indústria da Região, destacando-se as unidades de produção de fubá e farinha de milho. Ambas as atividades eram realizadas principalmente no meio rural. As indústrias madeireiras, em 1965, quando se situavam na zona urbana, atendia ao mercado nacional e até externo. As indústrias de alimentos que se localizavam nas sedes municipais atendiam principalmente o mercado regional.

A partir da década de 1970, segundo Kruger (2004), o desenvolvimento socioeconômico da região Sudoeste é acelerado, passando a integrar a economia do Estado com aumento de participação nas atividades agrícola e agroindustrial. A Região também é beneficiada, nesse período, conforme o referido autor, pela integração da economia do Estado na economia nacional e também pela ampliação da rede de transporte rodoviário.

Não só aumenta a sua produção agrícola pela forte ocupação de áreas ociosas e pelos ganhos de produtividade permitida pelo desenvolvimento de uma indústria nacional a montante do setor agrícola, como também e enquanto parte de uma economia nacional, passa a atrair capital industrial forâneo nos segmentos vinculados ao setor agropecuário. (KRUGER, 2004, P.266).

A partir desse período, o parque industrial da Região - mesmo com base centrada na produção agropecuária - começa a se desenvolver com maior dinamismo, iniciando uma relativa diversificação de suas unidades industriais. É nessa década, também, que se iniciam as primeiras atividades ligadas à indústria de confecção e igualmente às agroindústrias foram-se multiplicando, ampliando e modernizando, tornando-se, atualmente, um dos setores industriais com maior importância na economia regional.

Segundo Kruger (2004), com a modernização da agricultura paranaense, na década de 1970 e, conseqüentemente, da agricultura regional e com o surgimento de uma indústria nacional fornecedora de equipamentos para a indústria processadora de produtos do setor agropecuário, ocorreu, no Sudoeste, o processo de transposição das atividades primária para a base da industrialização da Região. Da mesma forma, na década de 1970, conforme o

---

<sup>11</sup> Segundo o Setor de Geografia Urbana do DEGEO, a forma mais comum usada para obter o capital inicial dessas empresas era a venda da colônia no Rio Grande do Sul; capital fornecido pelo pai para ajudar o filho a ter uma atividade própria e capital proveniente de heranças. (IN: REVISTA DE GEOGRAFIA Nº 32, p.33 S/D).

Sindicato das Indústrias do Vestuário do Sudoeste do Paraná – SINVESPAR- (2005), em decorrência das mudanças significativas que ocorreram na estrutura sócio-econômica do País - como o início do êxodo rural e a forte inserção da mulher no mercado de trabalho, por exemplo - na região Sudoeste, que possuía uma população culturalmente bastante semelhante (por constituírem-se basicamente da mesma origem étnica e de imigração, italianos e alemães provenientes das regiões Oeste de Santa Catarina e Serra Gaúcha, como já se destacou anteriormente), iniciou a história da indústria de confecção, como veremos mais adiante.

Com a mecanização das lavouras, na década de 1970, inicia-se, na região Sudoeste, o cultivo da soja que, juntamente com o milho produzido na Região, ocasionou o desdobramento, segundo Kruger (2004), de uma extensa cadeia produtiva, caracterizada pela transformação da proteína vegetal em proteína animal: “com o esmagamento da soja que gera óleo e farelo, misturado com o milho e outros ingredientes químicos, permitiu a produção de ração para a alimentação animal”. A partir disso, juntando-se com as características fundiárias da Região, baseada na predominância da pequena propriedade agrícola e utilização do trabalho familiar, surgem, na Região, os grandes complexos avícolas “que, a partir dessa cadeia, passam a ser o setor mais importante da indústria alimentícia, com grande inserção no mercado internacional” (KRUGER, 2004, p.266).

Na década de 1970, conforme dados do Censo Industrial do IBGE de 1970, a região possuía 667 unidades industriais distribuídas em seus 24 municípios existentes, e estes empregavam cerca de 4.703 pessoas. Apenas Francisco Beltrão e Pato Branco tinham na época mais de 600 pessoas ocupadas no setor industrial (672 e 646 pessoas respectivamente). Os setores industriais predominantes no Sudoeste na década de 1970 eram: madeireira, com 324 unidades industriais, correspondendo a 49%; produtos alimentares, com 132 unidades industriais, equivalendo a 20% do total; mobiliário, com 68 unidades industriais, alcançando um índice de 20%; minerais não-metálicos, com 39 unidades (5,9%). Estes quatro setores industriais correspondiam, na época, a 84,4% do total das unidades industriais da Região.

Os municípios do Sudoeste que sediavam unidades industriais de confecção, conforme dados do Censo Industrial do IBGE, em 1970, eram Ampére, com 02 unidades; Francisco Beltrão que tinha 04 unidades, empregando 14 pessoas; Pato Branco, com 02 e Vitorino com 01 unidade industrial.

Na década de 1970, como se pode observar, ocorreu uma relativa diversificação do parque industrial da Região em relação à década de 1950 e 1960. A indústria madeireira teve uma queda no índice de participação de 8,9% no número de unidades industriais ocorrendo a ascensão da indústria pertencente ao setor mobiliário.

Na década de 1980, o índice de participação do setor madeireiro caiu devido ao surgimento e a evolução de outros setores, como se verá a seguir. O total do número de unidades industriais da região Sudoeste na década de 1980, conforme o Censo Industrial do IBGE de 1980, era de 948 e ofertavam 9.752 postos de trabalho, equivalendo a uma média de 10,3 pessoas empregadas por unidade, enquanto, na década de 1970, essa média era de 07 pessoas. Os municípios que tinham mais de 600 pessoas ocupadas no setor industrial, em 1980, eram apenas quatro: Francisco Beltrão com 1.835 pessoas ocupadas; Pato Branco detendo 1.481; Dois Vizinhos que empregava 945 pessoas e Coronel Vivida com 749 empregos industriais. O número de empregos desses quatro municípios correspondia a 51,4% do total do emprego industrial da região Sudoeste na década de 1980. Os 20 demais municípios existentes em 1980 empregavam entre 46 e 574 pessoas.

Os setores predominantes na década de 1980, como indica o Censo Industrial do IBGE, eram os mesmos da década de 1970, ou seja: madeireira com 346 unidades industriais, correspondendo a 36% do total; produtos alimentares, com 210 unidades industriais, equivalendo a 22%; mobiliário, com 87 unidades industriais, detendo 9%; e transformação de produtos minerais não-metálicos, com 109 unidades industriais, correspondendo a 11,5%. Esses setores detinham um total de 752 unidades, correspondendo a 79,3% do número de unidades industriais e somando 79% do valor de transformação industrial da Região. O restante do percentual do número de unidades industriais e do valor de transformação encontrava-se dividido entre os seguintes setores: metalurgia, mecânica, materiais elétricos e de comunicação, materiais de transporte, borracha, química, (perfumaria, sabão e vela), têxtil, (vestuário, calçados e artefatos de têxtil), bebidas, editorial e gráficas, papel e papelão, produtos de material plásticos.

Dos 24 municípios existentes em 1980, conforme a referida fonte, 09 possuíam unidades industriais de confecção, somando um total de 16 unidades: Coronel Vivida (01), Francisco Beltrão (02), Pato Branco (04), Capanema (02), Planalto (01), Realeza (01), Salto do Lontra (02), Santa Izabel D'Oeste (01), Santo Antonio do Sudoeste (02). Nesse período, a atividade de confecção, na região, ainda era incipiente e só teve forte crescimento, tanto em número de unidades produtivas quanto no porte das unidades, após o início da década de 1990.

Na década de 1990, além do crescimento do setor de confecção e do setor de alimentos - principalmente os ligados à agroindústria -, que assumiram o ranking de formação de postos de trabalhos e de renda da Região, também ocorreu entre a década de 1990 e início deste novo século, maior diversificação dos setores industriais como a emergência dos setores

de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e derivados de plásticos que, até bem pouco tempo, não faziam parte do rol de atividades econômicas da região e que, atualmente, já são responsáveis por uma parcela significativa da formação na renda da indústria regional.

O parque industrial do Sudoeste do Paraná, segundo IPARDES (2004a), em 1995, contava com 870 unidades industriais que formavam 9.833 postos de trabalho. Em 2002, o número de unidades industriais subiu para 1.413, passando a ofertar 17.672 empregos, representando um crescimento de 61,6% do número de unidades industriais e 80% do número de empregos, elevando sua participação no total do número de empregos industriais do Paraná, de 3,2% em 1995 para 4,3% em 2002.

Os três principais municípios em termos de participação no VAF da indústria da Região, em 2002, representando um total de 65,5%, segundo Oliveira (2004, apud FORTES, 2005), foram Francisco Beltrão, com 27,9%; Dois Vizinhos com 18,9% e Pato Branco com 17,7%. Em termos de participação no emprego industrial da Região, os municípios de Francisco Beltrão (20,8%); Pato Branco (17,5%) e Dois Vizinhos (14,5%) obtiveram juntos, em 2002, uma participação de 52,8%.

Atualmente, na base da estrutura industrial da Mesorregião Sudoeste, segundo IPARDES (2004a), predominam as indústrias pertencentes aos setores de alimento, confecção e madeireiro que são responsáveis pelas maiores participações no VAF (tabela 07) e da geração de emprego da Mesorregião.

O setor de alimento, conforme IPARDES (2004a) e (2004c), é basicamente representado pelos segmentos de abate e industrialização de aves; produção de leite e de rações. Entre 1995 e 2002, conforme IPARDES (2004a), ocorreu grande expansão do segmento de abate e processamento de aves na participação do VAF da Mesorregião, passando de 19,8% para 36,6% respectivamente, como mostra a tabela 07, que apresenta o total de unidades industriais dos principais setores e a participação no VAF da Região em 1995 e 2002.

**TABELA 07 – Total de Unidades Industriais e Participação no Valor Adicionado Fiscal da Indústria da Mesorregião Sudoeste, Segundo os Principais Setores Industriais - Paraná - 1995/2002.**

Setores Industriais	Total de Unidades Industriais		Participação no VAF da Indústria da Mesorregião (%)	
	1995	2002	1995	2002
Abate e processamento de aves.	7	8	19,8	38,6
Eletrodomésticos.	1	5	0,2	8,9
Laticínios.	25	30	3,5	8,2
<b>Confecção.</b>	<b>82</b>	<b>181</b>	<b>8,3</b>	<b>7,4</b>
Mobiliário.	91	161	4,8	5,0
Laminas e chapas de madeira.	16	34	5,9	3,6
Rações animal.	8	8	3,5	2,8
Siderurgia, metalurgia e usinagem de metal.	20	48	1,0	2,4
Embalagens plásticas.	2	7	0,2	2,3
Desdobramento de madeira.	133	101	6,8	2,2
Moagem de trigo.	14	12	0,4	1,8
Óleos e gorduras vegetais.	2	3	27,1	1,8
Produtos de origem vegetal diversos.	7	8	0,2	1,3
Edição, impressão e reprodução.	30	46	1,0	1,0
Ferramentas, ferragens, funilaria e cutelarias.	24	43	0,3	0,9
Abate e processamento de suínos, bovinos e outras reses.	17	23	1,6	0,9
Segmentos não-selecionados.	391	695	15	11
<b>Mesorregião Sudoeste</b>	<b>870</b>	<b>1.413</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEFA/ IPARDE, 2004a, p.85.

Como se pode verificar, na tabela acima, os três setores industriais mais representativos no Sudoeste, alimento (abate e processamento de aves, laticínios, ração animal, moagem de trigo, óleos e gorduras vegetais, abate e processamento de suínos, bovinos); confecção e madeireiro (mobiliário; lâminas e chapas de madeiras; desdobramento de madeira) foram responsáveis por 72,3% do VAF em 2002.

O setor de óleos e gorduras vegetais que, em 1995, representava 27,1% do VAF da indústria regional, com o encerramento das atividades da firma Ovetril de Francisco Beltrão, chegou a 2002 representando apenas 1,8% desse valor. Em contrapartida, o setor de abate e

processamento de aves, como já mencionado anteriormente, teve um aumento em seu percentual de participação no VAF de 16,8 pontos percentuais.

Ainda, dentro do setor de alimentos, um segmento que teve grande aumento de seu percentual de participação no VAF, no período em análise, foi o de laticínios, passando de 3,5% em 1995 para 8,2% em 2002, representando um crescimento de 134,28%. Esse progresso do setor está ligado ao melhoramento genético do rebanho leiteiro da Região a partir da década de 1990. Destacam-se, neste setor, as firmas Lacto de Francisco Beltrão e de Realeza; Coasul de São João; Parmalat Brasil de Enéas Marques entre outras.

O recuo do setor de desdobramento de madeiras, tanto em número de unidades industriais (passando de 133 em 1995 para 101 em 2002) quanto em sua participação no VAF (dos 6,8 pontos percentuais que detinha em 1995 chegou a 2002 com apenas 2,2 destes), segundo IPARDES (2004c), deve-se ao esgotamento dos recursos florestais e à crise da construção civil. Nesse setor, sobressaem as firmas Brasmacol de Chopinzinho e V.W. de Coronel Vivida.

O setor de transformados plásticos obteve expressivo crescimento em número de unidades industriais no decorrer do período em análise. O setor de laminados plásticos e artefatos, conforme IPARDES (2004a), cresceu de 03 unidades industriais, em 1995, para 16, em 2002, destacando as firmas Urio Plásticos, Perin Plásticos, de Marmeleiro, e Plast'bel, de Francisco Beltrão. A participação desse setor, no VAF da indústria regional, cresceu de 0,5%, em 1995, para 0,8% em 2002. O setor de embalagens plásticas passou de 02 para 07 unidades industriais no período de 1995 a 2002. Capitaneadas pela firma Inplasul, de Pato Branco, a participação desse setor, no VAF, passou de 0,2 em 1995 para 2,3% em 2002.

Os setores metalúrgico e elétrico na Região, segundo IPARDES, são resultantes de esforços de agentes políticos e empresariais locais, objetivando sua “alavancagem produtiva e tecnológica, que tem refletido no aumento significativo de unidades fabris e na participação crescente no VAF, em alguns deles, além de rebatimento em outros setores da cadeia metalmeccânica e eletroeletrônica” (2004a p.88).

O setor metalúrgico, conforme IPARDES (2004a), destaca-se pelo grande número de unidades industriais. O setor de siderurgia, metalurgia e usinagem de metal tiveram um crescimento no número de unidades industriais de 140% entre 1995 e 2002, passando, respectivamente, de 20 para 48 unidades.

O setor de eletrodoméstico progrediu na região durante o período em análise. Dentro do setor elétrico, o segmento de eletrodomésticos sobressaiu-se pela elevada participação no VAF da indústria regional, conforme a tabela 07. O crescimento desse segmento, segundo

IPARDES (2004a), é representado basicamente pela firma Atlas, de Pato Branco, que atua na produção de fogões, lavadoras de louça, lavadoras de roupa e secadoras de roupa. A participação desse segmento no VAF passou de 0,2%, em 1995, para 8,9% em 2002.

O setor de confecção cresceu aceleradamente na região no decorrer do período em análise, passando de 82 unidades industriais, em 1995, para 181, em 2002, representando um crescimento de 120,73%. Os fatores que motivaram esse crescimento serão explicitados no capítulo seguinte que versa sobre a indústria de confecção do Sudoeste. Esse setor é um dos setores que mais gera postos de trabalhos na Região.

Quanto ao emprego formal, em 2003, o setor industrial da Mesorregião Sudoeste, segundo a Relação Anual das Informações Sociais (RAIS), apud IPARDES (2004c), foi responsável por 19,2 mil empregos. Os setores industriais da Região que mais geram postos de trabalhos são praticamente os mesmos que possuem as maiores participações no VAF regional, como pode ser observado na tabela 08.

**TABELA 08 – Empregos Formais na Mesorregião Sudoeste, Segundo Atividades das Indústrias Extrativas e de Transformação - 2003.**

Atividades Industriais	Emprego Formal	
	Número Absoluto	Part. (%)
Extração de petróleo e serviços correlatos.	8	0,04
Extração de minerais não-metálicos.	79	0,41
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas.	5.479	28,61
Fabricação de produtos têxteis.	310	1,62
<b>Confecções.</b>	<b>4.495</b>	<b>23,47</b>
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados.	64	0,33
Fabricação de produtos de madeira.	1.850	9,66
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel.	221	1,15
Edição, impressão e reprodução de gravações.	280	1,46
Fabricação de produtos químicos.	123	0,64
Fabricação de artigos de borrachas e plásticos.	563	2,94
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos.	487	2,54
Metalurgia básica.	386	2,02
Fabricação de produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos.	1.137	5,94
Fabricação de máquinas e equipamentos.	1.753	9,15
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos.	180	0,94
Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações.	40	0,21
Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias.	101	0,53
Fabricação de outros equipamentos de transporte.	3	0,02
Fabricação de móveis e indústrias diversas.	1.451	7,58
Reciclagem.	143	0,75
<b>TOTAL</b>	<b>19.153</b>	<b>100,00</b>

Fonte: MTE/ RAIS/ IPARDES, 2004c, p.05.

Nota: As estatísticas referem-se aos vínculos empregatícios ativos em 31/12/2003.

Os setores de alimento, bebidas, confecção e de fabricação de produtos de madeira detêm as maiores participações no emprego da mesorregião Sudoeste. A indústria de

alimentos e bebidas (principalmente alimentos) liderou a relação dos principais setores na geração de postos de trabalho, representando um percentual de participação de 28,61%, seguida da indústria de confecção, que gerou 4.495 vagas, equivalendo a 23,47% dos postos de trabalhos no setor industrial da Região posicionando-se como um setor de grande importância para a economia do Sudoeste. Na terceira posição, em geração de empregos, encontrava-se, em 2003, o setor madeireiro, com 9,66% dos empregos formais da região. Os três setores juntos, em 2003, somavam 61,74% do total do número de vagas de trabalho ofertadas pelo setor industrial do Sudoeste.

Os números analisados nesta seção tornam clara a importância dos setores tradicionais na economia da região. Apesar dos esforços que vêm sendo empreendidos para maior diversificação do setor industrial do Sudoeste e emergência de setores mais dinâmicos da economia nos últimos anos, como o eletroeletrônico e do metalúrgico, a predominância, tanto em termos de geração de renda quanto em geração de postos de trabalhos, atualmente, são dos setores tradicionais e, dentre esses, sobressaem consideravelmente as indústrias ligadas à madeira, indústrias alimentícias e de confecção.

No próximo capítulo tratar-se-á especificamente sobre a indústria de confecção da Mesorregião Sudoeste, objeto desta pesquisa, no qual serão analisados origem e desenvolvimento dessa indústria no Sudoeste bem como os fatores que condicionaram sua implantação na Região.

## **CAPÍTULO IV**

### **FORMAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO NA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ E OS CONDICIONANTES DE SUA IMPLANTAÇÃO**

Neste capítulo tratar-se-á especificamente sobre a indústria de confecção da Região Sudoeste do Paraná. Apresentar-se-á, na primeira seção deste capítulo, uma caracterização da indústria de confecção da Região Sudoeste, analisando o processo de origem e, também, as transformações dessa indústria no decorrer de seu desenvolvimento. Posteriormente, na segunda seção, será feita a análise dos dados coletados na pesquisa de campo, com o objetivo de identificar que fatores influenciaram a escolha da Região Sudoeste para a implantação da indústria de confecção; que fatores locais caracterizam a vantagem competitiva da Mesorregião Sudoeste do Paraná para a implantação e desenvolvimento da indústria de confecção e perspectivas da indústria de confecção para os próximos anos.

#### **4.1 Formação e Transformação da Indústria de Confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná**

Na década de 1970, uma atividade pioneira na Região, os chamados alfaiates, deu início à história da indústria de confecção no Sudoeste. Assim, a origem da indústria de confecção do Sudoeste vem da transformação dos alfaiates, na década de 1970 e 1980, em unidades industriais, surgindo, segundo IPARDES (2005), primeiramente nos municípios de Francisco Beltrão e Ampére e no final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990 espalhou-se para a maioria dos municípios da Região.

Nesse contexto, segundo o SINVESPAR (2005), nasceram as primeiras unidades industriais de confecção na Região. É o caso da Krindger de Ampére, criada em 1977, em 1982, passou a ser Leoni Indústria de Calças e Bermudas e, em 1998, mudou sua razão social para Krindges Industrial, que atua na fabricação de calças, camisetas e ternos masculinos, (possui uma unidade em Ampére e outra em São Miguel do Iguaçu – PR e, ainda, uma unidade comercial em São Paulo); da Raffer Confecções, de Francisco Beltrão, fundada na

década de 1960 com o nome de Alfaiataria Beira Rio e, em 1978, passou a produzir em escala industrial. Produz roupas masculina e feminina, ternos, calças, camisas sobretudo (no segmento de ternos, segundo a SINVESPAR, tem a maior produção do Paraná); a alfaiataria da Adélia Blazius, em Santo Antonio do Sudoeste, iniciada em 1970 – em 1979, quando foi transformada em indústria, alterou sua razão social para Blazius & Blazius. Essa firma possui uma unidade industrial em Santo Antonio do Sudoeste e outra em Toledo e produz calças e ternos. O sucesso desses primeiros empreendimentos motivou o surgimento de muitos outros que estão presentes em 25 dos 37 municípios que compõem a região Sudoeste, atualmente congregando as três microrregiões geográficas da Mesorregião Sudoeste: Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema.

Em seu estágio inicial, as primeiras unidades industriais de confecção da região Sudoeste, de acordo com o SINVESPAR (2005), enfrentaram as dificuldades que a Região oferecia, tais como difícil acesso a outros pólos do Estado, poucas rodovias com pavimentação asfáltica, inexistência de fornecedores de matéria-prima, de mão-de-obra especializada, de profissionais de manutenção e conserto de máquinas. Ou seja, as indústrias, surgiam e desenvolviam-se sem estrutura de apoio externo, e isso, conforme a referida fonte, motivou a união dos empresários no intuito de promover o desenvolvimento do setor através da busca de soluções em conjunto.

Na década de 1990, em função da abertura da economia ao mercado externo e com isso o crescimento das importações de artigos de confecções chineses e coreanos que tomaram o mercado nacional, o setor de confecção do Sudoeste, da mesma forma que ocorreu nas outras regiões do País, passou por forte reestruturação industrial, tendo como principal conseqüência o fechamento de dezenas de unidades industriais e o encerramento de centenas de postos de trabalho.

Contraditoriamente, na região Sudoeste, esse mesmo processo que causou o encerramento das atividades de várias unidades industriais e o declínio das atividades daquelas que conseguiram sobreviver à crise, fez com que novas unidades industriais desse setor fossem surgindo na Região, pois, segundo o SINVESPAR (2005), trabalhadores que foram despedidos e que tinham algum conhecimento no setor adquiriram máquinas e equipamentos e montaram seu próprio negócio como forma de sobreviver à crise que se instalou, na época, em todo o País, levando à ampliação do parque industrial de confecção do Sudoeste. Essas novas unidades industriais, da mesma forma que as indústrias que conseguiram sobreviver ao abalo econômico foram obrigadas, pelas circunstâncias

econômicas da época, a se reestruturarem e investirem em modernização, inovação, qualificação da mão-de-obra e divulgação dos produtos.

Segundo o SINVESPAR (2005), na década de 1990, em consequência da crise, a união dos empresários se fortaleceu ainda mais. Visando aumentar a competitividade e fortalecer o setor, em conjunto, os empresários tomaram diversas medidas, tais como: em 1992, os empresários financiaram a vinda, de Santa Catarina, de técnicos em manutenção e conserto de máquinas, que atualmente têm empresas estabelecidas na Região e que revendem máquinas e equipamentos; em 1993, os empresários do setor, com apoio de prefeituras, cederam máquinas para a realização dos primeiros cursos na Região de formação de operadores de máquinas; em 1994, foram realizados na Região os primeiros eventos regionais com o intuito de promover e divulgar o setor como o primeiro desfile de peças fabricadas pelas indústrias de confecção do Sudoeste e a primeira mostra pública dos produtos da Região - Feira Regional da Indústria da Moda – Ferin; em 1995, foi realizada a primeira oficina de tendência de coleção, com profissionais trazidos do Rio Grande do Sul; e, a partir de 1994, os empresários do setor fizeram as primeiras viagens a feiras especializadas (1994 primeira edição da Expovest em Cianorte e, em 1995, fizeram visitas à Fenit de São Pulo).

Em termos de sindicalização, em 1992, foi desmembrada a categoria que pertencia ao Sindicato das Indústrias do Oeste para a constituição do sindicato patronal e obreiro do Sudoeste. Em 1997, foi fundada, em Francisco Beltrão, a primeira cooperativa de crédito urbano do Paraná, a CRESUD, por um grupo de empresários de Francisco Beltrão.

Na virada do século, segundo a SINVESPAR (2005), a região reescreve sua história. Os empresários unidos com as prefeituras dos municípios produtores, com os sindicatos da categoria, com as entidades Senai, Sesi, Sebrae, faculdades e instituições financeiras, articulados, desencadearam várias atividades em prol do desenvolvimento sustentável do setor de confecção do Sudoeste e uma das principais medidas foi a formação de mão-de-obra. Para isso foram formadas 11 escolas de operadores de costura, cursos de média duração de especialização em desenvolvimento e modelagem, curso técnico, curso de graduação e curso em nível de pós-graduação.

Em 2003, conforme o SINVESPAR (2005), o setor, em parceria com diferentes instituições da Região (o VESTEPAR – representante da categoria -, o Sistema Fiep através do Senai, unidade de Francisco Beltrão e Pato Branco, e o Sebrae Escritório Regional de Pato Branco), engajados na proposta de alavancagem do setor, uniram-se em torno da proposta de formar o Pólo da Confecção do Sudoeste do Paraná para ser reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) através do Programa dos Pólos. A

formação do Pólo tinha como missão tornar a indústria de confecção do Sudoeste reconhecida nacionalmente através da organização e capacitação de seus empresários, com tecnologia e informações atualizadas, produzindo com qualidade e lançando a marca “Moda Sudoeste Paraná”. Seu objetivo era desenvolver o setor de confecções da Região, com interatividade e união entre as indústrias/empresários, Secretaria da Indústria e Comércio dos Municípios e Parceiros, transformando o Sudoeste num Pólo de Competitividade reconhecido pelo MDIC.

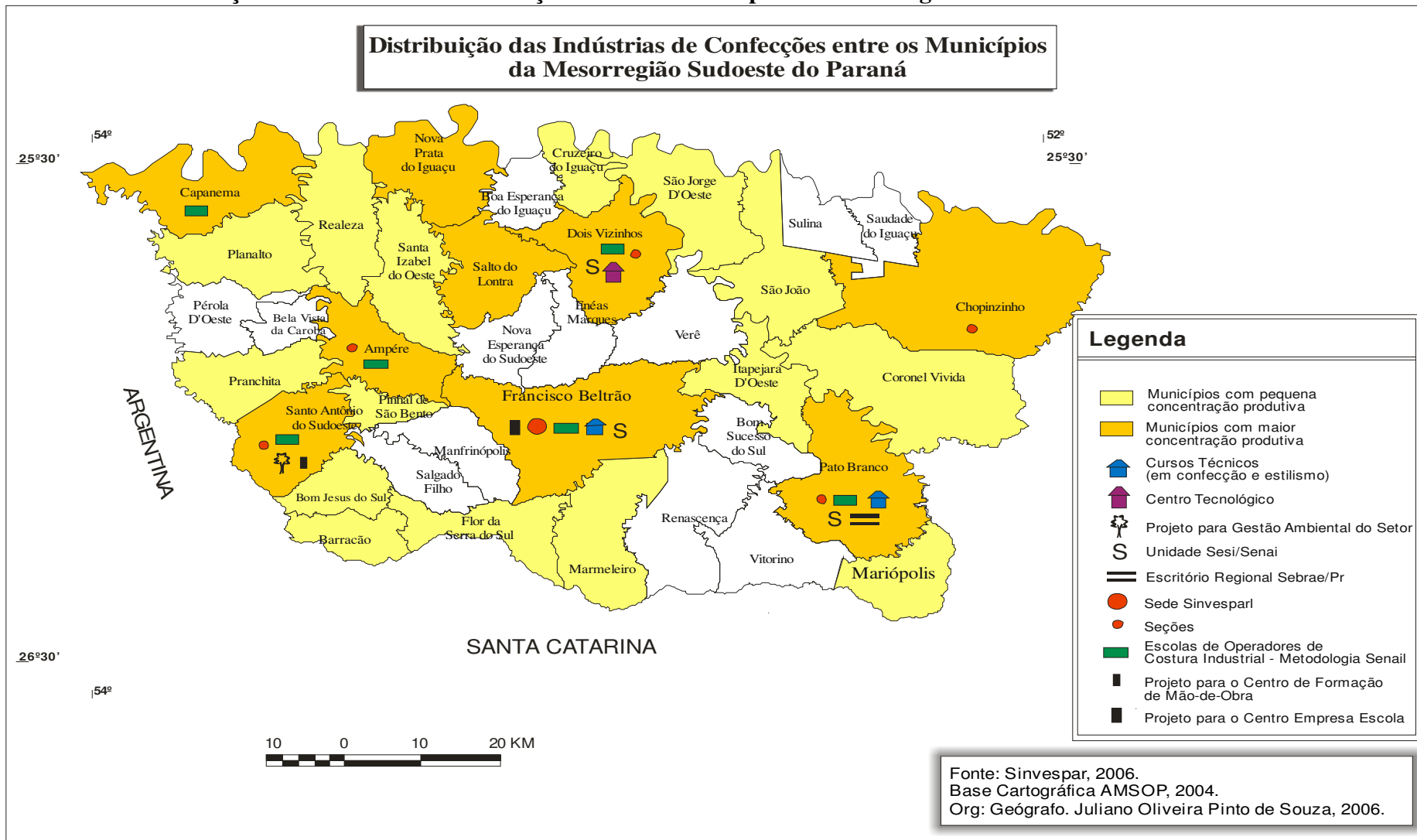
Como o governo mudou sua política de desenvolvimento, segundo o SINVESPAR (2005), alterando para a formação de Arranjos Produtivos Locais (APL's)<sup>12</sup>, o projeto Pólo da Confecção do Sudoeste do Paraná, em outubro de 2005, também foi alterado para APL Confecção Moda Sudoeste que, na prática, segundo a SINVESPAR, só trocou de nome. O APL Confecção Moda Sudoeste priorizou ações voltadas ao mercado nacional/internacional, gestão e formação de mão-de-obra, finanças e investimentos, meio ambiente, saúde, segurança e cidadania.

Entre os anos 1990 e 2003, segundo o Diagnostico setorial da indústria de confecções do Sudoeste do Paraná, realizado em 2004, o setor de confecção do Sudoeste teve um crescimento de 157%, passando de 115 unidades industriais, em 1990, para 296 em 2003. Atualmente (2006), o parque industrial de confecção da Mesorregião Sudoeste (37 municípios), segundo o SINVESPAR (2005) e (2006), é composto por 378 unidades industriais, gerando aproximadamente 5.280 empregos diretos e 2.500 indiretos com uma produção estimada de 16 milhões de peças por ano, com predominância para a moda masculina (calças, camisas e paletós) e jeans. No que se refere ao porte das indústrias tem predominância as micro e pequenas, com uma participação de 93%. As indústrias de médio porte correspondem a 6,5% e de grande porte a 0,5%. A distribuição das indústrias entre os municípios da Mesorregião Sudoeste pode ser observada no mapa 03.

---

<sup>12</sup> Um Arranjo Produtivo Local (APL), “pode ser definido como um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizadas em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem. Baseia-se numa abordagem que relaciona fatores de competitividades com a localização da produção no espaço geográfico e os vínculos existentes entre as empresas, instituições de apoio e governo. Desta forma são levados em conta no APL não apenas as empresas e suas variadas formas de representação e associação, mas também outras instituições públicas e privadas voltadas à formação e treinamento de recursos humanos, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, promoção e financiamento”. (REDEAPL, 2005). Disponível em: <<http://www.redeapl.pr.gov.br>>. Acesso em 31/03/2006.

**MAPA 03 – Distribuição das Indústrias de Confecções entre os Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.**



Segundo IPARDES (2005), o setor de confecção, como já mencionado, em 2002, era o segundo setor com maior participação no VAF regional e o segundo maior gerador de postos de trabalho, perdendo apenas para a agroindústria. Os municípios que se destacam em número de unidades industriais, valor agregado e geração de emprego são: Ampére, ocupando a 6ª posição no ranking estadual, Dois Vizinhos (8ª), Francisco Beltrão (14ª), Santo Antonio do Sudoeste (22ª) e Pato Branco, ocupando a 28ª posição.

A região Sudoeste, conforme o SINVESPAR (2005), pode ser subdividida em quatro pólos produtivos com características diferentes: Ampére, Santo Antonio do Sudoeste e Capanema (região fronteira do Mercosul), ocupando a primeira posição na produção regional, têm predominância de produção dos artigos calça, camisas e ternos; Dois Vizinhos e São Jorge ocupam a segunda posição, predominando a produção de jeans; Francisco Beltrão, ocupando o terceiro lugar, possui uma produção diversificada com ligeira tendência para camisas, calças e outras peças masculinas; por último, Pato Branco, com uma produção predominante de moda feminina com tendência para marca própria.

Conforme IPARDES (2005), na confecção de peças de vestuário (exceto roupas íntimas, blusas, camisas e semelhantes), os municípios que se destacavam na geração de postos de trabalho, em 31/12/2003, eram: Ampére, com 1.503 empregos, Santo Antonio do Sudoeste (676), Dois Vizinhos (498), Francisco Beltrão (478), São Jorge (141), São João (126), Capanema (120) e Pato Branco (114). O salário base da categoria, segundo o Sindicato dos Empregados da Indústria de Confecção de Francisco Beltrão, na região Sudoeste, atualmente (junho de 2006), é de 373 reais, um dos menores salários pagos pelo setor entre as regiões do estado do Paraná.

## 4.2 – Condicionantes da Implantação da Indústria de Confeção e Suas Perspectivas

Antes de analisarmos os dados coletados na pesquisa de campo, uma das fontes metodológicas mais ricas de informações utilizadas nessa pesquisa, e cujos resultados lançamos mão nesta secção, faz-se necessário apresentar o universo da pesquisa e a amostragem utilizada. Assim, os próximos parágrafos versam sobre este assunto e, na seqüência, apresentam-se os resultados obtidos.

Devido à grande quantidade de unidades industriais de confecção existentes na Mesorregião Sudoeste (378 unidades), a escolha das indústrias para aplicar o questionário foi feita pelo seu porte, utilizando a classificação feita pelo Sebrae, que tem como critério o número de funcionários, como se pode observar no quadro 02 a seguir.

### QUADRO 02 – Critério do Sebrae para Classificação do Porte de Empresas pelo Número de Funcionários.

<b>ME (Microempresa)</b> na indústria, até 19 empregados e, no comércio/serviço, até 09 empregados.
<b>PE (Pequena Empresa)</b> na indústria, de 20 a 99 empregados e, no comércio/serviço, de 10 a 49 empregados.
<b>MDE (Média Empresa)</b> na indústria, de 100 a 499 empregados e, no comércio/serviço, de 50 a 99 empregados.
<b>GE (Grande Empresa)</b> na indústria, acima de 499 empregados e, no comércio/serviço, mais de 99 empregados.

Fonte: SEBRAE/2006

As unidades industriais escolhidas para aplicar o questionário foram as de porte médio e grande. Como na Mesorregião Sudoeste 0,5% das indústrias de confecção são de grande porte e 6,5% são de porte médio, das 378 indústrias existentes, 26 constituem o universo da pesquisa; são 02 de grande porte (mais de 500 funcionários): uma com 520 funcionários e uma com 1.150; e 24 de porte médio (de 100 a 499 funcionários). O questionário foi aplicado nas 26 unidades industriais que compõem o universo da pesquisa; para 06 delas (onde o local era muito distante) o questionário foi enviado por e-mail após ter conversado por telefone com o proprietário e ele ter aceitado responder e mandar de volta. Dessas, apenas duas indústrias demoraram mais que o tempo determinado para devolver o questionário (15 dias). Nas outras 20 indústrias, o questionário foi aplicado pessoalmente com data e hora marcada. As indústrias que compõem a amostra desta pesquisa estão distribuídas entre os seguintes municípios da Mesorregião: Ampére (05), Barracão (01), Capanema (01),

Chopinzinho (01), Dois Vizinhos (03), Flor da Serra (01), Francisco Beltrão (04), Itapejara (01), Salto do Lontra (02), Santo Antonio (06), São João (01).

O setor industrial de confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná teve forte crescimento em número de unidades industriais nos últimos anos, principalmente após a década de 1990. O ritmo de evolução da indústria de confecção na Região pode ser observado através de análise das datas de implantação apresentadas na tabela 09, tomando como base as unidades industriais constantes na amostra.

**TABELA 09 – Período de Instalação das Indústrias de Confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná**

<b>Período</b>	<b>Nº de Indústrias</b>	<b>%</b>
1975 – 1979	2	8
1980 – 1989	6	23
1990 – 1999	15	58
2000 - 2002	3	11
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Entre os componentes da amostra (26) apenas 08 unidades industriais (31%) foram implantadas entre 1975 e 1989. A grande maioria das unidades industriais (69%) foram implantadas entre 1990 e 2002. A década de 1990 foi o período em que mais foram implantadas unidades industriais de confecção na Mesorregião Sudoeste. Das 26 unidades em análise, 15 foram implantadas durante a década de 1990, e, destas, 09 unidades foram implantadas na primeira metade da década e 05 na segunda metade.

O aumento expressivo do número de unidades industriais de confecção na Região Sudoeste, durante a década de 1990, está atrelado ao próprio processo de reestruturação produtiva pelo qual passou o setor nessa década, que, induzido pela abertura comercial, fez com que as indústrias menos eficientes ou com custo de produção mais elevado falissem e, em substituição, sugiram dezenas de novas unidades industriais que, justamente, por serem novas, estavam mais adequadas ao contexto de maior competitividade e por isso sobreviveram à crise e se desenvolveram. A maioria das unidades industriais que compõem a amostra da pesquisa, quando iniciaram suas atividades, eram micro indústrias, mas, atualmente, 24 delas já alcançaram o porte médio e duas são de grande porte. Os fatores que motivaram a instalação das indústrias de confecção na Mesorregião Sudoeste podem ser observados na tabela 10.

**TABELA 10 – Fatores que motivaram a instalação das indústrias de confecção na Mesorregião Sudoeste do Paraná.**

Fatores	Nº de Indústrias	%
O Proprietário residia na região.	21	51
Disponibilidade e custo de mão-de-obra.	10	25
Doação de terrenos, barracão e incentivos fiscais.	6	15
Mão-de-obra qualificada.	2	5
Proximidade geográfica com o mercado fornecedor e consumidor.	1	2
Não respondeu.	1	2
<b>Total*</b>	41	100

Fonte: Pesquisa de Campo – 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

O que mais pesou na escolha da Região Sudoeste para a instalação das unidades industriais de confecção foi o fato de o empresário residir na própria Região (51%). Essa predominância, em parte, é decorrente do perfil dos empresários da Região que, quando iniciaram suas indústrias, em sua maioria, possuíam pouco capital para investir no negócio, caracterizando uma indústria familiar voltada à sobrevivência. Na década de 1990, esse fato foi ainda mais evidente. Como já mencionada na seção anterior, a crise pela qual passou o setor nessa década teve como consequência o encerramento de centenas de postos de trabalho e, então, a mão-de-obra residente na Região que detinha bom conhecimento sobre o setor montou seu próprio negócio como forma de sobrevivência.

Além disso, a disponibilidade e custo da mão-de-obra e os incentivos governamentais como doação de terrenos, barracões e incentivos fiscais foram apontados por 25% e 15%, respectivamente, do total das respostas (41) como fatores que influenciaram na escolha da Região para a instalação das indústrias.

Sobre as maiores vantagens competitivas que as indústrias de confecção encontram na Região Sudoeste em comparação a outras regiões do Estado ou do País, a importância dos incentivos governamentais ofertados na Região, o custo da mão-de-obra pago pelo setor e a disponibilidade de mão-de-obra apresentam-se como as principais vantagens competitivas que a Região Sudoeste oferece para o desenvolvimento da indústria de confecção, como mostra a tabela 11.

**TABELA 11 – Maiores Vantagens Competitivas que a Indústria de Confeção encontra na Mesorregião Sudoeste em Comparação a outras Regiões do Estado ou País.**

Vantagens	Nº de Indústrias	%
Incentivos governamentais, como doação de terrenos e barracão e incentivos fiscais.	13	26
Mão-de-obra barata.	10	20
Mão-de-obra abundante.	8	16
Qualidade da infra-estrutura local.	8	16
Mão-de-obra qualificada.	6	12
Proximidade com o mercado fornecedor.	1	2
Persistência dos empresários.	1	2
Criatividade.	1	2
Não Respondeu.	2	4
<b>Total*</b>	<b>50</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

Um em cada dois dos empresários entrevistados recebeu benefícios governamentais para a implantação de sua indústria na Região, principalmente doação de terrenos e barracões. Isso evidencia um estímulo por parte do setor público para a implantação de indústrias dessa natureza na Região. Além disso, a indústria de confecção do Sudoeste do Paraná está entre as que pagam os menores salários se comparada a outras regiões do Estado e do País. No primeiro semestre de 2006, enquanto o setor de confecção da Região Sudoeste pagava um salário de 373 reais, o salário pago pela indústria de confecção da região Oeste do Paraná, segundo o Sindicato da Indústria de Vestuário do Oeste do Paraná - SINDWEST - era de 400,89 reais, equivalendo a uma diferença de 9,3%. Já na região Norte Central, onde se situa o APL de confecção de Maringá, o salário pago pelo setor, no mesmo período, segundo o Sindicato dos Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores na Indústria de Confeção de Roupas de Maringá – SINCONFEMAR, era de 430 reais, ou seja, 15% superior ao salário pago na região Sudoeste. Em relação a outros estados do País, como Santa Catarina e São Paulo, por exemplo, as diferenças salariais são ainda maiores. Em Santa Catarina, o salário pago pelo setor de confecção às costureiras, no primeiro semestre de 2006, na região de Blumenau e Brusque, segundo o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis e Fiação de Blumenau, variava em torno 450 a 700 reais dependendo do porte da empresa. Já em São Paulo, capital, o salário

pago no mesmo período, segundo o Sindicato das Costureiras de São Paulo e Osasco, era de 624,56 reais.

A consciência dos entrevistados sobre a vantagem dos salários pagos pelo setor de confecção da região Sudoeste em relação a outras regiões do Estado ou País reflete-se na avaliação feita por eles sobre o custo da mão-de-obra pago pelo setor na Região apresentado na tabela 12.

**TABELA 12 – Avaliação do Custo de Mão-de-Obra paga pela Indústria de Confecção da Região Sudoeste do Paraná Comparado a outras Regiões do País, exceto Nordeste.**

<b>Peso</b>	<b>Nº de Indústrias</b>	<b>%</b>
Excelente	5	19
Bom	9	35
Razoável	9	35
Ruim	2	7
Péssimo	1	4
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Os que consideraram o salário pago pelo setor, na Região, como excelente e bom somam 54% dos entrevistados, o que significa que a maioria dos empresários não têm problemas de competitividade por causa dos salários. A soma dos que consideraram o custo da mão-de-obra paga pelo setor, na Região, como excelente, bom e razoável chega a 89% dos entrevistados, ou seja, apenas 11% dos entrevistados avaliaram os salários pagos na Região Sudoeste em comparação a outras regiões do Estado ou País, exceto o Nordeste, como ruim ou péssimos para a competitividade da indústria de confecção. Esse percentual diz respeito principalmente às indústrias que trabalham com enxovais para batizados ou noivas, as quais são ainda mais intensivas em mão-de-obra em função do bordado das peças.

Os fatores oferta e qualificação da mão-de-obra também foram citados pelos entrevistados como vantagem da região Sudoeste para o desenvolvimento da indústria de confecção, como foi possível observar na tabela 11. Das 50 respostas obtidas sobre as maiores vantagens competitivas que a indústria de confecção encontra na região Sudoeste em comparação a outras regiões do Estado ou País, 16% (08 dos 26 entrevistados) apontaram a abundância de oferta de mão-de-obra como uma das maiores vantagens que o setor encontra na região Sudoeste para o seu desenvolvimento e 12% (06) das 50 respostas obtidas apontam

a oferta de mão-de-obra qualificada existente como um das vantagens oferecidas pela região Sudoeste para o desenvolvimento do setor de confecção. A oferta de mão-de-obra qualificada ocorre na Região em menor nível e não privilegia todas as indústrias. O que se observou (durante a pesquisa de campo) é que a pouca mão-de-obra qualificada pelas entidades da Região, principalmente aqueles funcionários que se sobressaem durante o treinamento, são direcionados para as indústrias que têm mais “status” na Região e mais contato com os órgãos formadores da mão-de-obra. Esse fato foi motivo de queixa de vários empresários durante a pesquisa. Uma avaliação mais detalhada feita pelos entrevistados, especificamente sobre a oferta e qualificação da mão-de-obra existente na Região, pode ser observada na tabela 13.

**TABELA 13 – Avaliação dos Entrevistados sobre a Oferta e Qualificação da Mão-de-Obra Disponível na Mesorregião Sudoeste do Paraná para a Indústria de Confecção**

<b>Mão-de-Obra Disponível</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>	<b>%</b>	<b>Mão-de-Obra Qualificada</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>	<b>%</b>
Excelente	20	77	Excelente	2	8
Bom	3	11	Bom	2	8
Razoável	1	4	Razoável	3	12
Fraco	2	8	Fraco	10	38
Péssimo	0	0	Péssimo	9	34
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>	<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Pode-se observar, na tabela 13, que há uma relação praticamente inversa quanto à mão-de-obra disponível e a mão-de-obra qualificada existente na Região. Enquanto 88% dos entrevistados avaliam a oferta de mão-de-obra existente na Região como bom e excelente, apenas 16% dos entrevistados consideraram a oferta de mão-de-obra qualificada na Região Sudoeste como bom e excelente. Nenhum entrevistado avaliou a oferta de mão-de-obra existente na Região como péssimo e apenas 02 (8%) dos 26 entrevistados consideraram-na como fraca. Quanto à oferta de mão-de-obra qualificada, a soma dos entrevistados que a avaliaram como fraca e péssima foi de 72%, o que deixa claro a deficiência desse fator na Região Sudoeste e evidencia a dificuldade enfrentada pelas indústrias para a qualificação da mão-de-obra.

Apesar da oferta de mão-de-obra qualificada (treinada) para a indústria de confecção da Região ainda ser insuficiente, a pesquisa revelou que, na região Sudoeste, há uma diversidade de estratégias usadas para qualificar a mão-de-obra, como mostra a tabela 14, evidenciando a ocorrência de uma mobilização dos empresários e do setor público da Região para aumentar a oferta de mão-de-obra qualificada e, conseqüentemente, tornar a indústria do Sudoeste mais competitiva, com o aproveitamento do farto recurso mão-de-obra disponível na Região.

**TABELA 14 – Instituições que Realizam a Qualificação (treinamento) de Mão-de-Obra para a Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

Instituições	Nº de Indústrias	%
As Próprias indústrias de confecção da região.	14	26
As Empresas do sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sebrae).	12	22
O Setor público do município onde a indústria está instalada.	9	17
O Setor Público municipal em parceria com os empresários.	7	13
As Empresas do sistema S, SINVESPARG, e instituições particulares de ensino (UNISEP).	7	13
O Sindicato das Indústrias de Confecção do Sudoeste – SINVESPARG.	5	9
<b>Total*</b>	<b>54</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

Do conjunto de instituições que realizam a qualificação de mão-de-obra para a indústria de confecção da região Sudoeste, as próprias indústrias de confecção são as responsáveis pela maior porcentagem. Do total de respostas, 14 (26%) entre as 54 apontaram as próprias indústrias como as responsáveis pela qualificação da mão-de-obra utilizada no processo de produção. As indústrias que qualificam sua própria mão-de-obra, segundo os entrevistados, possuem um custo médio em torno de 1,5% do seu faturamento.

As instituições que possuem maior participação na qualificação da mão-de-obra, além das próprias indústrias, são as empresas do sistema S (Senac, Senai, Sebrae, Sesi), que obtiveram 22% das respostas; o setor público do município onde as indústrias estão instaladas

foi apontado por 17% (09) das respostas. O setor público municipal utiliza-se de diversas estratégias para atuar na qualificação da mão-de-obra utilizada pelo setor. Como exemplo disso pode ser citado o município de Santo Antonio do Sudoeste, que faz uso do Clube de Mães do Município para qualificar mão-de-obra para a indústria de confecção. O Sindicato das Indústrias de Confecção do Sudoeste – SINVESPAR, também vem assumindo essa responsabilidade, realizando cursos de corte e costura, do básico ao avançado, foi apontado por 9% dos entrevistados como instituição atuante na qualificação da mão-de-obra para a indústria de confecção. Após a formação do Pólo da Confecção do Sudoeste, foram desenvolvidas políticas educacionais voltadas para a qualificação de mão-de-obra e, nas unidades do SINVESPAR, foram montadas escolas de corte e costura com máquinas cedidas pelos empresários do setor. Em Francisco Beltrão, onde se localiza a sede principal do SINVESPAR, existe uma parceria entre empresários e setor público, em que o Sindicato entra com as máquinas e a prefeitura paga os salários dos instrutores. O SINVESPAR também formou escolas itinerantes para aproveitar as mesmas máquinas na qualificação de mão-de-obra em vários municípios.

Outro fator que está entre os mais citados pelos entrevistados, na tabela 14, como vantagem competitiva para a indústria de confecção, na região Sudoeste, é a infra-estrutura local (transporte, energia, telecomunicação). Com um percentual da importância de 16% (08 das 50 respostas) foi apontada a infra-estrutura local como uma das vantagens oferecida pela Região Sudoeste para o desenvolvimento do setor. Na avaliação feita pelos entrevistados sobre a qualidade da infra-estrutura local, tabela 15, pode-se perceber mais claramente o conceito dos entrevistados sobre a qualidade da infra-estrutura local e entender porque a infra-estrutura da Região foi apontada por 8 dos 26 entrevistados como uma das vantagens competitivas ofertadas pela Região Sudoeste para o desenvolvimento da indústria de confecção.

**TABELA 15 – Avaliação dos Entrevistados sobre a Qualidade da Infra-estrutura Existente na Mesorregião Sudoeste**

<b>Qualidade da Infra-estrutura</b>	<b>Nº de Entrevistados</b>	<b>%</b>
Excelente	5	19
Bom	7	27
Razoável	8	31
Ruim	6	23
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Os que consideram a infra-estrutura da Região Sudoeste excelente ou boa somam 46% dos entrevistados. Além disso, 08 dos 26 entrevistados (31%) consideraram a infra-estrutura da Região como razoável, enquanto apenas 23% avaliaram como ruim e nenhum dos entrevistados avaliou a infra-estrutura da Região como péssima (alternativa apresentada na questão). O conceito que os empresários do setor de confecção possuem da infra-estrutura da Região justifica terem-na apontado como uma das principais vantagens da região Sudoeste para a indústria de confecção. Em comparação com a infra-estrutura que existia na Região quando as primeiras indústrias foram implantadas, os empresários do setor reconhecem que a infra-estrutura existente, atualmente, na Região melhorou consideravelmente e em virtude de alguns dos empresários entrevistados terem vivenciado períodos difíceis com a infra-estrutura da Região, principalmente em relação ao transporte de matéria-prima, reconhecem que esse setor teve grandes avanços.

Além das vantagens competitivas acima apresentadas, outras vêm sendo desenvolvidas para promover o desenvolvimento do setor através da união dos empresários que, segundo os entrevistados, ficou mais forte após a criação do Pólo da Confecção, em 2003, transformada em APL, em 2005, o que os entrevistados, como se pode observar na tabela 16, consideram uma vantagem trazida pela formação do Pólo da Confecção/APL. A maioria dos entrevistados, 85%, reconhece que, na Região, há cooperação e interação entre as indústrias de confecção visando promover o setor. As formas mais comuns de cooperação e interação entre as indústrias de confecção da Região Sudoeste citadas pelos entrevistados foram: união dos empresários para promover e divulgar o setor; união dos empresários para a formação e qualificação da mão-de-obra; troca de informação e discussão de problemas; empréstimos de máquinas e de matéria-prima.

Quanto ao Pólo da Confecção/APL, os entrevistados apontaram vários benefícios trazidos por este, como pode ser observado na tabela 16, os quais vêm contribuir para o aumento da vantagem competitiva da indústria regional. A abrangência dos projetos do Pólo da Confecção/APL alcança praticamente todas as áreas das indústrias, atingindo desde a aquisição de créditos para a modernização tecnológica e gerencial passando pela qualificação de mão-de-obra até a divulgação das indústrias e dos artigos produzidos na Região, o que significa que os projetos do Pólo da Confecção/APL procuram beneficiar as indústrias na sua totalidade. Entre os benefícios trazidos pela formação do Pólo da Confecção/APL, destaca-se a divulgação da indústria regional e dos artigos produzidos na região, indicado por 32% do total das respostas, que apontaram os benefícios trazidos pelo Pólo da Confecção/APL.

**TABELA 16 – Vantagens Trazidas pelo Pólo da Confecção/APL para a Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

<b>Benefícios</b>	<b>Nº de Indústrias</b>	<b>%</b>
Divulgação da indústria regional e dos artigos produzidos na região, através de promoção de eventos, sites e exposições.	19	32
Maior cooperação e interação entre os empresários do setor.	11	18
Integração entre o setor e as instituições de ensino e pesquisa (faculdades, Senai, Sebrae).	10	17
Formação e qualificação da mão-de-obra.	5	8
Modernização tecnológica e gerencial da indústria.	5	8
Maior acesso a aquisição de créditos junto às cooperativas de créditos da região e através de programas governamentais específicos para o setor.	3	5
Não trouxe benefícios.	1	2
Não sabe.	3	5
Não respondeu.	3	5
<b>Total*</b>	<b>60</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

O Pólo da Confecção/APL é considerado pela maioria dos entrevistados como um fator positivo para o desenvolvimento da indústria de confecção da Região. A importância atribuída pelos entrevistados ao Pólo da Confecção/APL para o desenvolvimento da indústria foi bastante positiva, como se pode observar na tabela 17.

**TABELA 17 – Importância Atribuída pelos Entrevistados ao Pólo da Confeção para o Desenvolvimento da Indústria de Confeção da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

<b>Importância Atribuída</b>	<b>Nº de Indústrias</b>	<b>%</b>
Muito importante	18	69
Importante	4	15
Pequena importância	1	4
Indiferente	1	4
Não conhece os projetos do pólo	2	8
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Apesar do pouco tempo de existência, o Pólo da Confeção/APL foi considerado pela maioria dos entrevistados (69%) como um fator muito importante para o desenvolvimento da indústria de confeção da Região Sudoeste e por 15% dos entrevistados como importante, o que indica que esse projeto, futuramente, poderá tornar-se uma vantagem da Região Sudoeste para o desenvolvimento da indústria de confeção, ampliando a competitividade da indústria.

As informações obtidas a partir dos empresários da indústria de confeção quanto à procedência da matéria-prima revela um quadro de ligação da indústria de confeção da região Sudoeste com o mercado regional, nacional e internacional; o mercado local<sup>13</sup> (região Sudoeste) não tem participação no fornecimento de matéria-prima. Na tabela 18 pode-se observar a participação dos mercados em várias escalas geográficas no fornecimento de matéria-prima para a indústria de confeção da região Sudoeste.

<sup>13</sup> Considera-se nível local a própria região Sudoeste, regional o estado do Paraná, nacional as demais regiões do Brasil e internacional os demais países.

**TABELA 18 – Procedência da matéria-prima utilizada pela Indústria de Confeção da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

<b>Procedência da Matéria-Prima</b>	<b>Nº Indústrias</b>	<b>%</b>
Região Sudeste	24	55
Região Sul do País	10	23
Estado do Paraná	3	7
Outras regiões do País <sup>1</sup>	2	4
Mercado internacional	5	11
<b>Total*</b>	<b>44</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

<sup>1</sup> A opção “outras regiões do País” foi citada por dois entrevistados: a Região Nordeste.

Das 44 respostas obtidas sobre a procedência da matéria-prima utilizada pela indústria de confecção da Região Sudoeste, 55% apontou a região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo, como mercado fornecedor. Das 24 unidades industriais que apontaram a região Sudeste como mercado fornecedor de sua matéria-prima, 75% adquirem dessa região de 75 a 90% da matéria-prima utilizada em sua produção e 25% adquirem de 50 a 75%. Esse dado coloca a região Sudeste como principal fornecedora de matéria-prima para a indústria de confecção da região Sudoeste do Paraná. A região sul do país, embora seja bem mais próxima da região sudoeste e seja detentora de um extenso parque têxtil, possui uma participação no fornecimento de matéria-prima bem menor que a região Sudeste. Do total de respostas, essa região obteve 23%, o que representa que a região Sudoeste do Paraná possui menor ligação com a região Sul do País (região em que está inserida) do que com a Região Sudeste. Das 10 indústrias que apontaram a região Sul do País como mercado fornecedor de sua matéria-prima, 08 delas adquirem dessa Região até 25% de sua matéria-prima, 01 unidade adquire de 25 a 50% e apenas 01 unidade industrial adquire de 75 a 90%. Dentro da região Sul, o estado do Paraná possui uma participação de 7% das respostas obtidas sobre a procedência da matéria-prima utilizada na indústria da região Sudoeste, o que significa uma pequena representatividade do Estado. Esse fato, em parte, é decorrente de ser menor o parque têxtil do estado do Paraná em comparação com o do estado de Santa Catarina e São Paulo. Existem, ainda, 02 unidades industriais (4%) que adquirem parte de sua matéria-prima na Região Nordeste do País; 05 indústrias (11%) apontaram o mercado internacional como fonte de aquisição de matéria-prima cujo percentual de participação é de até 25%.

O total de indústrias da região Sudoeste que trabalham com importação são 06. Três delas importam apenas tecidos, 01 importa somente máquinas, 01 importa máquinas e tecidos e 01 importa aviamentos, tecidos e produtos químicos. As indústrias que efetuam importação são: Latreille, que importa aviamentos, tecidos e produtos químicos dos países Alemanha e Estados Unidos; Kaisem Artigos de Cama, Mesa e Banho (tecidos 100% algodão do Paraguai); Traymon (tecidos da China e Itália); Confecções Raffer (tecidos do Uruguai, China e Coréia); Krindges Industrial (tecidos e máquinas da Alemanha e China); e, por fim, Minetto Indústria de Confecções (máquinas da Alemanha). Observe-se que, dos países de onde são efetuadas as importações apontadas pelos entrevistados, a Alemanha é citada por 50% (03) das indústrias importadoras assim como a China, que também foi citada por 03 das 06 indústrias importadoras. A espacialização do mercado fornecedor de matéria-prima da indústria de confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná pode ser observada no mapa 04.

## MAPA 04

### Mercado Fornecedor de Matéria-Prima para a Indústrias de Confeção da Mesorregião Sudoeste do Paraná



#### LEGENDA:

→ Países Fornecedores

Regiões brasileiras Fornecedoras

- Região Nordeste
- Região Sudeste
- Região Sul

Quanto ao mercado consumidor das indústrias de confecção da região Sudoeste, da mesma forma que no caso do mercado fornecedor, a região Sudeste mantém maior ligação com a indústria de confecção sudoestina, conforme mostra a tabela 19.

**TABELA 19 – Mercado Consumidor das Indústrias de Confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

Local de Abrangência	Nº de Indústrias	%
Região Sudeste do País	14	27
Região Sul do País	12	23
Região Sudoeste	8	15
Outras regiões do País (Norte e Centro Oeste)	7	13
Estado do Paraná	6	11
Outros países	6	11
<b>Total*</b>	<b>53</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

As duas regiões que mais foram apontadas pelos entrevistados como mercado consumidor dos artigos produzidos pela indústria da região Sudoeste foi a região Sudeste e a região Sul do País. Das 53 respostas obtidas localizando o mercado consumidor dos artigos produzidos pela indústria de confecção da região Sudoeste foi possível constatar que 27% das respostas indicaram a região Sudeste, especialmente o estado de São Paulo, como mercado consumidor dos artigos produzidos no Sudoeste. Essa região, do mesmo modo que se observou no fornecimento de matéria-prima para a indústria de confecção da região Sudoeste, é a região que tem o maior mercado consumidor dos artigos produzidos pela indústria de confecção da região Sudoeste do Paraná.

A região Sul do País é o segundo maior mercado consumidor da indústria de confecção da região Sudoeste, apontada, por 23% das 53 respostas. A região Sudoeste do Paraná, ou seja, o mercado local, e o estado do Paraná, ao contrário do que ocorre com o fornecimento de matéria-prima, são importantes mercados consumidores dos artigos produzidos pela indústria da referida região. Das 53 respostas que localizam o mercado consumidor da indústria da região Sudoeste, 08 (15%) apontam a própria Região como mercado consumidor dos artigos produzidos pela indústria local, e 07 (13%) apontam o Estado como um dos mercados onde são comercializados os artigos produzidos na Região

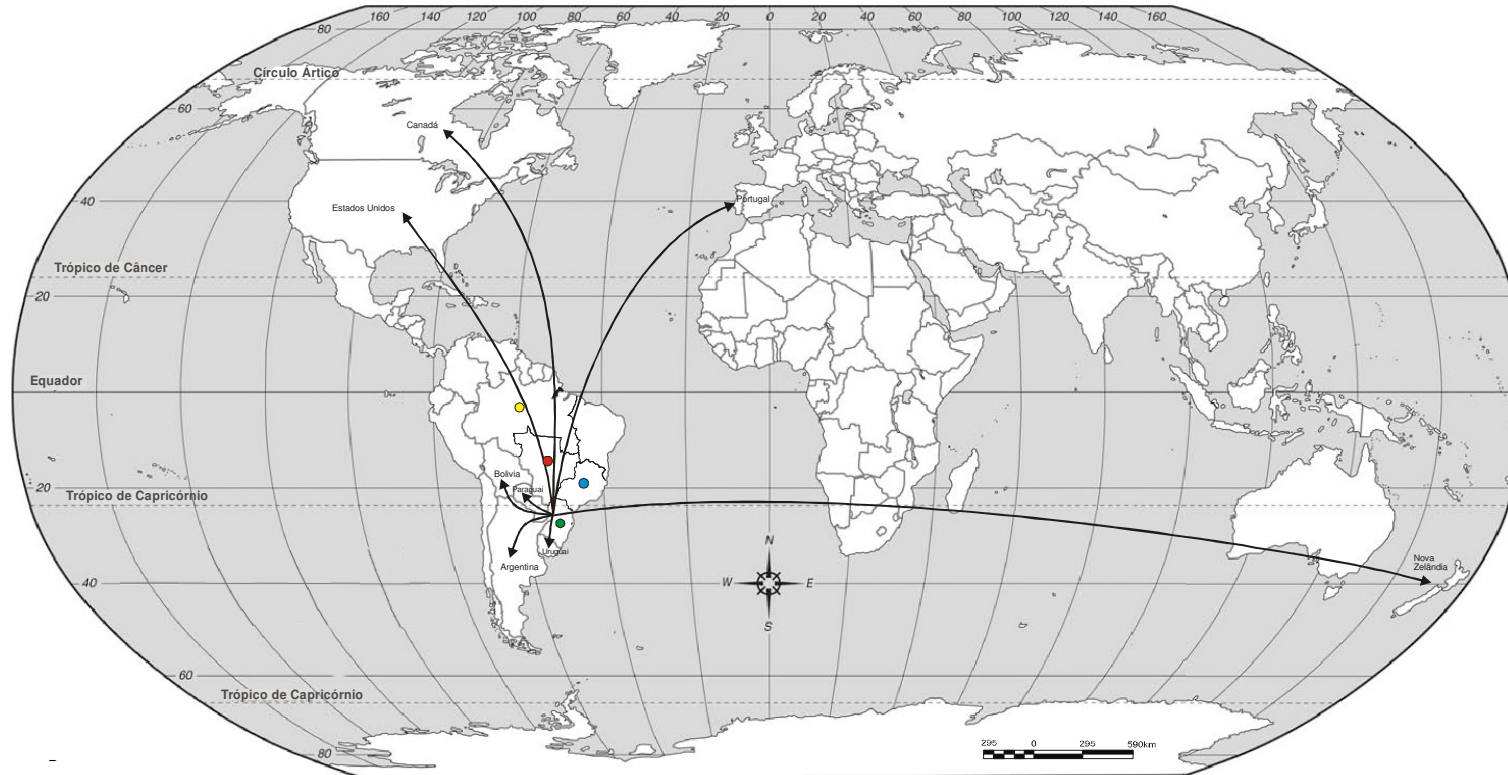
Sudoeste, o que representa boa ligação entre as indústrias de confecção instaladas na região Sudoeste e o mercado local e regional.

As regiões Norte e Centro Oeste também são regiões importantes na comercialização dos artigos produzidos no Sudoeste, sendo apontadas por 13% das respostas que localizaram o mercado consumidor dos artigos produzidos na Região. Das 53 respostas, 06 (ou seja, 23% das 26 indústrias selecionadas para amostra) apontaram o mercado internacional como destino de parte de sua produção.

As indústrias que operam com exportação são praticamente as mesmas que trabalham com importação. Apenas 01 das indústrias que trabalham com importação (Confecções Raffer) não exporta e, do mesmo modo, 01 das 06 indústrias que exportam (Rocamp) não opera com importação. Dessa forma, o número de unidades industriais da região Sudoeste que exporta e importa é o mesmo (06). Entre as indústrias que exportam parte de sua produção estão as indústrias Krindges e Latreille (com 1.150 e 520 funcionários, respectivamente,) que são as duas indústrias de grande porte (mais de 500 funcionários) existentes na Região. Os países de destino das exportações dos artigos produzidos na região Sudoeste, citado pelos entrevistados, são: Argentina, citada por 03 indústrias, Bolívia (02), Paraguai (02), Uruguai (01), Estados Unidos (02), Portugal (01), Canadá (01), Nova Zelândia (01). A firma Traymon é a que tem maior diversidade de mercado externo, exporta para 07 Países (Argentina, Uruguai, Portugal, Bolívia, Canadá, EUA e Nova Zelândia). O mapa 05 apresenta a espacialização do mercado consumidor, nacional e internacional, da indústria de confecção da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

## MAPA 05

### Destino da Produção das Indústrias de Confeção da Mesorregião Sudoeste do Paraná



#### LEGENDA:

→ Países Importadores

Destino da Produção entre as Regiões brasileiras

● Região Norte

● Região Centro-Oeste

● Região Sudeste

● Região Sul

Quanto à forma de comercialização dos artigos produzidos pelas indústrias de confecção da região Sudoeste, predomina a venda para o comércio varejista, com 50% das respostas obtidas nessa questão, conforme tabela 20.

**TABELA 20 – Forma de Comercialização dos Artigos Produzidos Pela Indústria de Confecção da Mesorregião Sudoeste.**

Forma de Comercialização	Nº de Indústrias	%
Para o comércio varejista.	16	50
Para atacadistas.	8	24
Para outras indústrias.	4	13
Direto para o consumidor final.	4	13
<b>Total*</b>	<b>32</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

De um total de 32 respostas que indicaram a forma de comercialização dos artigos produzidos pelas indústrias da região Sudoeste, 24 (74%) apontaram a venda para o comércio varejista e atacadista; 04 unidades industriais (13%), afirmaram que a comercialização de sua produção, ou parte dela, é feita para outras indústrias. São indústrias facionistas ou que produzem pedidos de outras indústrias que não atuam em determinados segmentos, mas, por interesse comercial, fazem questão de atender o cliente. Da mesma forma, 13% das respostas obtidas que indicam a forma de comercialização dos artigos produzidos pela indústria da Região em análise apontaram que sua produção, ou parte dela, é comercializada direto com o consumidor final. Essas indústrias trabalham com a confecção de uniformes personalizados para indústrias de outros setores, empresas do comércio e colégios e, assim, consideram essa forma de comercializar seus artigos como venda direta ao consumidor.

Quanto aos fatores que mais afetam a competitividade da indústria de confecção da Região Sudoeste em nível nacional, foram apontados pelos entrevistados os mesmos fatores elencados na segunda seção do capítulo primeiro que afetam a indústria de confecção nacional como um todo: sistema tributário, encargos sociais e restrição a créditos, como pode ser observado na tabela 21.

**TABELA 21 – Fatores que mais Afetam a Competitividade da Indústria de Confeção da Mesorregião Sudoeste em Nível Nacional.**

Fatores	Nº de Indústrias	%
Sistema Tributário (impostos sobre produtos, insumos e bens de capital).	24	36
Encargos sociais elevado sobre a folha de pagamento.	20	30
Legislação trabalhista.	14	21
Restrição a disponibilidade de créditos.	8	12
Outros <sup>2</sup> .	1	1
<b>Total*</b>	<b>67</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

\* O total de respostas é superior ao número da amostra porque o empresário poderia apresentar mais de uma resposta.

<sup>2</sup> Na opção “Outros” foi citado os produtos importados ilegalmente.

A alta carga tributária, assim como ocorre com o setor em todo o País, é um fator que tem grande peso negativo sobre a competitividade das indústrias de confecção da Região Sudoeste: 36% das 67 respostas que apontaram os fatores que mais afetam a competitividade da indústria da região Sudoeste em nível nacional citaram o sistema tributário vigente como um ponto negativo para a competitividade da indústria. Os encargos sociais elevados, que possuem forte peso negativo sobre a competitividade da indústria de confecção em função dessa indústria ser intensiva em mão-de-obra, foram apontados em 20 das 67 respostas como fator que mais afetam a competitividade da indústria de confecção da região Sudoeste.

A legislação trabalhista e a disponibilidade de créditos também foram apontadas pelos entrevistados (com 21, e 12%, das respostas, respectivamente) como fatores que dificultam a competitividade da indústria da Região. Apesar das indústrias que compõem a amostra serem de porte médio (24) e alto (02) algumas delas (08 das 26 indústrias) afirmaram que enfrentam dificuldades quando precisam de financiamentos junto aos órgãos governamentais (bancos), principalmente devido à burocracia e pela inexistência de linhas de créditos que atendam às suas necessidades. Entre as indústrias da amostra que apontaram dificuldades na aquisição de créditos, não estão inclusas as indústrias de grande porte; todas são de porte médio.

Se as médias indústrias da Região, que já são maiores, possuem maior disponibilidade de capital fixo e, pode-se dizer, possuem certa estabilidade no mercado em comparação às pequenas e, principalmente, as micro indústrias, enfrentam dificuldades de

ordem burocrática quando necessitam de créditos junto aos órgãos governamentais, pode-se imaginar, então, a dificuldade das micro e pequenas indústrias da Região, as quais somam 93% do total, quando necessitam de financiamentos para modernizar e ampliar suas plantas industriais, uma vez que essas, na maioria dos casos, possuem ainda menos condições que as médias indústrias para garantir ao banco o pagamento do empréstimo.

Um outro fator de nível nacional que afeta a competitividade da indústria de confecção da Região Sudoeste citado por 01 dos entrevistados foi a entrada ilegal de artigos de outros países no mercado brasileiro. Nesse quadro, estão os produtos que entram no País de forma clandestina e, assim, não pagam nenhum tipo de imposto e são vendidos sem nota fiscal, o que barateia bastante o produto, configurando um quadro de concorrência desleal com a indústria nacional. Além dessa, uma outra forma usada para importar artigos ilegalmente é a “falsa declaração” dos artigos importados. Como exemplo, os entrevistados citaram a importação de calça social, que é faturada e também declarada nas embalagens como luvas, porque estas possuem preço bem menor que as calças e, assim, os impostos pagos também são menores, o que significa que esse artigo pode ser vendido a um custo bastante inferior do que os artigos produzidos no mercado nacional.

Diante do exposto anteriormente sobre a competitividade da indústria de confecção da região Sudoeste, resta ainda apresentar as perspectivas dos entrevistados para a indústria de confecção da região Sudoeste para os próximos anos.

As perspectivas de crescimento da indústria de confecção da região Sudoeste foram um tanto ofuscadas pelo fim do Acordo Multifibras e do Acordo de Têxteis e Vestuários, como pode ser observado na tabela 22, o que deixou as importações mais livres com o fim das barreiras comerciais; para os entrevistados representa um maior volume de importação de artigos internacionais, principalmente vindos da China e Coréia que, em função dos baixos salários pagos pelo setor nesses países e da pequena carga tributária, produzem artigos bem mais competitivos em custos que a indústria nacional.

**TABELA 22 – Perspectiva da Indústria de Confeção da Mesorregião Sudoeste do Paraná para os Próximos Anos.**

<b>Perspectivas</b>	<b>Nº de Indústrias</b>	<b>%</b>
Retração no crescimento da indústria em função do fim do Acordo Multifibras e do Acordo de têxteis e Vestuários.	11	42
Continua tudo como está, pois não há perspectiva de grandes mudanças na política econômica.	6	23
Será um período melhor do que os últimos anos.	5	20
As perspectivas são ótimas, pois as perspectivas da política econômica tanto nacional como regional é favorável ao crescimento da indústria de confecção.	3	11
Não respondeu.	1	4
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>100</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - 2006

Dos 26 entrevistados 11, ou seja, 42%, possuem uma perspectiva pouco otimista sobre o futuro da indústria de confecção da região Sudoeste para os próximos anos devido à liberalização do comércio desse setor. Para eles, a perspectiva para os próximos anos é de retração no crescimento da indústria em função da entrada de maior quantidade de artigos importados no mercado nacional, o que trará dificuldades para a indústria da Região colocar seus artigos no mercado. Alguns dos entrevistados afirmaram que essa dificuldade já vem ocorrendo atualmente, principalmente com os artigos básicos que são os que mais possuem volume de venda. Além disso, alguns entrevistados argumentaram que, diante da perspectiva da política nacional, não existe expectativa de crescimento para o setor de confecção nos próximos anos.

Se há aqueles que não estão tão otimistas quanto às perspectivas da indústria de confecção da região Sudoeste, há também os que não vêem problemas quanto ao futuro da indústria da Região: 23% dos entrevistados afirmaram que, diante do cenário atual, as perspectivas para a indústria de confecção dessa Região, para os próximos anos, são de que continue tudo como está, pois para esses não haverá grandes mudanças na política econômica nos próximos anos. E, ainda, 05 (20%) dos 26 entrevistados afirmaram que, nos próximos anos, as perspectivas para a indústria de confecção da região Sudoeste são de um período melhor do que o dos últimos anos devido à indústria já estar mais adequada à nova reestruturação pela qual passou o setor ultimamente. Apenas 03 dos 26 entrevistados (11%)

estão totalmente confiantes quanto ao futuro da indústria de confecção da Região. Estes apontam ótimas perspectivas para a indústria nos próximos anos, pois as perspectivas da política econômica tanto nacional como regional é favorável ao crescimento da indústria de confecção e, dessa forma, haverá crescimento desse tipo de indústria na Região (nos próximos anos), tanto, segundo eles, em número de unidades industriais como das plantas já existentes.

Em síntese, é possível perceber, pela análise dos dados acima, que, entre os entrevistados, há um número maior de empresários com boas perspectivas para o futuro da indústria de confecção da região Sudoeste (54%) do que o número de entrevistados com perspectivas de retração do crescimento da indústria (42%), o que representa que a maioria dos entrevistados estão apostando na política econômica à nível nacional e regional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões teóricas, as informações empíricas e a articulação entre elas, sistematizadas nesta pesquisa, permitiram identificar fatores que condicionaram a implantação da indústria de confecção na Mesorregião Sudoeste assim como sua escala geográfica de comercialização, a importância atual da indústria de confecção no desenvolvimento econômico da Região e as perspectivas dessa indústria para os próximos anos.

Os estudos sobre a competitividade sistêmica proporcionaram a identificação dos fatores que influenciam na competitividade da indústria de confecção nos mais diferentes níveis (meta, macro, meso e microeconômico) e, conseqüentemente, dos fatores que determinam a escolha do local (região) para a implantação dessa indústria. A competitividade sistêmica, por estar relacionada a um conjunto de elementos que abrange desde fatores externos à nação (como políticas internacionais que têm reflexos negativo ou positivo no desempenho de determinado país) até fatores internos às próprias indústrias, possibilitou a compreensão dos fatores que atuam sobre a competitividade da indústria de confecção em âmbito internacional, nacional e local.

Baseada nos estudos sobre competitividade sistêmica foi possível identificar vantagens oferecidas pela região Sudoeste que impulsionam o desenvolvimento econômico local/ regional, tais como: posição geográfica, oferta e qualidade da infra-estrutura básica, oferta e custo de mão-de-obra; disponibilidade de terrenos e incentivos governamentais para a implantação de indústrias. Esses fatores beneficiam não somente a indústria de confecção, mas, também, outros setores industriais que contribuem para o desenvolvimento da regional.

Do mesmo modo que no capítulo primeiro, os estudos realizados no segundo capítulo sobre a indústria de confecção nacional em suas mais diferentes dimensões, origem, desenvolvimento, renda, emprego e distribuição espacial proporcionaram grandes contribuições na compreensão da estruturação dessa indústria em nível nacional, estadual e, conseqüentemente, à nível regional, ou seja, da indústria de confecção instalada na região Sudoeste do Paraná.

A indústria de confecção da região Sudoeste que teve seu início nas décadas de 1970 e 1980 experimentou forte crescimento na década de 1990 e nos primeiros anos desse novo século. Tal crescimento lhe conferiu destaque na economia sudoestina, passando a responder pela segunda posição entre os setores industriais que mais geram emprego e renda.

No entanto, apesar da sua destacada posição na economia regional o setor de confecção por possuir um nível salarial muito baixo tem alcance limitado para melhorar a sociedade local. O salário base pago pela indústria a seus empregados é pouco maior que o mínimo nacional (pago aos aposentados e pensionistas), ou seja, é insuficiente para um chefe de família manter com dignidade seus dependentes e progredir social, cultural e financeiramente.

Desta forma, o baixo custo da mão-de-obra paga pela indústria de confecção da região Sudoeste, que se traduz em uma das suas maiores vantagens competitivas, quando analisa-se o desenvolvimento social e econômico da região aparece como um fator desvantajoso já que esse setor industrial está entre os que mais absorve mão-de-obra assalariada e o baixo salário pago aos seus trabalhadores não confere grande contribuição no desenvolvimento regional, uma vez que, quanto mais alto o nível salarial maior é a contribuição para o desenvolvimento social e econômico de uma determinada região/local: salários mais elevados proporcionam aos trabalhadores condições de contratar pessoas para trabalhos domésticos em suas residências (empregadas, babás, jardineiros, etc.), estes também passam a freqüentar restaurantes e a comprar mais no comércio local impulsionando seu crescimento que, conseqüentemente, precisam de mais pessoas para trabalhar, beneficiando, desta forma, tanto a sociedade, principalmente os mais marginalizados, quanto a economia regional/ local.

Porém, mesmo de forma limitada, a indústria de confecção contribui para o desenvolvimento regional, através de pagamento de impostos que parte é reinvestido na própria região, e da massa assalariada desta indústria e de setores ligados a ela que adquirirão os meios de subsistência no comércio local impulsionando o desenvolvimento de outros setores econômico.

O crescimento do setor de confecção na região Sudoeste, de uma forma geral, pode ser considerado um fator positivo para a economia regional, pois possui importante contribuição na geração de emprego e renda regional. Contudo, foi possível observar durante a pesquisa que a economia industrial da região esta fortemente centrada em alguns poucos segmentos, caso da indústria de confecção e da indústria alimentícia, o que pode representar risco para a economia regional, especialmente no que se refere a indústria de confecção, já que uma crise nesse setor pode desestabilizar a economia regional. Para a Região o melhor é diversificar sua economia, assim se um setor está em crise outros mantêm o dinamismo econômico necessário para seu desenvolvimento.

A pesquisa de campo revelou que as indústrias de confecção existentes na Região Sudoeste são indústrias domésticas, ou seja, indústrias que tiveram origem na própria Região, através de iniciativas de empreendedores que já residiam e trabalhavam nessa Região antes de implantar sua indústria, e que, em grande parte, o fato de residirem na Região Sudoeste influenciou a escolha dessa Região para a implantação de sua indústria de confecção.

O fato de residir na própria Região, levado em consideração pela maior parte dos entrevistados para a implantação da indústria de confecção, associado ao perfil do empreendedor desse setor industrial quando iniciou sua indústria - em sua grande maioria, segundo os próprios entrevistados, possuíam pouco capital para aplicar no negócio, vendo nesse, inicialmente, apenas uma maneira de ter um trabalho e sustentar a família -, levou muitos empresários a não compararem as vantagens oferecidas pela região Sudoeste e as outras regiões do Estado ou País antes da implantação de sua indústria. No entanto, o próprio fato das indústrias sobreviverem ao mercado e se desenvolverem indica que a Região Sudoeste oferecia, e ainda oferece, vantagens competitivas para o setor.

Na década de 1970 e início da década de 1980, as próprias dificuldades da Região Sudoeste, transporte e telecomunicação, foram apontadas pelos entrevistados como vantagem para essas indústrias, uma vez que, devido as dificuldades, os artigos das indústrias concorrentes, de outras regiões ou estados, praticamente não tinham acesso ao mercado consumidor da Região Sudoeste e, dessa forma, a indústria local podia expandir-se fornecendo sua produção para os consumidores da própria região sem a interferência da concorrência.

Além desses, outros fatores locais, sem dúvida, impulsionaram a implantação da indústria de confecção na Região Sudoeste como, a disponibilidade de mão-de-obra existente na Região, custo de mão-de-obra e incentivos governamentais como doação de terrenos, barracões e incentivos fiscais. Os fatores disponibilidade de mão-de-obra existente e custo da mão-de-obra na Região foram indicados por indústrias implantadas nos mais diferentes períodos, nas décadas de 1970, 1980, 1990 e nos anos de 2000 e 2001, como fatores que motivaram a implantação dessas indústrias na Região Sudoeste.

Os incentivos governamentais também foram fatores importantes na escolha da Região Sudoeste para a implantação da indústria de confecção, principalmente para as indústrias implantadas a partir da década de 1990. As indústrias instaladas na Região, nas décadas de 1970 e 1980, segundo os entrevistados, não foram beneficiadas por esses fatores no período de suas implantações, no entanto, algumas dessas indústrias obtiveram, posteriormente, alguns desses benefícios, principalmente doação de terrenos e barracões para

a expansão da indústria. A mão-de-obra qualificada, embora em porcentagem bem menor, também foi apontada como fator que influenciou na escolha da Região Sudoeste para a implantação da indústria na Região.

Dessa forma, conclui-se que os fatores mão-de-obra abundante, custo da mão-de-obra pago pelo setor na Região e incentivos governamentais, aliados ao fato do empresário residir na própria Região, condicionaram a implantação da indústria de confecção na Região Sudoeste que, juntamente com a qualidade da infra-estrutura local e a disponibilidade de mão-de-obra qualificada, são as maiores vantagens competitivas que a indústria de confecção encontra, atualmente, na Região para o seu desenvolvimento, e são essas fontes de vantagens que dão capacidade à indústria dessa Região para enfrentar a acirrada concorrência que o setor vem sofrendo nos últimos anos e se expandir tanto em número de unidades industriais quanto em termos de tamanho das unidades.

Percebe-se assim que os fatores que condicionaram a implantação da indústria de confecção na Região são múltiplos, ou seja, houve uma combinação de fatores que determinou a implantação da indústria de confecção na Região Sudoeste. Esses fatores são também dinâmicos, variam no tempo. Essa dinâmica pode ser observada entre os fatores que condicionaram a implantação das primeiras indústrias e os fatores que condicionaram a instalação de indústrias mais recentes, como os incentivos governamentais que as primeiras indústrias implantadas na Região não receberam enquanto praticamente todas as últimas foram privilegiadas.

Diante disso, pode-se afirmar que a indústria de confecção, pelas suas características de elevada heterogeneidade e requisitos relativamente baixos de investimento em capital e tecnologia, encontrou na Região Sudoeste condições propícias para desenvolver-se devido à disponibilidade de fatores básicos de produção ali existentes.

Algumas das vantagens competitivas da indústria de confecção da região Sudoeste, principalmente mão-de-obra qualificada, segundo os entrevistados, vêm sendo melhorada após a formação do Pólo da Confecção transformado, em 2005, em Arranjo Produtivo Local – APL; este último foi caracterizado pelos entrevistados como uma vantagem competitiva que a Região oferece para a indústria de confecção. No entanto, aqui cabe uma pergunta: será que existe realmente um Arranjo Produtivo Local (APL) de confecção na Região Sudoeste?

Cassiolato e Lastres (1999), afirmam que um Arranjo Produtivo Local – APL envolve empresas produtoras, fornecedoras, prestadoras de serviços, comercializadoras e diversas formas de representações e associações dessas empresas (particularmente cooperativas), bem como várias outras instituições públicas e privadas, voltadas à: formação e

treinamento de mão-de-obra, pesquisa, desenvolvimento e engenharia, consultoria, promoção e financiamentos localizados em um mesmo território ou região.

Na região Sudoeste, durante a pesquisa, foi possível observar que não há fornecedor para a indústria de confecção; a maior parte da matéria-prima utilizada pela indústria local é adquirida em outros estados do País e até no mercado externo, ou seja, nesse APL as indústrias produtoras e fornecedores não se localizam no mesmo território/ região.

A carência de mão-de-obra com maior qualificação, principalmente estilistas, também foi motivo de reclamação de alguns entrevistados que afirmam buscar profissionais com maior nível de qualificação em outros estados ou regiões devido à região Sudoeste não ter instituições que forneça mão-de-obra para atuar no processo de criação e desenvolvimento do produto. Esses fatores evidenciam a falta de agentes locais que constituem, de fato, um Arranjo Produtivo Local – APL.

Quanto ao mercado consumidor, a indústria de confecção da região Sudoeste apresenta forte diversidade em sua escala geográfica de comercialização, alcançando desde a própria região até o mercado internacional. Da mesma forma, a aquisição de matéria-prima ocorre em várias regiões do País e até no mercado internacional. Em escala nacional, a indústria de confecção da Região Sudoeste localiza-se um pouco distante de seu mercado comercial já que a Região apresenta mais forte ligação com a região Sudeste do País, seu principal mercado tanto fornecedor quanto consumidor.

As perspectivas dos entrevistados para a indústria de confecção da Região Sudoeste para os próximos anos são, em sua maioria, positivas, apesar da insegurança de alguns entrevistados devido ao fim dos acordos comerciais sobre têxteis e vestuários. Porém, o que se observa, atualmente, é uma contínua expansão do número de unidades industriais desse setor na Região Sudoeste assim como no crescimento das plantas industriais, o que representa uma ascensão desse setor nos últimos anos, na Região. É um setor que vem ganhando importância cada vez maior na economia sudoestina, tanto na geração de empregos como na geração de renda, abocanhando a segunda posição entre os setores industriais com maior importância na criação de emprego e renda, o que tornou a indústria de confecção importante para a economia regional.

Observa-se, assim, que entre a indústria de confecção e a região Sudoeste há reciprocidade de trocas. Enquanto a indústria de confecção encontra na Região Sudoeste condições apropriadas para se desenvolver, a região Sudoeste é recompensada pela sua produção de renda e geração de emprego.

## REFERÊNCIAS

ABRAVEST, Associação Brasileira do Vestuário. **Dados do Setor de Confeções Têxteis**. São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.abraviest.org.br>>. Acessado em: 28/02/2006.

BANDEIRA, Pedro. **Participação, Articulação de Atores Sociais e Desenvolvimento Regional**. Brasília: 1999. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/publicacoes>>. Acesso em 12/02/2006

BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. Ijuí: INIJUÍ, 2000. 21ª Edição.

CASSIOLATO, J. E. e LASTRES, H. M. M. **Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira**. In: Arranjos e Sistemas Produtivos Locais e as Novas Políticas de Desenvolvimento Industrial e Tecnológico. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 1999.

COSTA, Carlos A. **Competitividade Sistêmica na Construção Civil: A contribuição efetiva dos sistemas de gestão da qualidade (NBR ISSO 9001:2000)**. Florianópolis, 2003. (Dissertação de Mestrado).

COUTINHO, Luciano G.; FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Competitividade da indústria têxtil**. Campinas, 1993a.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Competitividade do complexo têxtil**. Campinas, 1993b. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 22/02/2006.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Competitividade da indústria de vestuário**. Campinas, 1993c. Disponível em: < <http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 22/02/2006.

\_\_\_\_\_. **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira: Relatório Final**. Campinas, 1993. Disponível em: <<http://www.mct.gov.br>>. Acesso em 22/02/2006.

DINIZ FILHO, L. L **A Dinâmica Regional Recente no Brasil: Desconcentração seletiva com “internacionalização” da economia nacional**. São Paulo, 2000. (Tese de Doutorado).

DINIZ FILHO, L. L.; VICENTINI, Y. **Teorias Espaciais Contemporâneas: o conceito de competitividade sistêmica e o paradigma da sustentabilidade ambiental**. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://www.calvados.c3sl.ufpr.br>>. Acesso em 31/01/2006.

ESSER, et al. **Competitividade Sistêmica: competitividad internacional de las empresas y políticas requeridas**. Instituto Alemán de Desarrollo. Berlin, 1994. Disponível em: <<http://www.meyer-stamer.de/1994/systemsp.html>>. Acesso em 06/02/2006.

ESSER, et al. **Competitividad sistémica: Nuevo desafío a las empresas y a la política.** Revista de la CEPAL. Santiago, 1996, n°. 59, pág. 39 – 52. Disponível em: <<http://www.meyer-stamer.de/1996/cepal.html>>. Acesso em 06/02/2006.

FIEMG, Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais. **Panorama Nacional: O vestuário no Brasil.** 2006. Disponível em: <<http://www.fiemg.org.br>>. Acesso em 02/07/2006.

FERES, João Bosco. **Propriedade da Terra: Opressão e miséria – o meio rural na história social do Brasil.** Amsterdam: CEDLA, 1990.

FINEP, Financiamento de Estudo e Pesquisa. **Relatório Setorial: Indústria têxtil e vestuário.** 2004. Disponível em: <<http://www.finep.gov.br>>. Acesso em 28/06/2006

FORTES, Paulo de Oliveira Jr. **A Emergência de Arranjos Produtivos Locais- (APLs) e o Padrão de Especialização da Indústria na Região de Pato Branco – Francisco Beltrão / PR: uma análise a partir das fases de desenvolvimento industrial do Paraná.** Curitiba, 2005 (Dissertação de Mestrado).

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998. 27ª edição.

FURTADO, Milton B. **Síntese da Economia Brasileira.** Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científico Editora LTAD, 1988. 5ª edição.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Classificações Estatísticas: CNAE 1.0, seção D – indústria da transformação. 2006. Disponível em: <<http://www.cnae.ibge.gov.br>>. Acesso em 13/01/07.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas.** Rio de Janeiro, 1990.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial do Paraná. VIII Recenseamento Geral, 1970.**

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Industrial, Dados Gerais Paraná:** Rio de Janeiro, IBGE, 1984.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjos Produtivos Locais e o novo padrão de especialização regional da indústria paranaense na década de 90.** Curitiba: IPARDES, 2003a, 95p. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: Julho/ 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: Diagnóstico Social e Econômico.** Curitiba: IPARDES, 2003b.

IPARDES. **Leituras Regionais: mesorregião geográfica Sudoeste do Paraná.** Curitiba, 2004a, versão completa. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em: Julho/ 2005.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Produtivo do Vestuário da Região de Umuarama-Cianorte no Estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2004b. Disponível em <<http://www.ipardes.pr.gov.br>>. Acesso em 15/04/2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Economia e Indústria na Mesorregião Sudoeste**. Curitiba: IPARDES, 2004c. Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br>>. Acesso em 10/05/2006.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social; Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. **Identificação, Caracterização, Construção de Tipologia e apoio na Formulação de Políticas para os Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Estado do Paraná: etapa 3 – caracterização estrutural preliminar dos APLs pré-selecionados e notas metodológicas para os estudos de caso**. Curitiba, 2005.

KRUGER, Nivaldo. **Sudoeste do Paraná: História de Bravura, Trabalho e Fé**. Impresso no Brasil: POSIGRAF, 2004.

LOURENÇO, Gilmar M. **Economia Paranaense: Restrições conjunturais e Avanços estruturais**. Curitiba, 1999. Disponível em: <<http://www.fae.edu/publicações>>. Acesso em 28/03/2006.

MONTEIRO FILHA, Dulce Corrêa; CORRÊA, Abidack. O Complexo Têxtil. 2002. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em 29/06/06.

OLIVEIRA, Dennison de. **Urbanização e Industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

PACHECO, C. A. **Novos padrões de localização industrial? Tendências recentes dos indicadores da produção e do investimento industrial**. Texto para discussão. Brasília: IPEA, n. 633, 1999. Disponível em <[http://www.ipeia.gov.br/publicações/textopara\\_discussão](http://www.ipeia.gov.br/publicações/textopara_discussão)>. Acesso em 22/04/2006

PEREIRA, Odair j. et al.. **A Gestão Organizacional no Setor Têxtil: Limites e desafio diante dos novos paradigmas da aldeia global**. Maringá, s/d. Disponível em <<http://www.ead.fea.usp.br>>. Acesso em 07/03/06.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

PROCHNIK, Victor. **Estudo da Competitividade de Cadeias Integradas no Brasil: impactos de livre comércio: Cadeia têxtil e de confecções**. Campinas, 2002. Disponível em: <<http://www.desevolvimento.gov.br>>. Acesso em 28/06/2006

SABÓIA, J. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: Um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. IN: **Nova Economia**. Belo Horizonte, v. 11, n. 2, 2001, p. 85-122. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia>>. Acesso em 23/04/2006

SEBRAE. **Ações e Principais Iniciativas de Apoio à Cadeia no Brasil**. 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>. Acesso em 28/06/2006.

SINDITÊXTIL. **Confecções Brasileiras: como são vistas no exterior?** Disponível em: <<http://www.sinditextilsp.org.br>>. Acesso em 16/11/2005.

SINVEPAR. **Arranjo Produtivo Local Moda Sudoeste do Paraná.** 2005. Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br>>. Acesso em 29/03/2006

SINVEPAR. **APL Moda Masculina Sudoeste do Paraná: Plano de desenvolvimento o Arranjo Produtivo Local de Moda Masculina do Sudoeste do Paraná. 2006.** Disponível em <<http://www.sinvespar.com.br>> . Acesso em 21/06/2006

SUZIGAN, Wilson; FERNANDES, Suzana C. **Competitividade Sistêmica: A contribuição de Fernando Fajnzylber.** Campinas: UNICAMP, 2003. Disponível em: <<http://www.abphe.org.br>>. Acesso em 01/02/2006.

TEXTÍLIA. **Histórico da Indústria Têxtil no Brasil.** 2002. Disponível em: <<http://www.textíliia.net>>. Acesso em 17/11/2005

**ANEXOS**

**ANEXO 1****QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS INDÚSTRIAS DE CONFECÇÃO DA MESORREGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ**

Razão social:

Telefone:

Nome do entrevistado:

Município:

1- Em que ano a empresa foi instalada na Região Sudoeste?

2- Quanto à natureza jurídica da indústria é:

- a) ( ) LTDA (sociedade por cotas);
- b) ( ) S/A (sociedade anônima/acionista);
- c) ( ) F. I (firma individual).

3- O que motivou a entrada no setor da indústria de confecções têxteis?

- a) ( ) Inexistência de barreiras técnicas significativas, como alto padrão tecnológico de processo e produção, volume de capital necessário, mão-de-obra altamente qualificada;
- b) ( ) Visualizou que seria uma boa opção para investir;
- c) ( ) Tinha bom conhecimento sobre o setor;
- d) ( ) Os pais eram do ramo;
- e) ( ) Outros.

4- O que motivou a instalação da indústria de confecções na Região Sudoeste?  
(Pode ter mais de uma resposta)

- a) ( ) Residia na Região;
- b) ( ) A Região Sudoeste oferece bom nível de infra-estrutura de transporte, energia e telecomunicação;
- c) ( ) Proximidade geográfica com o Mercosul;
- d) ( ) Disponibilidade e custo de mão-de-obra;
- e) ( ) Mão-de-obra qualificada;
- f) ( ) Proximidade geográfica com o mercado fornecedor e consumidor;
- g) ( ) Doação de terrenos, barracão e incentivos fiscais;
- h) ( ) Outros.

Quais?\_\_\_\_\_

5- A origem do capital que foi utilizado para montar a indústria veio:

- a) ( ) De financiamentos;
- b) ( ) De outras atividades desempenhadas pelo proprietário;
- c) ( ) Heranças recebidas;
- d) ( ) Venda de imóveis;
- e) ( ) Empréstimos de parentes;
- f) ( ) Outros.

6. Quantos funcionários sua empresa possui atualmente?

7- Entre as empresas/empresários da indústria de confecções da Região Sudoeste há cooperação e interação, como por exemplo, troca de informações e discussões de problemas comuns visando à busca de solução conjunta; empréstimos de máquinas e de matéria-prima; união dos empresários para promover e divulgar o setor através da realização de eventos e desfiles; união dos empresários para a formação e qualificação de mão-de-obra.

a) (  ) Sim

b) (  ) Não

7.1- Se a resposta da pergunta número 07 for Sim, avalie o grau em que as relações de cooperação e interação ocorrem.

a) (  ) Esporadicamente/raramente

b) (  ) Frequentemente

c) (  ) Com alta frequência

7.2- Se a resposta da pergunta número 07 for Não, você acha que maior cooperação e interação entres as empresas de confecções têxteis do Sudoeste seria importante para sua empresa?

a) (  ) Sim

b) (  ) Não

8- Na Região Sudoeste existe atuação de entidades de classe, como sindicato dos empregados e das indústrias, cooperativas de crédito mútuo e outras associações realizadas pelo setor que visam o desenvolvimento do mesmo?

a) (  ) Sim

b) (  ) Não

9- Se a resposta da pergunta anterior for afirmativa, como você define a atuação dessas entidades para o desenvolvimento da indústria de confecções da Região Sudoeste?

- a) ( ) Importante;
- b) ( ) Muito importante;
- c) ( ) Indiferente;
- d) ( ) Pequena importância.

10- Na Região Sudoeste há políticas/programas educacionais voltados a qualificação da mão-de-obra para a indústria têxtil?

- a) ( ) Sim
- b) ( ) Não

Quais? \_\_\_\_\_

11- O treinamento da mão-de-obra utilizada na indústria de confecções têxteis local é realizada:

- a) ( ) Pelos próprios empresários;
- b) ( ) Pelo setor público do município onde a indústria está instalada;
- c) ( ) Pelo setor público municipal em parceria com os empresários;
- d) ( ) Pelas empresas do sistema S (Senai, Sesi, Senac, Sesc, Sebrae);
- e) ( ) Pelo sindicato das indústrias de confecções do Sudoeste – SINVESPAR;
- f) ( ) Pelas empresas do sistema S, SINVESPAR, e instituições particulares de ensino como a UNISEP, por exemplo;
- g) ( ) Outros.

12- Se a resposta da pergunta acima for a alternativa “a”, qual a porcentagem do faturamento da empresa gasta com treinamento da mão-de-obra?

- a) ( ) 1%
- b) ( ) entre 1,5 e 2%
- c) ( ) 3%
- d) ( ) entre 3,5 e 4%
- f) ( ) 5%

13- De 0 a 5 que nota você atribui a oferta e qualificação da mão-de-obra existente na Região?

14- De 0 a 5 que nota você atribui ao custo da mão-de-obra pago pelo setor na Região se comparada a outras regiões do Estado e do País, exceto Nordeste?

15 – De 0 a 5 que nota você atribui a infra-estrutura da Região?

16- Quais são as maiores vantagens competitivas que a indústria de confecções encontra na Região Sudoeste em comparação a outras regiões do Estado ou do País? (Mais de uma resposta).

- a) (  ) Mão-de-obra abundante;
- b) (  ) Mão-de-obra barata;
- c) (  ) Mão-de-obra qualificada;
- d) (  ) Qualidade da infra-estrutura local;
- e) (  ) Incentivos governamentais, como doação de terreno e barracão e incentivos fiscais;
- f) (  ) Proximidade com o Mercosul;
- g) (  ) Proximidade com o mercado fornecedor
- g) (  ) Outros.

Quais? \_\_\_\_\_

17- A matéria-prima utilizada pela indústria de confecções da Região Sudoeste é adquirida:

(Mais de uma resposta)

- a) ( ) No próprio município;
- b) ( ) Na própria Região;
- c) ( ) Em outras regiões do Paraná;
- d) ( ) Na região Sul do País;
- e) ( ) Na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo);
- f) ( ) Outras regiões do País;
- g) ( ) No mercado internacional;
- h) ( ) No mercado nacional e internacional.

17.1- Se na questão 17 houver mais de uma alternativa correta, qual a participação aproximada de cada um dos mercados assinalados acima no fornecimento da matéria-prima?

- a) ( ) 0 a 25%                      Corresponde a letra ( ) da pergunta acima
- b) ( ) 25 a 50%                    Corresponde a letra ( ) da pergunta acima
- c) ( ) 50 a 75%                    Corresponde a letra ( ) da pergunta acima
- d) ( ) 75 a 90%                    Corresponde a letra ( ) da pergunta acima

18- O principal mercado para a comercialização de seus produtos é: (Mais de uma resposta).

- a) ( ) O próprio município;
- b) ( ) A Região Sudoeste;
- c) ( ) Outras regiões do Estado;
- d) ( ) Região Sul do País;
- e) ( ) Região Sudeste do País;
- f) ( ) Outras regiões do País;
- g) ( ) Exportação.

19- A maioria de seus produtos é comercializada:

- a) ( ) Direto para o consumidor final;
- b) ( ) Para o comércio varejista;
- c) ( ) Para atacadistas;
- d) ( ) Para outras fábricas;
- e) ( ) Outros.

20- A empresa é importadora?

- a) ( ) Sim
- b) ( ) Não

21- Se a resposta for afirmativa, o que importa?

22- De quais países?

23- A empresa é exportadora?

- a) ( ) Sim
- b) ( ) Não

24) Se a empresa opera com exportação, para quais países exporta?

25) A formação do Pólo da Confecção, posteriormente transformado em APL, trouxe para a indústria benefícios ligados a: (Mais de uma resposta)

- a) ( ) Modernização tecnológica e gerencial da indústria;
- b) ( ) Maior acesso a aquisição de créditos juntos as cooperativas de créditos da Região e através de programas governamentais específicos para o setor;
- c) ( ) Divulgação da indústria regional e dos artigos produzidos na Região, através de promoções de eventos, sites, exposições, etc.
- d) ( ) Formação e qualidade da mão-de-obra;
- e) ( ) Cooperação e interação entre os empresários do setor, com troca de informações e discussões de problemas comuns, visando a busca de soluções conjunta.
- f) ( ) Aumento das exportações;
- g) ( ) Integração entre o setor e as instituições de ensino e pesquisa, como as faculdades da Região, o Senai e o Sebrae:

26- Qual a importância do programa Pólo da Confecção/APL para o desenvolvimento da indústria local, de uma nota de 0 a 5?

27- Os fatores que mais afetam a competitividade da indústria de confecções a nível nacional são:

- a) (  ) Legislação trabalhista;
- b) (  ) Encargos sociais elevados sobre a folha de pagamento;
- c) (  ) Restrições a disponibilidade de créditos;
- d) (  ) Sistema tributário (impostos sobre os produtos, insumos e bens de capital);
- e) (  ) Outros.

28- Diante das perspectivas das políticas econômicas nacionais e regionais (Região Sudoeste) qual é a sua perspectiva para sua indústria de confecções têxteis para os próximos 05 anos?

- a) (  ) Será um período melhor do que os últimos cinco anos;
- b) (  ) As perspectivas são ótimas pois as perspectivas das políticas econômicas tanto nacional como regional é favorável ao crescimento da indústria de confecções;
- c) (  ) A perspectiva é de que ocorra uma retração no crescimento da indústria, pois com o fim do Acordo Multifibras e do Acordo de Têxteis e Vestuários a entrada de produtos importados no mercado nacional será cada vez maior o que prejudicará a empresa. Além disso, a perspectiva sobre a política regional é de que esta não será favorável ao desenvolvimento da indústria no Sudoeste nos próximos 05 anos.
- d) (  ) A perspectiva é de que continue tudo como está, pois não há perspectiva de grandes mudanças nas políticas econômicas.

## ANEXO 2

**QUADRO 01 – Classificação do Código Nacional da Atividade Empresarial da Indústria de Confeção de Artigos de Vestuário e Acessórios - Código 18.**

<b>CNAE 18 - CONFECCÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS</b>
GRUPO 181 - Confeção de Artigos do Vestuário
Classe: 1811-2 – Confeção de peças interiores do vestuário.
Subclasse: 1811-2/01 - Confeção de peças interiores do vestuário, exclusive sob medida (roupas íntimas ou roupas de dormir para usos masculino, feminino e infantil confeccionadas com tecidos, inclusive tecidos de malha - camisaria, camisas, camisetas, blusas, pijamas, sutiãs, calcinhas, cuecas, etc.).
Subclasse: 1811-2/02 - Confeção, sob medida, de peças interiores do vestuário (confeção sob medida de roupas íntimas, roupas para dormir, blusas, camisas e semelhantes para usos masculino, feminino e infantil confeccionadas com tecidos, inclusive tecidos de malha, não produzidos na mesma unidade - artigos de camisaria, camisas, camisetas, blusas, pijamas, sutiãs, calcinhas, cuecas, etc.).
Classe: 1812-0 - Confeção de outras peças do vestuário.
Subclasse: 1812-0/01 - Confeção de outras peças do vestuário, exclusive sob medida (confeção de artigos do vestuário masculino, feminino e infantil - vestidos, saias, calças, ternos, casacos, etc. - confeccionados com qualquer tipo de material –, por exemplo, tecidos, mesmo de malha natural ou sintética, couros -; confeção de roupas para recém-nascidos).
Subclasse: 1812-0/02 - Confeção, sob medida, de outras peças do vestuário (confeção, sob medida, de artigos do vestuário masculino, feminino e infantil - vestidos, saias, calças, ternos, casacos, etc.- confeccionados com qualquer tipo de material, por exemplo, tecidos, mesmo de malha natural ou sintética, couros; confeção, sob medida, de roupas para recém-nascidos).

Classe: 1813-9 – Confeção de roupas profissionais.
Subclasse: 1813-9/01 - Confeção de roupas profissionais, exclusive sob medida (confeção de roupas profissionais e para segurança industrial - uniformes, vestes especiais, roupas e macacões, mesmo revestidas de amianto, de chumbo, de borracha e de outros materiais -; A montagem de roupas profissionais – costura -; a facção de roupas profissionais).
Subclasse: 1813-9/02 - Confeção, sob medida, de roupas profissionais (confeção, sob medida, de roupas profissionais e para segurança industrial - uniformes, vestes especiais, roupas e macacões, mesmo revestidas de amianto, de chumbo, de borracha e de outros materiais).
GRUPO 182 – Fabricação de Acessórios do Vestuário e de Segurança Profissional.
Classe: 1821-0 – Fabricação de acessórios do vestuário.
Subclasse: 1821-0/00 - Fabricação de acessórios de vestuários fabricação de acessórios do vestuário (gravatas, lenços para todos os usos, cintos, suspensórios, luvas – inclusive de couro-, leques, xales, charques, chapéus, boinas, bonés, gorros, etc.; também compreende a preparação de peles e a fabricação de artigos de peleteria).
Classe: 822-8 – Fabricação de acessórios para segurança industrial e pessoal.
Subclasse: 1822-0/00 – Fabricação de acessórios para segurança industrial e pessoal (luvas, aventais, óculos, máscaras protetoras, protetores auditivos, cintos de segurança e semelhantes; fabricação de artefatos de não-tecidos - falsos tecidos - para uso médico-hospitalar - aventais, gorros, máscaras protetoras).

Fonte: IBGE/CONCLA/2006

\*Quadro organizado pela autora.